

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL
DOUTORADO EM POLÍTICA SOCIAL

ELISABETE CRISTINA CRUVELLO DA SILVEIRA

Cultura de bem estar social e messianismo:
As Conferências da ONU e o CBCISS (1968-1978)

UNIVERSIDADE
FEDERAL
FLUMINENSE

NITERÓI, RJ
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL
CURSO DE DOUTORADO EM POLÍTICA SOCIAL

ELISABETE CRISTINA CRUVELLO DA SILVEIRA

**Cultura de bem estar social e messianismo:
As Conferências da ONU e o CBCISS (1968-1978)**

Tese apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Política Social.

Área de Concentração: Sujeitos Sociais e Proteção Social

Orientadora: ProfªDrª Suely Gomes Costa

NITERÓI

2015

ELISABETE CRISTINA CRUVELLO DA SILVEIRA

**Cultura de bem estar social e messianismo:
As Conferências da ONU e o CBCISS (1968-1978)**

Tese apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Política Social.

Área de Concentração: Sujeitos Sociais e Proteção Social

BANCA EXAMINADORA

Prof^aDr^a Suely Gomes Costa (orientadora)

Prof^aDr^a Maria Carmelita Yazbek- PUC/SP

Prof^aDr^a Carla Cristina Almeida- UERJ

Prof. Dr. Sergio Ricardo Rodrigues Castilho- UFF

Prof^aDr^a Monica de Castro Senna - UFF

Prof^aDra^a Inez Stampa - suplente- PUC/RJ

Prof^aDr^aNivia Valença Barros - suplente- UFF

Para Balbi (in memorium) e Lulu

AGRADECIMENTOS

A sistematização de uma tese envolve a parceria e o esforço de muitos professores, amigos e familiares em mais de quatro anos de jornada. A minha teve início em julho de 2010, sendo concluída em janeiro de 2015. Parafraseando a mensagem contida em Eclesiastes, admito que é melhor o fim de um processo do que o seu início. No entanto, se finalizei, tenho débitos com as pessoas e instituições que merecem ser enunciados.

Reconheço o apoio do Departamento de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais (GSO) da Universidade Federal Fluminense (UFF) pelo afastamento com ônus concedido de março de 2011 a novembro de 2012 para realizar os créditos do Doutorado e a pesquisa de campo. Em especial, destaco o forte incentivo dos colegas do GSO/UFF.

À minha querida orientadora Prof^aDr^a Suely Gomes Costa que me revelou um novo caminho de pesquisa a respeito das aproximações entre messianismo e cultura de bem estar social através do CBCISS, atuando com intenso carinho, entusiasmo e dedicação durante o processo de pesquisa e sua finalização.

Aos professores do Programa de Pós-Graduados em Política Social que me ofereceram suporte teórico para descobrir o campo da proteção social e da avaliação. Em especial, destaco o aval ao processo de votação do recurso para o agendamento defesa recebido dos professores João Bosco Hora Góis e André Brandão, bem como das colegas do CPGESS Graziela, Rosário e Cristiane.

Às dedicadas funcionárias da Secretaria do CPGESS, Raquel, Luzia e Flávia.

Às professoras participantes da banca da qualificação de doutorado, contribuindo precisamente para a finalização da pesquisa: Dr^a Maria Carmelita Yazbek, Dr^a Monica Senna e Dr^a Nívia Valença Barros.

Aos examinadores da banca de defesa: minha orientadora, Prof^aDr^a Carmelita Yazbek, Prof^aDr^a Carla Cristina Almeida, Prof^aDr^a Monica Senna, Prof. Dr. Sergio Ricardo Rodrigues Castilho, Prof^aDr^a Nívia Valença Barros e Prof^aDr^a Inez Stampa.

Às funcionárias Carmem e Marineuzado setor de Capacitação Docente da UFF, por terem acreditado na finalização do meu Doutorado.

Às bibliotecárias das instituições pesquisadas que, sabiamente, possibilitaram a localização de fontes da ONU e do CBCISS. Em particular, Sr^a Telma Teles de Freitas do CBCISS no Rio de Janeiro; Sr^a Cecília Yanaguti e Sr^a Matie Nogi da Biblioteca Pedro Aleixo, da Câmara Federal, depositária da ONU em Brasília e Sr^a Graziane Pulcheria da CEPAL, escritório de Brasília.

À cooperação extraordinária dos profissionais e amigos: Helena Gonçalves e Prof^a Ilda Lopes (CBCISS); Maria Izabel Andrade (UFF); Cristina Viegas; Regina Fagundes; Alexandre Daumerie; Arthur Parreira; Tiago Martins; Rafael Cordeiro e Dr. Paulo Roberto Monteiro.

Às sempre amigas Celina, Alba, Claudia, Aline e Raquel ligadas por laços de consaguinidade; bem como as amigas do coração Denise, Célia e D. Elza.

Por fim, a minha família pelo incentivo permanente aos meus projetos de vida e pelo carinho durante a realização deste Doutorado. Sem eles não seria possível a finalização. Sublinho a preciosa colaboração de meu marido Alexander de Carvalho que, por vezes avidamente, buscou novas fontes na internet, suportando dia a dia minhas tensões. Meu “amigo de pelos” Fidel, grande companheiro das caminhadas diárias para minha alegria e relaxamento.

Não há nada como o sonho para criar o futuro.

Utopia hoje, carne e osso amanhã.

Victor Hugo

RESUMO

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, histórica, buscando resgatar contextos e examinar textos produzidos nas Conferências Mundiais das Nações Unidas (ONU), no período de 1968-1978, a respeito de uma cultura de bem estar social, como uma resposta messiânica aos temas de agenda da conjuntura internacional. As aproximações entre cultura de bem estar social e messianismo são analisadas em seis Conferências da ONU - Direitos Humanos (1968); Meio Ambiente (1972); População (1974); Mulher (1975); Assentamentos Humanos (1976); Racismo e Discriminação Racial (1978), bem como na Conferência Internacional de Ministros de Bem Estar Social (1968). Admite-se que essas Conferências representam um espaço de rituais, construindo uma relação de poder peculiar entre atores políticos heterogêneos. A tese procura explicitar as indagações: Com que significados bem estar social e messianismo foram discutidos nos sete foros da ONU de 1968-1978? Quais temas da agenda internacional foram captados pela ONU e inseridos em seus foros? Como o CBCISS (Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais) incorporou e divulgou o ideário onusiano no contexto brasileiro? Quatro temas de agenda - desarmamento, questão da Palestina, desenvolvimento social atrelado ao econômico e emancipação dos direitos humanos - salientaram-se como fundamentais nos textos analisados, bem como decorrem das inflexões no sistema internacional da década de setenta. Esses temas demonstram as afinidades em torno dos ideários de messianismo e de bem estar social, bem como revelam uma concepção messiânica da ordem mundial e da cultura de bem estar social como alternativa às crises do capitalismo e às inflexões do cenário internacional. No contexto brasileiro, o CBCISS constituiu um interlocutor e replicador da concepção de bem estar social conformada nas Conferências em tela. A partir de suas publicações, Debates Sociais e Temas Sociais, difundiu essa mentalidade, apropriando-se culturalmente dos conteúdos discursivos fomentados pela ONU como alternativas às demandas da sociedade brasileira. Confere-se que as revistas analisadas do CBCISS esposam essencialmente as matérias relativas ao desenvolvimento social atrelado ao econômico, em especial, à profissionalização do Serviço Social. A fundamentação teórica adotada deriva da interseção dos campos da História Cultural, das Relações Internacionais, Política Pública e Política Social. Fontes primárias, como os relatórios finais dessas Conferências, documentos produzidos pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas e as revistas Debates Sociais e Temas Sociais de 1968-1978 sustentam a interpretação dos conteúdos discursivos à luz de três conceitos sistematizados: sujeitos coletivos, cultura de bem estar social e messianismo.

Palavras-chave: Messianismo; Cultura de bem estar social; Agenda internacional; Conferências da ONU; Interlocução do CBCISS.

ABSTRACT

This paper is a historical qualitative research, which retrieves contexts and essay texts produced in the United Nations (UN) World Conferences, from 1968 to 1978, concerning a certain social welfare culture, as a messianic response to the agenda issues of the international conjuncture. The intersections between social welfare culture and messianism are analyzed, along with data collected from six different UN Conferences: Human Rights (1968); Environment (1972); Population (1974); Women (1975); Human Settlements (1976); Racism and Racial Discrimination (1978), as well as from the International Conference of Ministers Responsible for Social Welfare (1968). It is assumed that these conferences represent an environment of rituals, establishing a peculiar power relationship between heterogeneous political actors. This paper aims to clarify the following questionings: What were the meanings with which welfare and messianism were discussed in the seven UN forums from 1968 to 1978? Which issues of the international agenda were collected by the UN and inserted in their forums? How did the CBCISS (Brazilian Center for Cooperation and Interchange of Social Services) incorporate and release the UN ideario in the Brazilian context? Four agenda issues - disarmament, the matter of Palestine, social development linked to the economic one and the emancipation of human rights - stood out as fundamental in the analyzed texts and derive from variations in the international system of the 1970's decade. These topics evince affinities with the ideals of messianism and social welfare, as well as reveal a messianic conception of the world order and the welfare culture as an alternative to capitalism crises and the variations of the international scenario. In the Brazilian context, the CBCISS played a role of interlocutor and replicator of the social welfare conception developed in the mentioned Conferences. Throughout its publications, *Debates Sociais e Temas Sociais*, spread this mindset, culturally arrogating the discursive content promoted by the UN as alternatives to the demands of Brazilian society. It is reckoned that the CBCISS periodicals which have been analyzed espouse in their essence matters relating to social development linked to the economic one, especially the professionalization of social work. The theoretical grounding adopted is derived from the intersection of the fields of Cultural History, International Relations, Public Policy and Social Policy. Primary sources, such as the final reports of these conferences, documents produced by the United Nations Economic and Social Council and the periodicals *Debates Sociais e Temas Sociais* from 1968 to 1978, support the interpretation of the discursive content in light of three systematized concepts: collective subjects, social welfare culture and messianism.

Keywords: Messianism; Social Welfare Culture; International Agenda; UN Conferences; Interlocution of the CBCISS.

RÉSUMÉ

Il s'agit d'une recherche qualitative, historique, à la recherche des contextes et l'analyse de textes produits dans les conférences mondiales des Nations Unies (ONU), dans la période 1968-1978, d'une culture du bien-être social, comme une réponse messianique aux thèmes d'une agenda de la conjoncture internationale. Les approches entre la culture du bien-être social et le messianisme sont analysées dans six Conférences des Nations Unies-Droits de l'Homme (1968); Environnement (1972); Population (1974); Les femmes (1975); Les établissements humains (1976); Le racisme et la discrimination raciale (1978), ainsi que dans la Conférence internationale des ministres du bien-être social (1968). Il est supposé que ces conférences représentent un ensemble de rituels, permettant la construction d'une relation de pouvoir particulière entre les acteurs politiques hétérogènes. La thèse vise à clarifier les questions: avec quelles significations le bien-être et le messianisme ont été discutés dans les sept forums de l'ONU pour 1968-1978? Quels sont les thèmes de l'agenda internationale qui ont été pris par l'ONU et insérés dans ses forums? Comme le CBCISS (Centre brésilien de coopération et échange de services sociaux) a incorporé et propagé les idées de l'ONU dans le contexte brésilien? Quatre sujets de l'agenda - le désarmement, la question de la Palestine, le développement social lié à l'économie et l'émancipation des droits de l'homme - ont été démarqués comme fondamentales dans les textes analysés, ainsi que la manière dont ils sont dépendants des inflexions dans le système international des années soixante-dix. Ces thèmes montrent les affinités autour de l'ensemble des idées de messianisme et du bien-être social, ainsi que révèlent une conception messianique de l'ordre mondiale et de la culture de bien-être social comme une alternative aux crises du capitalisme et des inflexions du scénario international. Dans le contexte brésilien, le CBCISS a été un interlocuteur et répliqueur de la conception du bien-être social formée dans ces conférences. À partir de ses publications, débats sociaux et les thèmes sociaux, a répandu cette mentalité, en s'appropriant culturellement des contenus discursifs promus par l'ONU comme alternatives aux demandes de la société brésilienne. Il est constaté que les revues analysées du CBCISS exposent essentiellement les questions relatives au développement social lié à l'économie, en particulier, à la professionnalisation du service social. La fondation théorique adoptée dérive de l'intersection des domaines de l'histoire culturelle, des relations internationales, de la politique publique et de la politique sociale. Des sources primaires, comme les rapports finaux de ces conférences, les documents produits par le Conseil économique et social des Nations Unies et les revues Débats sociaux et thèmes sociaux de 1968-1978, soutiennent l'interprétation des contenus discursifs basés sur trois concepts systématisés: sujets collectifs, culture de bien-être social et messianisme.

Mots-clés: messianisme; culture de bien-être sociale; agenda internationale; Conférences des Nations Unies; Interlocution du CBCISS.

LISTA DE SIGLAS

ACISO	Ação Cívica Social
BM	Banco Mundial
CBCISS	Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CICV	Comitê Internacional da Cruz Vermelha
CS	Conselho de Segurança da ONU
ECOSOC	Conselho Econômico e Social das Nações Unidas
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FMI	Fundo Monetário Internacional
ICWS	Conselho Internacional de Bem Estar Social
LBA	Legião Brasileira de Assistência
MNM	Movimento dos Não Alinhados
NU (inglês)	Nações Unidas
ODMs	Objetivos do Desenvolvimento do Milênio
ODS	Base de Dados Oficial das Nações Unidas
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONGI	Organização Não-Governamental Internacional
ONU	Organização das Nações Unidas
OPA	Operação Panamericana
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OXFAM	Comitê de Oxford de Combate à Fome
PEI	Política Externa Independente
SALT (inglês)	Tratado de Limitação de Armas Estratégicas
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
TNP	Tratado de Não-Proliferação Nuclear

UCISS	União Católica Internacional de Serviço Social
UFF	Universidade Federal Fluminense
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Relação transversal: ONU e CBCISSp.5
Figura 2	Ciclo da Política Públicap.55
Figura 3	Caracterização do contexto preparatório p.64

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Conferências Mundiais da ONU – 1968-1978	p.6
Quadro 2	Principais características do contexto Internacional de 1946-1978	p.10
Quadro 3	Conferências da ONU dos anos 90 – “Agenda Social”	p.17
Quadro 4	Metamorfoses do conceito de afinidade eletiva.....	p.20
Quadro 5	Principais ONGs Internacionais -1865/1945.....	p.30
Quadro 6	Principais Organizações Internacionais – 1919/1945.....	p.32
Quadro 7	Número de Estados Membros ingressados na ONU por década.....	p.39
Quadro 8	Programas e Fundos das Nações Unidas por década.....	p.50
Quadro 9	Atuação das Organizações Internacionais na Política Pública.....	p.58
Quadro 10	Seis cúpulas que moldaram o século XX.....	p.59
Quadro 11	Reuniões Preparatórias - Conferência de DIREITOS HUMANOS	p.67
Quadro 12	Reuniões Preparatórias - Conferência do MEIO AMBIENTE	p.67
Quadro 13	Reuniões Preparatórias - Conferência da POPULAÇÃO	p.68
Quadro 14	Reuniões Preparatórias - Conferência do ANO INTERNACIONAL DA MULHER	p.69
Quadro 15	Reuniões Preparatórias - Conferência do HABITAT	p.69
Quadro 16	Reuniões Preparatórias - Conferência de COMBATE À DISCRIMINAÇÃO RACIAL E AO RACISMO	p.70
Quadro 17	Categorização dos países - Conferência de Ministros de Bem Estar Social	p.74
Quadro 18	Categorização dos países - Conferência de Direitos Humanos	p.75
Quadro 19	Categorização dos países - Conferência do Meio Ambiente	p.76
Quadro 20	Categorização dos países - Conferência da População.....	p.78
Quadro 21	Categorização de países - Conferência do Ano Internacional da Mulher	p.80
Quadro 22	Categorização dos países - Conferência de Habitat	p.82
Quadro 23	Categorização dos países - Conferência para Combater o Racismo e a Discriminação Racial.....	p.83
Quadro 24	Conexões entre inflexões no sistema internacional	p.87
	temas de agenda e conteúdos discursivos	

Quadro 25	Verbosadotados nas resoluções e recomendações – 1968/1978	p.90
Quadro 27	Concepção de bem estar social por décadas	p.108
Quadro 28	Conferências do ICWS – 1928-1978	p.110
Quadro 29	Análise das matérias de Debates Sociais de 1968.....	p.119
Quadro 30	Análise das matérias de Debates Sociais de 1969.....	p.120
Quadro 31	Análise das matérias de Debates Sociais de 1970.....	p.121
Quadro 32	Análise das matérias de Debates Sociais de 1971.....	p.122
Quadro 33	Análise das matérias de Debates Sociais de 1972.....	p.123
Quadro 34	Análise das matérias de Debates Sociais de 1973.....	p.124
Quadro 35	Análise das matérias de Debates Sociais de 1974.....	p.125
Quadro 36	Análise das matérias de Debates Sociais de 1975.....	p.126
Quadro 37	Análise das matérias de Debates Sociais de 1976.....	p.128
Quadro 38	Análise das matérias de Debates Sociais de 1977.....	p.129
Quadro 39	Análise das matérias de Debates Sociais de 1978.....	p.130
Quadro 40	Exemplares examinados da Coleção Temas Sociais.....	p.132

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Missões de paz da ONU distribuídas por década	p.47
Tabela 2	Conferências Mundiais da ONU – “Temas Sociais”	p.60
Tabela 3	Adesão dos líderes internacionais nas Conferências de 1968-1978	p.72
Tabela 4	Número de sócios do CBCISS de acordo com a categoria gênero	p.111
Tabela 5	Total de cada seção da Revista Debates Sociais – 1968/1978	p.115
Tabela 6	Especificação das matérias selecionadas por revista 1968/1978	p.116
Tabela 7	Percentual de temas de agenda em relação ao total das matérias analisadas	p.118
Tabela 8	Categorização das matérias da Coleção Temas Sociais – 1968/1978	p.131

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
1.1.	DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA E SUA PROBLEMÁTICA	6
1.2	APROXIMAÇÕES TEÓRICAS	13
1.2.1	SUJEITOS COLETIVOS	13
1.2.2	CULTURA DE BEM ESTAR SOCIAL	14
1.2.3	MESSIANISMO	15
1.3	ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS	16
1.3.1	RECORTE TEMPORAL	17
1.3.2	HISTÓRIA CULTURAL: DEBATES SOBRE AFINIDADE ELETIVA	18
1.3.3	MAPEAMENTO DO TRABALHO DE CAMPO	21
1.3.4	DELIMITAÇÃO DOS CONTEÚDOS DISCURSIVOS	23
1.4	ESTRUTURA DOS CAPÍTULOS.	25
2	CULTURA DE BEM ESTAR SOCIAL E MESSIANISMO: AS INSTITUIÇÕES PROTETORAS E SUA AGENDA	26
2.1	REFLEXÕES SOBRE SUAS ORIGENS	26
2.2	IDENTIDADE EMBLEMÁTICA ONUSIANA	37
2.3	MEMÓRIAS DAS NAÇÕES UNIDAS – PASSADO E PRESENTE	43
3.	CULTURA DE BEM ESTAR SOCIAL E MESSIANISMO: POLÍTICAS PÚBLICAS E CONFERÊNCIAS MUNDIAIS DA ONU	53
3.1	O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA AGENDA	54
3.2	CONFERÊNCIAS DA ONU: ESPAÇO DE RITUAIS	62
3.2.1	CONTEXTO PREPARATÓRIO	63
3.2.2	HETEROGENEIDADE DOS ATORES POLÍTICOS.	71
4	CULTURA DE BEM ESTAR SOCIAL E MESSIANISMO: CONTEXTOS E TEXTOS DAS CONFERÊNCIAS DA ONU – 1968- 1978	84
4.1	CRITÉRIOS PARA ANÁLISE: TEXTOS E CONTEXTOS DAS CONFERÊNCIAS MUNDIAIS	85
4.2	TEXTO E CONTEXTO: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE MINISTROS DE BEM ESTAR SOCIAL – 1968 – NOVA YORK	91
4.3	TEXTOS E CONTEXTOS: EXPLICITAÇÃO DOS CONTEÚDOS DISCURSIVOS	97

5	CULTURA DE BEM ESTAR SOCIAL E MESSIANISMO: A INTERLOCUÇÃO DO CBCISS – 1968-1978	107
5.1	ORIGENS DA INTERLOCUÇÃO	108
5.2	INTERLOCUÇÃO NAS REVISTAS	113
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
	REFERÊNCIAS	141

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

S587 Silveira, Elisabete Cristina Cruvello da.
Cultura de bem estar social e messianismo: as conferências da ONU e o CBCISS (1968-1978) / Elisabete Cristina Cruvello da Silveira. – 2015.
182 f. ; il.
Orientadora: Suely Gomes Costa.
Tese (Doutorado em Política Social) – Universidade Federal Fluminense, Escola de Serviço Social, 2015.
Bibliografia: f. 141-165.

1. Messianismo. 2. Bem-estar social. 3. Organização das Nações Unidas. 4. Serviço Social. 5. Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social. I. Costa, Suely Gomes.
II. Universidade Federal Fluminense. Escola de Serviço Social.
III. Título.

CDD 361.1

1 INTRODUÇÃO

“Eu sustento que a única finalidade da ciência está em aliviar a miséria da existência humana”.

BRECHT

As afinidades entre messianismo e cultura de bem estar social encontram-se no bojo da construção das agendas internacional e nacional das Organizações Internacionais e instituições encarregadas do processo de elaboração da política pública, bem como da construção de um ideário de bem estar social. Partindo das ações de dois sujeitos coletivos fomentadores de uma mentalidade de bem estar social, a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio em Serviços Sociais (CBCISS), esta tese procura discutir experiências concretas de difusão de uma cultura comum e partilhada, que inspira o debate sobre a produção de políticas sociais no âmbito nacional.

Inicialmente, é relevante colocar que o nome Nações Unidas designa sua missão: “Nações Unidas contra o perigo e para o progresso” promovendo a segurança coletiva com desenvolvimento. Na visão do diplomata e pesquisador Eugenio Garcia, em 1944, a equipe do presidente Roosevelt em consultas informais aos participantes da América Latina coloca em debate o nome da organização. O trecho selecionado reconstitui essa consulta:

[...] alguns países (Brasil, México, Venezuela) haviam levantado objeções à escolha de Nações Unidas, denominação oficial dos Aliados. [...] O sentimento era de que, embora as nações estivessem unidas em uma aliança para a guerra, o nome da organização devia refletir seus objetivos, entre eles notoriamente a paz. [...] O representante norte-americano apreciava a preocupação com o risco de perpetuação do caráter belicoso do nome. Não obstante, o uso de Nações *Unidas* era extremamente importante, na sua visão, porque enfatizava duas outras conotações que se deviam considerar: *unidade contra o perigo e unidade pelo progresso*. (GARCIA, 2011, p.134)

Para Garcia, o duplo papel da ONU no contexto de sua gestação distingue o seu poder de polícia, voltado para o estabelecimento da segurança mundial, e, seu poder para o desenvolvimento, objetivando ações sociais e econômicas. É relevante assinalar que este duplo papel da ONU encontra-se vigente até o século XXI, como demonstra esta tese.

Nessa perspectiva, as Nações Unidas desenvolveram de 1968-1978 uma série de Conferências Mundiais que explicitam seus desígnios, espelhando as discussões relacionadas ao processo de desenvolvimento econômico e social dos países do denominado Terceiro

Mundo¹ e dos países ditos avançados. Para além dos objetivos da ONU, este conjunto de Conferências manifesta as afinidades entre cultura de bem estar social e messianismo. As acepções atinentes ao bem estar social nessas Conferências carregam distintas conotações, dependendo do escopo do foro, a saber:

- Emancipação dos direitos humanos (civis, políticos e sociais) para homens e mulheres igualmente como uma forma de justiça social;
- Desenvolvimento social atrelado ao econômico gera civilização, progresso e satisfação das necessidades *versus* a pobreza que engendra o subdesenvolvimento;
- Distribuição de bens vinculados ao progresso decorrente da modernidade (educação, saúde, habitação) por meio do Serviço Social;
- Igualdade de acesso ou de oportunidades;
- Planejamento, modernização e profissionalização do Serviço Social;
- Sistema de proteção social e assistência aos desprotegidos, sobretudo, imigrantes, idosos, crianças, portadores de necessidades especiais e outros merecedores;
- Promoção da paz, por meio da diplomacia², especialmente para os palestinos e países envolvidos em conflitos.

Messianismo reporta uma gênese religiosa, compreendendo um conjunto de valores advindos da tradição judaica e bíblica. Michel Löwy afirma que dentro do messianismo judaico duas tendências ambíguas e articuladas manifestam-se: a **restauração** do estado ideal do passado e a **utopia** que aspira a um futuro radicalmente novo. (1989, p. 20) Realçando uma dimensão política do messianismo, as recomendações e resoluções pactuadas nessas Conferências referem-se à busca de uma nova ordem mundial no sentido de implantar uma sociedade civilizada e equitativa. Todavia, a implementação dessas linhas de política é capturada pelos interesses dos países centrais e hegemônicos, protagonistas do sistema capitalista. Alguns temas de agenda e suas recomendações expressam um avanço, aspirando uma restauração da ordem na sociedade. Outras manifestam um retrocesso ao estado vivenciado no passado, no sentido apontado por Löwy.

Nas Conferências analisadas uma síntese entre bem estar social e messianismo foram fundidas nos textos produzidos pela ONU, via documentos finais aprovados. Essa síntese espelha as tensões surgidas das inflexões no sistema internacional, bem como dos temas de

¹ Designa um conjunto de países situados à margem do sistema internacional durante a Guerra Fria (1946-1991).

² Refere-se à prática recente colocada pelo Congresso de Viena (1814/1815) e pelo Direito Internacional, valorizando o processo de negociação entre Estados Nacionais, a doutrina da interdependência e o papel dos diplomatas, ou seja: seu papel de informar, representar e negociar os interesses do país no cenário internacional. Conferir: Góes Filho; Fonseca Júnior e referências do campo das Relações Internacionais.

agenda decorrentes, conformando os contextos de produção dos textos onusianos. Desta forma, textos (documentos das Conferências) e contextos (conjuntura de sua produção) revelam as afinidades entre cultura de bem estar e messianismo, bem como as escondem. Do mesmo modo, o mandato da ONU – poder de controle e poder para o desenvolvimento – simboliza a intrincada aproximação entre bem estar social (práticas voltadas para a difusão de processos civilizatórios, do progresso) e messianismo (práticas em torno da restauração da ordem ou de sua transcendência).

Nesta perspectiva, o mandato da ONU (controle e desenvolvimento) sugere uma analogia ao mote inscrito na bandeira brasileira: ordem e progresso. Este lema – ordem e progresso – é derivado da vertente positivista de Auguste Comte³. O poder de controle expressa a ordem comteana, sendo que o poder de desenvolvimento preconiza o progresso. O positivismo engendrou o cientificismo, que se caracteriza pela apologia dos avanços da ciência como solução para todos os problemas sociais, econômicos e políticos. A superação da crise decorria dessa construção do conjunto de ideias científicas, voltadas para uma abordagem moral, introduzindo consenso e solidariedade social. Este pensamento originário no século XIX subsiste historicamente, imprimindo projetos e ações no século XX e XXI.

A partir do estudo da história social da ONU e do CBCISS foi possível apreender que a relação entre essas instituições não reflete meramente uma relação determinista e mecanicista, porém um movimento de apropriação cultural pelos sujeitos coletivos⁴. Chartier (1991, p. 2) concebe o movimento de apropriação cultural como: “uma história social dos usos e das interpretações, referidas a suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que as produzem”.

Um exemplo concreto a respeito desse movimento de apropriação foi exposto por Hochman (2010, p. 370) ao examinar o modo como os atores políticos e institucionais usam e interpretam as agendas externa e interna. Para o autor, a interação da agenda da saúde internacional e a emergência de uma política nacional de saúde no Brasil do pós II Guerra Mundial problematizaram as questões relativas aos efeitos da internacionalização de agendas de proteção social e bem estar sobre as políticas domésticas, suas instituições e atores. Por outro lado, capta o processo inverso, no sentido de mostrar a capacidade dos Estados

³ Pensador francês do século XIX (1798-1857) que preconizou os benefícios da lógica científica para a resolução dos conflitos decorrentes das Revoluções Francesa e Industrial no seio da sociedade europeia.

⁴ Dizem respeito aos protagonistas das relações na ONU (Estados, diplomatas, representantes das Organizações Internacionais, elite empresarial, ONGs) e no CBCISS (intelectuais, instituições e outros atores relevantes do contexto brasileiro).

nacionais em influenciar e/ou modificar essa agenda, ou a ela resistir, tanto do ponto de vista da política doméstica como no ambiente internacional. Conforme sua avaliação,

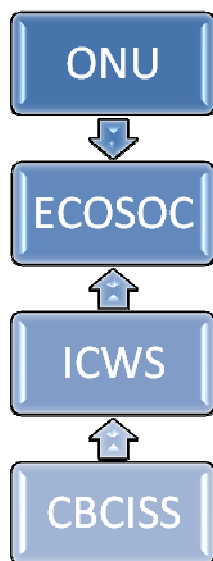
[...] existem muitas assimetrias nas relações entre agências, governos, comunidades de especialistas e personagens individuais. Porém essas assimetrias nas relações condicionam contextualmente, e mesmo de modo conjuntural, o formato da política de saúde e de suas instituições [...]. Esses entrecruzamentos produzem arenas dinâmicas, nas quais atores locais, profissionais transnacionais e agências internacionais interagem, modelam-se e remodelam-se uns aos outros. Assim, ao nos aproximarmos dessas interseções, podemos nos surpreender com a diluição eventual de centro e periferia e determinismos históricos: a 'periferia' pode transformar-se em 'centro'; o 'nacional' decanta e incorpora o 'internacional'; o 'local' agenda o 'nacional' que o abriga; o império pode não ser tão imperioso e, ao final, personagens individuais imprimem marcas na experiência coletiva e produzem resultados materiais como instituições e políticas. (HOCHMAN, 2010, p.393)

O exame do movimento de apropriação cultural realizado pelo CBCISS em torno da concepção de bem estar social fomentada nas Conferências da ONU possibilita interpretar as interseções entre os contextos internacionais e nacionais, bem como a participação dos atores políticos. No bojo do movimento de apropriação cultural, os significados da agenda de bem estar social internacional sofreram ressignificações nos espaços nacionais.

Admite-se que a agenda concernente ao bem estar social aproxima as duas organizações: ONU e CBCISS. Não obstante o fato de possuírem agendas afins a respeito do bem estar social, estes dois entes não se relacionam diretamente, mas de maneira transversal. A primeira peculiaridade desta relação diz respeito à composição de cada instituição em tela. As Nações Unidas são compostas por Estados Membros que se relacionam, possuindo direito de voto em seus fóruns. Seus principais canais de interlocução entre os países constituem a Assembleia Geral e o Conselho de Segurança, nos quais, em geral, participam os chefes de estados, ministros e diplomatas de carreira.

O CBCISS é formado por intelectuais em sua maioria originários do Serviço Social e das Ciências Sociais. Neste sentido, constituem sujeitos coletivos de natureza distinta: na ONU a relação processa-se entre estados, enquanto no CBCISS as relações ocorrem entre intelectuais. No entanto, os atores do CBCISS compartilharam indiretamente dos espaços da ONU, via ECOSOC (Conselho Econômico e Social das Nações Unidas) e ICWS (Conselho Internacional de Bem Estar Social), como ilustra a figura de nº 1:

Figura 1. Relação transversal: ONU e CBCISS



Esta figura elucida que o ECOSOC constitui um órgão subordinado à ONU, encarregado da discussão e da operacionalização de projetos econômicos, sociais e afins⁵. Desde a formação da ONU na década de 1940, o ECOSOC permite a participação de organizações não governamentais convidadas em suas comissões, comitês e fóruns. O ICWS é uma das primeiras organizações não governamentais com status consultivo do ECOSOC. No período em destaque, um grupo de intelectuais brasileiros instituiu o CBCISS como um comitê do ICWS⁶.

Neste sentido, o relacionamento entre ONU e CBCISS manifesta assimetria, não se tangenciando diretamente, mas através de ‘instituições-elos’: ECOSOC e ICWS. Corroborando as características dessa relação, cabe exemplificar que os intelectuais do CBCISS atuaram na preparação de relatórios nacionais para a Conferência de Ministros de Bem Estar Social (1968), na organização de seminários e na transmissão dos resultados dessas Conferências em suas publicações (Temas Sociais e Debates Sociais). Profissionais pertencentes ao quadro do CBCISS receberam bolsa de estudo das Nações Unidas para aperfeiçoamento em distintas universidades do exterior. Na verdade, a história do Serviço Social no Brasil entrecruza as discussões da ONU no que tange ao desenvolvimento de uma cultura de bem estar social, como demonstrará esta tese.

⁵ Documento informativo sobre las cumbres de la ONU: “Ello, incluye entre otras, las cuestiones relacionadas con la salud, la cultura y los derechos humanos. El ECOSOC tiende a tratar las cuestiones económicas y sociales de manera intersectorial.” Centro Colaborador de la OMS de la Agencia de Salud Pública de Canadá. Disponível em: http://ncdalliance.org/sites/default/files/resource_files/un_summit_guide%20spanish.pdf Acesso em: 05 mai. 2012

⁶ René Sand estabeleceu o ICWS Em 1928 como Conferência Internacional de Serviço Social, sendo alterado seu nome para Conselho Internacional de Bem Estar Social em 1967. Para aprofundamento, consultar o livro Serviço Social: Visão Internacional, de Balbina Ottoni Vieira, publicado pela editora Agir em 1982.

A literatura disponível relativa às histórias dessas organizações é abundante, porém não foi possível encontrar uma pesquisa sobre as Conferências de 1968-1978 ilustrando as aproximações entre as pautas da tessitura internacional, via ONU, e, sua divulgação no entorno nacional, através do CBCISS. Como decorrência da pesquisa efetuada e desta lacuna constatada, esta tese espousa três objetivos afins:

- a. Captar os contextos e os temas de agenda discutidos nas Conferências, bem como suas ressignificações que revelam as inflexões nas conjunturas internacional e nacional;
- b. Explicitar os principais conteúdos discursivos decorrentes dos textos produzidos no seio das Conferências sobre a mentalidade de bem estar social e as soluções messiânicas.
- c. Especificar as ações do CBCISS como uma instituição multiplicadora do ideário onusiano, como também, sua autonomia relativa no que diz respeito à apropriação cultural desta concepção de bem estar social veiculada.

1.1.DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

Sete conferências foram selecionadas, dentre outras realizadas pela ONU, encontrando-se denominadas no quadro 1:

Quadro 1. Conferências Mundiais da ONU – 1968-1978

TEMA	LOCAL	ORGANIZADOR	ANO
Bem Estar Social	Nova York	ECOSOC	1968
Direitos Humanos	Teerã	Assembleia	1968
Meio Ambiente	Estocolmo	Assembleia	1972
População e Desenvolvimento	Bucareste	ECOSOC	1974
Mulher	México	ECOSOC	1975
Assentamentos Humanos	Vancouver	Assembleia	1976
O Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância	Genebra	Assembleia	1978

Elaborada por Elisabete Cruvello
Fonte: Nações Unidas

Esta escolha se justifica no argumento de que essas temáticas compreendem tensões e facetas dos distintos significados atribuídos ao bem estar social nas décadas de 1960/70, como também abordam respostas conciliatórias e parciais às demandas da conjuntura internacional deste período. Essas Conferências servem para explicitar o *modus operandi* das Nações Unidas na captação dos principais temas de agenda do contexto internacional, definindo-os

em linhas para as políticas públicas no contexto nacional. O outro argumento norteador da escolha diz respeito às afinidades entre as temáticas das Conferências Mundiais e os campos de atuação do Serviço Social.

Nesta tese, as Conferências conformam um espaço peculiar de relações de poder entre os estados membros, que espelham os arranjos entre eles, envolvendo as diversas histórias de cada um. A ONU é mediadora desta intrincada relação interestatal, no sentido de que deve articular o binômio progresso econômico (bem estar social) e segurança militar (assegurar a construção de uma nova ordem mundial). As declarações e as convenções pactuadas em suas Conferências manifestam o embate velado entre capital e trabalho, indicando os parâmetros para as políticas nacionais em distintas matérias.

Cabe enfatizar que a pesquisa não diz respeito à implementação das políticas sociais de bem estar, mas a como sua abordagem denota o processo de formação e elaboração desta agenda – internacional e nacional - no período delimitado.

Derivados da pesquisa realizada e dos objetivos propostos, três questões norteiam esta tese:

- I. Com que significados bem estar social e messianismo foram veiculados nas sete Conferências Mundiais das Nações Unidas de 1968 a 1978?
- II. Quais os temas da agenda internacional captados pela ONU e inseridos nos espaços de suas Conferências?
- III. Como o CBCISS incorpora e divulga o ideário onusiano relativo ao desenvolvimento e bem estar social, no contexto brasileiro?

Esta tese procura sustentar duas hipóteses, nomeadas H1 e H2:

H1 – Ao traduzirem conceitos, as concepções de bem estar social discutidas nessas Conferências se vinculam a temas de agenda dos direitos sociais e do desenvolvimento econômico e são construídas como uma resposta harmonizadora de interesses. Por um lado, atende à lógica do processo econômico da globalização e dos interesses políticos dos países hegemônicos, cujas propostas parecem traduzir preceitos messiânicos. Por outro, acolhe grupos excluídos empregando a agenda do bem estar social como mecanismo de prevenção de conflitos e de amparo precário.

H2 – Messianismo e bem estar social representam, nos espaços das Conferências da ONU, conceitos e práticas sociais inscritas na vida social mediadas nos fóruns do ICWS e repassadas para o campo do CBCISS, numa lógica discursiva que, sustentando a crença de uma sociedade vindoura pacífica e moderna, com maior distribuição social do progresso

econômico, limita-se à indicação de programas esparsos, especialmente localizados, de poucos impactos na mudança de modos de vida e de pobreza de várias áreas do mundo.

Essas suposições foram tecidas ao longo de três anos de pesquisa, que demandou muitos avanços e retrocessos em torno da problemática da tese. Uma problemática diz respeito à inserção das indagações nucleares na conjuntura histórica. As conferências de 1968-1978 aconteceram em um contexto plural em termos de conteúdos, requerendo uma periodização mais criteriosa. Periodizar não significa delimitar datas, mas sim conteúdos que expressam uma descontinuidade em relação ao contexto anterior, ou mesmo uma permanência de certas características. No final dos anos de 1960, os discursos falados e escritos nas conferências foram impactados por conteúdos que sinalizaram mudanças no sistema internacional e regional.

A década de 1970 é encarada como mais complexa em relação às duas anteriores. Na visão de Hobsbawn (1995, p. 223), “os 45 anos que vão desde o lançamento das bombas atômicas até o fim da União Soviética não formam um período homogêneo único na história do mundo”. A marca deste período no cenário internacional trata-se da Guerra Fria ou o balanço bipolar em torno do confronto político e ideológico, porém defensivo, entre as duas potências do período: Estados Unidos e União Soviética. Ainda de acordo com Hobsbawn,

A peculiaridade da Guerra Fria era a de que, em termos objetivos, não existia perigo iminente de guerra mundial. Mais que isso: apesar da retórica apocalíptica de ambos os lados, mas sobretudo do lado americano, os governos das duas superpotências aceitaram a distribuição global das forças no fim da Segunda Guerra Mundial, que equivalia a um equilíbrio de poder desigual mas não contestado em sua essência. (1995, p. 224)

Todavia, a Guerra Fria apresentou matizes, como identificou Saraiva (2008): Relação quente (1947-1955); Coexistência pacífica (1955-1968); *Détente* ou distensão (1969-1980) e Nova Guerra Fria (1981-1989)⁷. *Détente* significa o concerto entre Estados Unidos e União Soviética no final dos anos de 1960 onde, embora adversários ideológicos, apresentam-se como parceiros. Para Saraiva (p. 234), “a era da *détente* foi, sobretudo, associada às negociações para as limitações das armas nucleares. A nítida percepção da espiral do terror provocado pelos arsenais foi o lastro para a concertação dos gigantes”.

O acordo denominado de Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP) de 1968 se constituiu como uma imposição das potências na época, Estados Unidos e União Soviética,

⁷ A queda do muro de Berlim é o símbolo do final da Guerra Fria em 1989.

aos demais Estados no sentido de impedir a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico na área nuclear, além do Tratado de Limitação de Armas Estratégicas – o SALT.

Na década de 1970 novos atores políticos e econômicos surgem no cenário internacional, estabelecendo um processo de multipolarização, ou seja: a expansão da Europa e do Japão em confronto às fissuras ocorridas na política econômica americana. Além disso, contribuiu ao processo de multipolarização a tentativa dos países latino-americanos em prol de um projeto econômico autônomo em relação aos centros hegemônicos, superando a visão que a América Latina era um mero ‘quintal’ dos Estados Unidos.

A ampliação desses parceiros para política econômica contribuiu para a distensão das temáticas ecoadas nos foros da ONU. Os temas de natureza social e cultural ganharam espaço, como a defesa do desenvolvimento social atrelado ao econômico e a emancipação dos direitos humanos, especialmente, os direitos sociais. Se os temas ligados à segurança militar ficaram nos idos de 1970 em segundo plano, isto também foi resultado da política de desarmamento.

Os debates acerca do desenvolvimento *versus* o subdesenvolvimento animaram os discursos nos fóruns, além de se constituir outra inflexão desse período. A formação do debate ocorreu a partir da valorização da discussão norte-sul em torno da problemática dos países pobres *versus* ricos. Essa mudança de eixo superou as fortes polêmicas entre oeste e leste (capitalismo X comunismo) presentes de 1946 até início dos anos de 1970. O debate em tela foi possibilitado pelos países membros da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), bem como dos novos países industrializados, como Brasil e México.

Saraiva (2008, p. 246) denominou este debate de “ilusões igualitaristas”, visto que os países afro-asiáticos conjuntamente com os países da América Latina estabeleceram uma pauta comum para os países em desenvolvimento. Conforme a visão do autor, “a percepção da condição de dependência estrutural em relação aos centros econômicos e estratégicos fez com que esses países sonhassem com o nascimento de uma nova ordem internacional, econômica e política mais justa”.

De 1971 a 1979, as crises econômicas do capitalismo denotam alterações no contexto em relação aos ditos anos dourados das décadas de 1950/60. A primeira crise, de escopo financeiro, diz respeito às instituições de Bretton Woods, a saber aos problemas decorrentes da conversibilidade e da sustentação do padrão ouro-dólar em 1971, gerando elevadas taxas de juros. A segunda crise, esta de cunho energético, concerne aos choques do preço do petróleo em 1973 e em 1979. Essas crises produzem mudanças no balanço de poder no tabuleiro internacional, além de engendrar uma reorientação do capitalismo em sua vertente neoliberal.

Os processos de descolonização e a questão da Palestina estabeleceram-se como temas de agenda, fortalecendo o contexto da década de 1970. O período intitulado “anos dourados” (1950-1973) em confronto às “décadas de crise” ilustra as mudanças produzidas nas sociedades ditas democráticas industriais, como Estados Unidos e Inglaterra, em virtude do progresso industrial: a ascensão de suas classes médias; os benefícios adquiridos da massa trabalhadora; alterações na estrutura familiar, na demografia e na ecologia social; o impacto da televisão; democratização da vida social e cultural.

Esse conjunto de inflexões no sistema internacional da neste período não significou uma ruptura ao modelo capitalista, porém uma continuidade do processo, e, por vezes, uma retradução de antigas formas de exploração à luz de novas roupagens. Nesta conjuntura, o velho e o novo se misturam, sinalizando tensões entre as tradições consagradas e as inovações propostas. Da mesma forma, as mudanças no sistema internacional costumam gerar novas práticas e novos ideários de modo muito lento. Todavia, o contexto dos anos de 1970 apresenta características novas em relação ao período anterior, assim como outras que permaneceram. O quadro a seguir denota a tensão entre o novo e velho, ressaltando as principais características:

Quadro 2. Principais características do contexto Internacional de 1946-1978

CAMPO	CONTEXTO INTERNACIONAL 1946-1967	CONTEXTO INTERNACIONAL 1968-1978
Econômico	Reconstrução da Europa	Crise econômica
	Centralização nos Estados Unidos e URSS	Estabilidade da Alemanha Ocidental, Japão e outros países; Multipolaridade econômica
	Debate norte-sul	Debate norte-sul
Político	Bipolaridade: Relação quente (1947-1955); Coexistência pacífica (1955-1968)	Bipolaridade: Détente ou distensão (1969-1980)
	Movimento dos Não Alinhados (MNM)	Movimento dos Não Alinhados (MNM)
	Descolonização	Descolonização
	Armamento	Desarmamento (Tratado de Não Proliferação - TNP)

	Questão da Palestina.	Questão da Palestina.
Social	Emancipação - afirmação dos direitos humanos	Emancipação – afirmação dos direitos humanos
	Proliferação de variados protestos sociais	Enfraquecimento dos movimentos trabalhistas
	Reconhecimento do papel das mulheres	Fortalecimento do papel das mulheres

Elaborado por Elisabete Cruvello

Fontes: Altemani; Bertrand; Corrêa; Hobsbawn; Nações Unidas; Saraiva

É importante esclarecer que o quadro constitui uma ferramenta de síntese das características, sublinhando que o Movimento dos Não Alinhados⁸ e o debate norte X sul originaram-se em meados da década de 1950, crescendo na década seguinte para se consolidar na conjuntura em foco.

A respeito do contexto brasileiro, de 1968-1978, sucedeu-se o Regime Militar, preconizando o desenvolvimento do País a partir do não alinhamento aos Estados Unidos. Esta posição sugere o retorno da proposta de uma política externa independente (PEI) baseada em dois princípios: autonomia e universalização. Uma particularidade relevante sobre o primeiro governante militar Marechal Castelo Branco⁹, que não pode ser incluído na busca da PEI: alinhou-se automaticamente aos Estados Unidos, incentivando uma política de interdependência. Castelo Branco descontinuou a tentativa de uma PEI delineada pelos presidentes civis¹⁰, antes de 1964.

Os governantes militares pós Castelo Branco retomaram a perspectiva da PEI¹¹, entendendo que o País não poderia restringir-se ao pan-americanismo. Em 1967, o Marechal Costa e Silva¹² implantou em seu governo a diplomacia da prosperidade, ou seja: o desenvolvimento é uma responsabilidade nacional, muito embora seja essencial cultivar

⁸ Grupo heterogêneo em termos históricos e culturais, porém afinados contra o imperialismo e os interesses externos nas economias nacionais. Em plena Guerra Fria, reunidos em 1961 em Belgrado vinte e oito países do Terceiro Mundo imprimiram uma terceira via no sentido de priorizar as necessidades deste grupo, não apoiando nem o bloco capitalista, e, nem o socialista. Países participantes: Afeganistão, Arábia Saudita, Argélia, Burma, Camboja, Ceilão, Congo, Cuba, Chipre, Etiópia, Gana, Guiné, Índia, Indonésia, Iraque, Líbano, Mali, Marrocos, Nepal, Somália, Sudão, Tunísia, República Árabe Unida, Iêmen e Iugoslávia. Países observadores: Bolívia, Brasil e Equador.

⁹ Esteve como Presidente de 15/04/1964 a 15/03/1967.

¹⁰ Na Presidência, Jânio Quadros (31/01/1961 – 25/08/1961) e João Goulart (07/09/1961 – 01/04/1964) procuraram desenvolver uma política não alinhada aos preceitos americanos, defendendo uma aliança com os países subdesenvolvidos. Ver capítulo quatro de Política Exterior Brasileira de Henrique Altemani de Oliveira.

¹¹ Para Altemani de Oliveira, o “Barão do Rio Branco (1845/1912) propagou uma vocação americanista do Brasil, elegendo os Estados Unidos como nosso polo natural de atração”, ou seja, era conveniente ao País desenvolver uma relação especial com os Estados Unidos quando foi esteve à frente do Ministério de Relações Exteriores do Brasil de 1902 a 1912. Conferir página 129 do livro Política Externa Brasileira.

¹² Foi Presidente de 15/03/1967 a 31/08/1969.

parcerias junto ao setor externo. Neste sentido, o discurso de Costa e Silva procurava estimular a formação de alianças políticas e econômicas a fim de alavancar o desenvolvimento brasileiro. No relato de Altemani de Oliveira (2005, p. 124), “a política externa de Costa e Silva combateu os privilégios decorrentes da divisão internacional do trabalho, criticando abertamente as políticas discriminatórias dos países industrializados.”

A idealização do “Brasil Potência” simboliza o projeto do Presidente Emilio Garrastazu Médici, no período de 30/10/1969 a 15/03/1974, convergindo aos princípios da PEI e da inserção estratégica do Brasil no sistema internacional. O modelo político e econômico de Médici levou em conta as inflexões do cenário internacional dos anos de 1970, procurando o reconhecimento e a admissão do Brasil como potência emergente. Tratou-se do projeto denominado milagre econômico, que pleiteava “uma reinserção dentro do sistema capitalista que lhe permitisse superar a fase do subdesenvolvimento, transformando-se, portanto, em um país desenvolvido.” (ALTEMANI DE OLIVEIRA, 2005, p.143)

A política econômica e exterior de Ernesto Geisel¹³ denominou-se de pragmatismo ecumênico e responsável, como mostra este trecho de seu discurso, extraído da obra de Altemani de Oliveira:

[...] a diplomacia brasileira de hoje considera o dinamismo da conjuntura internacional não como fonte de perplexidades conducentes à inação, mas como um somatório de coincidências, convergências e contradições de interesses estatais que deve ser explorado de maneira pragmática e responsável, dentro de uma perspectiva ecumênica.” (ALTEMANI DE OLIVEIRA, 2005, p.149)

As características da política exterior brasileira demonstram um entrosamento ao processo de multipolarização econômica defendido no sistema internacional, aproveitando o avolumado debate norte X sul. Internamente, o governo militar procurou o controle da inflação, o rompimento dos direitos políticos, o favorecimento da burguesia monopolista e a desmobilização das massas carentes via difusão de projetos sociais de cunho assistencialista. Kamujama (1986, p. 52) resumiu a política social do regime militar: “[...figurou com um investimento e encargo a ser pago por quem já recolheu os tributos. No Brasil, os cidadãos sempre foram súditos, porque sempre pagaram os impostos, mas não receberam os direitos. Nesse período, desapareceu também qualquer representatividade”. A discussão sobre outros pleitos da sociedade brasileira em matéria de bem estar social apareceu no exame das revistas Debates Sociais e Temas Sociais do CBCISS, que será tema do quinto capítulo deste trabalho.

¹³ À frente da Presidência de 15/03/1974 a 15/03/1979.

1.2. APROXIMAÇÕES TEÓRICAS

A pesquisa envolve o entrecorte de três campos de conhecimento: Relações Internacionais, Políticas Públicas e Políticas Sociais. Da interseção entre esses campos de conhecimento, três conceitos merecem ser apresentados: sujeitos coletivos, messianismo e bem estar social. Esse desdobramento não foi simples e nem automático, demandando escolhas valorativas.

A primeira manifesta a conexão entre a concepção teórica existente e concepção metodológica adotada, ou seja: na pesquisa, teoria e método dialeticamente conduzem não apenas a construção do objeto e sua problemática, como também os conceitos interpretativos sobre a realidade, dado que não existia uma matriz conceitual pronta. Especialmente, na pesquisa histórica crítica os conceitos precisam ser historicizados, ou seja, contextualizados em suas especificidades e singularidades em virtude das conjunturas nacional e internacional.

A segunda expressa os conceitos norteadores da tese: sujeitos sociais, cultura de bem estar social e messianismo. Por que esses três conceitos e não outros, como por exemplo: diplomacia, política exterior, hegemonia americana, ajuda humanitária e segurança coletiva? Os três conceitos escolhidos vinculam-se de modo mais preciso à realidade das Conferências Mundiais, além de demonstrar as transformações particulares do processo histórico nacional e internacional.

Ademais, devido à complexidade da temática e da ausência de pesquisas anteriores para sustentar uma elaboração teórica com muitos conceitos, optei por esses três conceitos que serviram para analisar os documentos finais das Conferências Mundiais da ONU e dos documentos produzidos pelo CBCISS. Resumidamente, significam:

1.2.1. Sujeitos coletivos

Dizem respeito aos atores políticos essencialmente heterogêneos. Envolvem os representantes dos países, das organizações multilaterais (OI), das organizações não governamentais (ONGs), as empresas multinacionais que em uma dada conjuntura histórica revelam os interesses de um grupo dominante ou de um segmento mais amplo da sociedade. Esses sujeitos (homens e mulheres) participam dos espaços multilaterais em sua fase preparatória e final, constituindo-se agentes do processo da política pública. A elaboração da agenda internacional incorpora questões candentes no mundo que, por vezes, é influenciada pelos distintos sujeitos coletivos com pesos variados no tabuleiro internacional.

As cúpulas expressam uma relação de “soft power” ou diplomática. Constitui uma relação peculiar de intercâmbio entre sujeitos coletivos (Estados, via corpos diplomáticos) e

outras organizações (multilaterais, não governamentais, outros representantes). Assim também, a tomada de decisões nas organizações internacionais revela as correlações de força que nelas intervêm, uma vez que podem refletir diretamente a influência ou a maneira como o poder se traduz em ação.¹⁴

Os sujeitos coletivos estabelecem vínculos de reciprocidade ora afinidade, ora de deslocamento dependendo da conjuntura internacional e da brasileira. Nesta tese, relações de reciprocidade designam: diálogo, aproximação, encontro de ideias, interação, cooperação, identidade, acordo. Por outro lado, os reposicionamentos por parte dos representantes brasileiros são encarados como: aplicação da perspectiva da ONU à realidade nacional, busca de caminho próprio e autônomo. Pelos representantes internacionais nos espaços das conferências revelam uma postura de contestação e de não apoio à proposta em debate.

A respeito de sujeitos coletivos ou atores políticos, a literatura no campo das Relações Internacionais é vasta, sendo que os seguintes analistas foram fundamentais: Maurice Bertrand; Pierre Senarclens; Eric Hobsbawn; Eugenio Garcia; Gelson Fonseca Júnior; Flávio Saraiva; Altemani de Oliveira e Paulo de Góes Filho.

1.2.2. Cultura de bem estar social.

Possui uma origem na modernidade como corolário da sociedade capitalista, ou seja: científica e liberal do século XIX, pós Revolução Francesa e Industrial. Denomina-se um processo complexo e ambíguo de matriz liberal voltado para resolver a questão social, isto é, os impasses entre capital e trabalho, oferecendo ao povo a possibilidade de adquirir serviços e bens mínimos derivados de uma “sociedade industrial e moderna”. Nesta matriz perpassam ações do Serviço Social como campo do conhecimento científico, do Estado de Bem Estar Social, das demandas da superação da pobreza pela via compensatória e assistencialista, das discussões sobre o Desenvolvimento Social atrelado, por vezes, ao desenvolvimento econômico.

Dialeticamente, coexiste na perspectiva de bem estar social ações críticas e de resistência dos movimentos sociais, advindas do debate sobre a conquista dos direitos sociais e da cidadania de base marxista: transformar a estrutura da sociedade capitalista.

¹⁴ A pesquisa clássica realizada por Thomas Cox e Harold Jacobson em 1972 sobre a tomada de decisão em oito organizações internacionais do sistema das Nações Unidas é esclarecedora neste ponto. Os autores constataram que organizações internacionais são burocracias edificadas sobre burocracia nacionais. Além disso, essas instituições têm peso distinto no sistema da ONU, variando seu grau de influência e relevância. Conferir: Uma primeira abordagem: a análise da tomada de decisão, de Cox e Jacobson. IN: Brailard, Phillipe. Teoria das Relações Internacionais. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990, p.385-422.

A concepção de cultura como mentalidade envolve a construção paulatina de uma cosmovisão e de um conjunto de valores a respeito do homem, da sociedade e do mundo, em especial, acerca dos significados de bem estar social. Afinal, quais são seus significados nesta pesquisa?

- ✓ Desenvolvimento social atrelado ao econômico;
- ✓ Direitos humanos (direitos civis, políticos e sociais);
- ✓ Justiça social;
- ✓ Igualdade de oportunidades ou acesso aos serviços;
- ✓ Distribuição de bens vinculados ao progresso e à modernidade (educação, saúde, habitação) por meio do Serviço Social;
- ✓ Sistema de proteção social.
- ✓ Cidadania.

Foi possível contar com uma rica produção da Política Social, sendo os principais analistas adotados: Suely Costa; M^a Carmelita Yazbek; Potyara Pereira; Ozanira Silva e Silva; Jose Paulo Netto; M^a Lucia Werneck Vianna; Nobuco Kameyama; Antonio Aguiar; M^a Lucia de Carvalho da Silva; Helena Junqueira e Balbina Ottoni Vieira.

1.2.3. Messianismo

Conceito complexo, porém essencial. Dois analistas colaboraram diretamente ao processo de elaboração conceitual: Michel Löwy e Moniz Bandeira. Para Löwy, messianismo envolve um processo dialético entre duas tendências políticas distintas: utopia e restauração. Por um lado, utopia denotando processos revolucionários, inovadores, ideais, e por outro, restauração preconizando o retorno ao estado de estabilidade anterior, a dialética entre essas duas tendências manifestam-se nos debates, nas recomendações pactuadas e na posição dos distintos atores políticos nas conferências em foco, configurando representações do que vale e do que não vale para as nações. Segundo Löwy,

O messianismo judaico contém duas tendências ao mesmo tempo intimamente ligadas e contraditórias: *uma corrente restauradora*, voltada para o restabelecimento de um estado ideal do passado, uma idade de ouro perdida, uma harmonia endêmica quebrada, e *uma corrente utópica*, aspirando a um futuro radicalmente novo, a um estado de coisas que jamais existiu. A proporção entre as duas tendências pode variar, mas a ideia messiânica não se cristaliza senão a partir de sua combinação. Elas são inseparáveis, numa relação dialética (1989, p.20).

Moniz Bandeira (2009. P. 28), explicando a formação do império americano, sublinha que se encontra presente na origem cultural do povo americano um sentimento peculiar de

grandeza, proveniente da colonização dos emigrantes protestantes da Inglaterra. Esse sentimento de superioridade engendra no “povo americano o destino manifesto de expandir suas fronteiras e a missão de guiar a humanidade, como se fosse o povo eleito de Deus”. A gênese religiosa do messianismo realça quatro características substantivas defendidas pelos cristãos e judeus.

A eleição do grupo constitui uma primeira característica, pois este é separado e consagrado dos demais. A segunda é sua superioridade em relação aos desfavorecidos, traduzindo-se na missão de restauração, de livramento e de mediação. A terceira diz respeito ao grupo portar atributos culturais utópicos no sentido de sua transcendência simbolizar a terra prometida e o vir a ser. A quarta característica se refere ao poder dotado para a conformação de uma nova ordem aqui na terra presente. Em síntese, nesta pesquisa, messianismo enfoca em sua acepção política:

- ✓ Utopia = transformação de ideias, revolucionárias e contestadoras;
- ✓ Redenção = salvação = livramento = configuração de nova ordem mundial;
- ✓ Emancipação = afirmação da liberdade e dos direitos;
- ✓ Consolação = levar a ajuda humanitária aos desprovidos;
- ✓ Eleição = predestinação e escolha;
- ✓ Missão de controle e de segurança.

1.3. ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

Antes de iniciar os argumentos relativos às orientações metodológicas, julgo relevante colocar que não fiz um trabalho de campo na ONU, assistindo uma reunião da Assembleia Geral, do Conselho de Segurança e nem do ECOSOC. Porém, fui observadora em reuniões de Ministros da Educação nos anos 90 na América Latina.¹⁵

As três conferências finais e uma reunião preparatória possibilitaram-me uma fértil aproximação exploratória acerca do cerne das relações de poder que perpassam as Conferências dos Organismos Internacionais e da complexidade do mundo do “Itamaraty” (Ministério das Relações Exteriores). Neste, os ritos de acesso não favorecem a inserção de quem é estranho (outsider) a teia de relacionamentos da diplomacia.

¹⁵ Em 1994, Conferência de Ministros de Educação da Organização dos Estados Ibero americanos (OEI), em Buenos Aires. Em 2000, na cidade de Brasília, da reunião preparatória dos Ministros de Educação do Mercosul, bem como da Conferência realizada em Gramado. Em 2001, da Reunião de Ministros de Educação da América Latina, organizada pela Oficina Regional de Educação para a América Latina (OREALC) da UNESCO/ONU, em Cochabamba, Bolívia, sobre o Projeto Principal de Educação (PPE).

1.3.1. Recorte temporal

A delimitação do estudo entre 1968-1978 fundamenta-se em dois argumentos. O primeiro deles diz respeito ao fato de nesse período ter se localizado o primeiro conjunto de Conferências Mundiais sobre temas afins à cultura de bem estar social, ou seja, aos campos de ação de uma política social: direitos humanos; meio ambiente e desenvolvimento; população; mulher; assentamentos humanos; discriminação social e racismo. Ao lado disso, essas Conferências sugerem uma resposta parcial aos rumos do desenvolvimento do capitalismo frente ao socialismo, ainda vigente no período.

O segundo se refere à demanda de pesquisas acerca dessa periodização levando em conta os vários estudos sobre a denominada Agenda Social: a terceira rodada de Conferências Mundiais realizadas na década de 90, com o término da Guerra Fria e o desmonte do socialismo no leste Europeu e na União Soviética. Essas são apresentadas na tabela a seguir:

Quadro 3. Conferências da ONU dos anos 90 – “Agenda Social”

ANO	TEMA DA CONFERÊNCIA	LUGAR	ORGANIZADOR
1992	Meio Ambiente e Desenvolvimento	Rio de Janeiro, Brasil	ONU
1993	Direitos Humanos	Viena, Áustria	ONU
1994	População e Desenvolvimento	Cairo, Egito	ONU
1995	Desenvolvimento Social	Copenhague, Dinamarca	ONU
1995	A mulher	Pequim, China	ONU
1996	Assentamentos Humanos	Istambul, Turquia	ONU

Elaborada por Elisabete Cruvello
Fonte: Nações Unidas

Esta terceira rodada foi considerada um marco de referência no campo das Relações Internacionais, pois internacionalistas, como Lindgren Alves, Gelson Fonseca Júnior e Otto Rubarth, atribuem a elas a conformação da agenda social da ONU. Na avaliação de Alves,

A expressão é nova, conformada já no período pós Guerra Fria, e designa fundamentalmente o esforço normativo nos diversos campos da esfera social realizado pelo conjunto de grandes conferências da década de 90.

Ainda que a convocação, a realização e o seguimento desses grandes encontros no âmbito das Nações Unidas envolvam necessariamente o ECOSOC e suas comissões, a Agenda Social na acepção ora corrente, extrapola aqueles órgãos. Isto porque, embora quase todas tivessem tido individualmente algum precedente no passado, as conferências atuais, diferentemente das anteriores, independentes e fragmentárias, além de terem intensidade sequencial inusitada, formam um conjunto de configuração quase sistêmica, que aborda as questões de maneira abrangente e integrada, como temas globais, a envolver toda a humanidade. [...] apenas as seis

conferências acima indicadas são sempre referidas como componentes da Agenda Social da ONU. (ALVES, 1996)

A apologia concernente à Agenda Social da década de 1990, sublinhada por Alves, e, a escassez de pesquisas sobre as primeiras conferências confirmaram o significado da presente tese. No início da pesquisa de campo uma indagação me inquietava: Por que as primeiras conferências foram esquecidas? Um dos argumentos destacados por Alves se refere a sua independência e natureza fragmentária, que parece não atentar para o sentido das primeiras conferências.

1.3.2. História Cultural: Debates sobre afinidade eletiva

A História Cultural constitui um campo teórico-metodológico definido como o estudo dos processos, dos contextos e das práticas discursivas como modo de construir e representar uma dada realidade. Esta pesquisa se alinha a este campo, buscando dar voz aos sujeitos sociais esquecidos em uma dada conjuntura. Assim também, visa trazer à tona processos singulares, implícitos e subjetivos. Trata-se de uma perspectiva qualitativa, que se distancia de uma lógica causal e de cunho determinista.

É importante colocar que o método da história cultural se contrapõe à história narrativa, factual e oficial dos acontecimentos, tão comum e recorrente nas publicações oficiais dos Organismos Internacionais. Chomsky adverte a respeito da necessidade de fazer uma leitura epistemológica e hermenêutica especialmente, no uso da história cultural:

Não confie apenas na história convencional dos livros e textos de ciência política. Volte às fontes originais e às monografias de especialistas: de segurança nacional e outros documentos semelhantes. [...] A maior parte do material é lixo descartável e há que ler uma tonelada de coisa inútil até encontrar alguma coisa boa. Há guias que fornecem indícios onde melhor procurar, e algumas vezes encontrar-se-á referências intrigantes em fontes secundárias; elas são mal interpretadas, mas sugerem lugares onde pesquisar (1999, 129-130).

Esta recomendação de Chomsky foi essencial para o levantamento das fontes e da leitura crítica dos materiais encontrados no trabalho de campo realizado. Por vezes, as leituras realizadas sugeriam pistas interessantes, que possibilitaram ir articulando ideias e mapeando outras fontes.

Os estudos de Michel Löwy sobre o conceito de afinidade eletiva serviram como uma aproximação metodológica pertinente ao campo da história cultural, pois este conceito traduz as ações de reciprocidade. As principais obras de Löwy examinadas: *Redenção e Utopia* (1989); *Romantismo e Messianismo* (1990); *Romantismo e Política* (1993) publicada com

Robert Sayre e sobre o conceito de afinidade eletiva em Max Weber (2011). Além dessas, outras referências a respeito do conceito em tela foram fundamentais para a discussão.¹⁶

A primeira consideração metodológica relevante diz respeito ao significado equivocado de afinidade eletiva na tradução de Talcott Parsons¹⁷ relativa à obra “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo” de Max Weber. Segundo Löwy, não pertence à acepção do conceito de afinidade eletiva a mera relação causal, como esposa a teoria positivista e funcionalista. Da mesma forma, afinidade eletiva não significa determinismo de qualquer tipo (histórico, econômico, político, cultural, outro), ou simplesmente influência. Em virtude da tradução equivocada do pensamento weberiano na década de 1930, produziu-se a interpretação de simples causalidade ou correlação, evidenciada nesta passagem:

Não é de se estranhar que a expressão “afinidade eletiva” não tenha sido entendida devidamente pela recepção de Max Weber pela tradição anglo-saxônica positivista. Um exemplo caricatural disso é a tradução americana de A ética protestante por Talcott Parsons (em 1930): Wahlverwandtschaften tornou-se ora certain correlations, ora those relationships. Embora o conceito Weberiano aluda a uma relação interna, rica e significativa entre duas configurações, a tradução de Parsons o substituiu por uma correlação banal, externa e vazia de sentido (LÖWY, 2011, p.132).

A segunda sublinha as potencialidades do pensamento weberiano, baseado no emprego do método histórico comparativo plural, iniciando os estudos concernentes à abordagem de pesquisa qualitativa. Adotar uma abordagem qualitativa significa levar em conta outras características da perspectiva weberiana: valorização da subjetividade (sentido e motivo) e dos significados da ação social humana; ênfase nas configurações singulares e peculiares. Neste sentido, Weber instituiu uma Sociologia Compreensiva. O conceito de afinidade eletiva somente pode ser compreendido levando-se em conta a sua metodologia histórica.

O exemplo clássico do emprego de afinidade eletiva em Weber constitui sua obra *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalista*, onde estuda as relações entre o moderno ethos econômico e a ética racional do protestantismo ascético. Duas formações culturais distintas se aproximam, estabelecendo uma seleção de valores e interesses. O principal ponto de contato dessas formações culturais em Weber é o princípio da conduta ascética que constitui a

¹⁶ Outras referências: Afinidades eletivas e pensamento econômico: 1870-1914 de João Antonio de Paula, *Kriterion*, Belo Horizonte, nº 111, Jun/2005, p.70/90 e Aspectos da metodologia de Michel Löwy de Mateus Zeferino, Dissertação de Mestrado, UNICAMP, IFCH, 2010.

¹⁷ Sociólogo americano do século XX (1902/1979).

motivação para o trabalho disciplinado e árduo, visando à acumulação e ao progresso. Nas palavras de Weber,

À medida que se foi estendendo a influência da concepção da vida puritana – e isto, naturalmente, é muito mais importante do que simples fomento da acumulação do capital – ela favoreceu o desenvolvimento de uma vida econômica racional e burguesa. Era a sua mais importante, e antes de mais nada, a sua única orientação consciente, nisto tendo sido o berço do moderno homem econômico. (1999, p.125)

Weber não definiu precisamente afinidade eletiva, mas Löwy elaborou esse conceito, apropriando-se do legado Weberiano:

[...] é o processo pelo qual duas formas culturais – religiosas, intelectuais, políticas ou econômicas – entram, a partir de determinadas analogias significativas, determinados parentescos íntimos ou afinidades de sentido, em relação de atração e influência recíprocas, seleção e reforço mútuos e convergência ativa. (LÖWY, 2011, p.142)

A obra *Romantismo e Messianismo* de Löwy (1990) traduz uma ilustração precisa do emprego do conceito de afinidade eletiva entre as “tradições messiânicas judias e as utopias revolucionárias modernas, principalmente libertárias” (p.137). Uma passagem extraída do livro em foco comenta a formação desse processo de afinidade eletiva:

Ora, durante os anos 1905-1923, em um certo número de intelectuais judeus de cultura alemã, essa homologia torna-se dinâmica e toma a forma de uma verdadeira *afinidade eletiva*, no sentido goethiano *wahlverwandschaft*: dois seres ou elementos que ‘se procuram um ao outro, se atraem, se assenhoreiam [...] um do outro, e em seguida ressurgem dessa união íntima de uma forma renovada, nova e imprevista’. Desdobra-se, na *Weltanschauung* desses intelectuais, um processo de *simbiose cultural*, de estimulação recíproca e, mesmo, em certos casos, de articulação, de combinação ou *fusão* (ao menos parcial) dessas duas correntes de ideias. (LÖWY, 1990, p.137)

Para Löwy, o termo afinidade eletiva tem uma longa história, a qual é bem anterior aos escritos de Weber. Suas principais metamorfoses foram sintetizadas a seguir:

Quadro 4. Metamorfoses do conceito de afinidade eletiva

	PERÍODO	REPRESENTANTE	AREA	ACEPÇÃO DE AFINIDADE ELETIVA
1º	Século XIII	Alberto Magno	Alquimia	Palavra latina affinitas no sentido de atração, análoga à atração molecular que produz as combinações químicas
2º	1724	Boerhave	Alquimia	Afinidade é a força em virtude da qual duas substâncias se procuram, unem-se e se encontram, em um tipo de casamento.

3º	1775	Bergman	Química	Atração eletiva (francês) ou afinidade eletiva (alemão). 1º emprego do termo afinidade eletiva
4º	1809	Goethe	Literatura	Encontro de dois seres, envolvendo paixão e atração entre um e outro. Afinidade íntima entre suas almas. 2ª Metamorfose do conceito da química para literatura
5º	1904/1905	Weber	Sociologia	Adequação significativa Parentescos íntimos Afinidades de sentido Seleção de interesses 3ª Metamorfose do conceito da literatura para sociologia.

Elaborada por Elisabete Cruvello
Fonte: Michel Löwy

A terceira consideração metodológica se refere às potencialidades das conjunturas históricas que sinalizam os múltiplos significados e variações do conceito de afinidade eletiva, como afirma Löwy (p. 186): “a afinidade eletiva não se desenvolve no vazio ou no azul puro da espiritualidade pura: ela é favorecida ou bloqueada por condições históricas determinadas, econômicas, sociais, políticas e culturais”. Em síntese, a contribuição metodológica dos estudos de Michel Löwy foi sugestiva na reconstrução dos contextos entre os sujeitos coletivos - ONU e CBCISS.

1.4. MAPEAMENTO DO TRABALHO DE CAMPO

Na linha da história cultural, seguem-se os principais instrumentos de coleta de dados adotados nesta tese:

- Revisão bibliográfica das fontes secundárias sobre ONU, CBCISS, conjuntura histórica internacional e nacional, messianismo, cultura de bem estar social e afinidade eletiva;
- Leitura crítica dos documentos da ONU disponibilizados em seu site e na biblioteca depositária do seu material no Rio de Janeiro, de março até dezembro de 2012;
- Realização de duas idas à Brasília em junho e outubro de 2012 a fim de identificar fontes primárias da ONU em outras bibliotecas depositárias da ONU;
- Coleta de fontes primárias na Biblioteca do CBCISS no Rio de Janeiro de julho a novembro de 2012; julho a dezembro de 2014;
- Levantamento bibliográfico realizado na PUC/SP em outubro de 2013. Aproveitando a oportunidade, entrevistei a Profª Drª Maria Lucia de Carvalho, bolsista da ONU nos

anos 60 e testemunha ocular do processo de desenvolvimento da Comunidade no mundo e no Brasil;

- Assim também, entrevistei a professora Suely Gomes Costa (UFF), outubro de 2013, como participante do CBCISS na época delimitada nesta tese.

Que tipo de material sobre a ONU foi pesquisado? Os informes finais das Conferências constituíram essencialmente as fontes primárias, recorrendo por vezes, a outros documentos das Nações Unidas. O documento final da conferência serve para reconstituir sua lógica, ou seja: os processos e temas de convocatória, os atores envolvidos, o contexto preparatório, os debates e recomendações aprovadas. Não foi possível acessar os documentos sigilosos, disponíveis apenas para o corpo diplomático.

É pertinente aclarar que em relação às fontes secundárias, realizou-se uma leitura cuidadosa de várias publicações sobre a ONU dos anos de 1950 até 2012, em todas as bibliotecas visitadas no Rio de Janeiro e Brasília. Na primeira visita à Brasília, de 23 a 26 de junho de 2012, busquei mapear os Informes Finais das Conferências da ONU do período de 1968-1978. Por se tratar de Conferências antigas, por vezes, a base de dados da ONU denominada ODS não disponibiliza o informe final. Já tinha entrado em contato com a representação da ONU no Rio de Janeiro, sendo informada dessa base. No entanto, precisava dos códigos de registro de cada Conferência Mundial a fim de acessá-las. Como não tive uma boa receptividade no Rio de Janeiro, decidi ir à Brasília na biblioteca depositária da ONU na Câmara dos Deputados. Ali conheci o Centro de Documentação e Informação – Coordenação de Biblioteca – Seção de Coleções Especiais, sendo gentilmente acolhida pela Sra. Matie Nogi (chefe do setor) e Sra. Cecília Yanaguti. Boa parte das fontes primárias foi obtida ali, em virtude do atendimento atencioso dessas bibliotecárias.

Aproveitei a minha estadia para pesquisar nas Bibliotecas do Senado Federal e a do Ministério de Relações Exteriores. Cada visita costuma ser demorada, dependendo do acervo disponível. Por exemplo, na biblioteca “Azeredo da Silveira” do Ministério de Relações Exteriores estive lendo um dia inteiro apenas um único catálogo em inglês “United Nations Document Series Symbols 1946-1996” da “Dag Hammarskjöld Library”. Este catálogo permite encontrar os códigos das Conferências Mundiais registrados na base de dados “ODS” da ONU. Somente de posse desses códigos é possível consultar os informes finais das conferências mundiais antigas, nos idiomas acessíveis da Organização: inglês, espanhol e francês.

Na segunda ida à Brasília para o trabalho de campo, de 02 a 05 de outubro de 2012, procurei o refinamento dessas fontes, a partir das ações do ECOSOC - Conselho Econômico e

Social - da ONU em um período abrangente (1950-1978). Vale lembrar que este Conselho é responsável pelo apoio aos fóruns e pela implementação das atividades de cunho sociais e econômicas das Nações Unidas. Em virtude da Biblioteca da Câmara Federal possuir um rico acervo acerca da ONU, foi o local mais indicado para continuação da coleta de dados. Ainda em Brasília, as Bibliotecas do IPEA, da CEPAL, do Instituto Rio Branco foram visitadas para identificação de fontes primárias e secundárias.

No Rio de Janeiro, a biblioteca depositária da ONU constitui a Biblioteca Nacional, onde obtive várias fontes complementares para a reconstrução do debate. Assim também, a Biblioteca Cordeiro de Farias da Escola Superior de Guerra ofereceu uma série de publicações relevantes sobre a ONU e o contexto brasileiro dos anos 70.

No que tange à Biblioteca “Zeny Miranda” do CBCISS no Rio de Janeiro foram conseguidas as fontes primárias: vinte e dois exemplares da Revista Debates Sociais e doze da Coleção Temas Sociais publicados de 1968-1978 usados para examinar a interlocução CBCISS e ONU. Assim também, os resultados dos Seminários de Araxá (1967), de Teresópolis (1970), de Sumaré (1978), publicados e comentados nas revistas em tela foram referenciados. Estas fontes primárias foram capilares para ilustrar as aproximações entre os conteúdos discursivos produzidos nas Conferências Mundiais da ONU e sua divulgação pelo CBCISS no País. As funcionárias do CBCISS, Sr^a Telma Teles (bibliotecária) e Sr^a Helena Teixeira ofereceram indicações bibliográficas de grande valia em todo o processo de pesquisa.

1.5. DELIMITAÇÃO DOS CONTEÚDOS DISCURSIVOS

Nesta tese, conteúdos discursivos designam o exame dos documentos oficiais da ONU à luz dos referenciais teóricos adotados, bem como dos indícios relativos às conjunturas internacional e nacional. O processo de delimitação desses conteúdos demandou uma aproximação ao campo da análise de discursos, muito embora esta tese não se caracterize como uma pesquisa voltada para a análise de discursos em sua acepção ampla, conforme revela esta definição: “análise de discursos procura descrever, explicar e avaliar criticamente os processos de produção, circulação e consumo dos sentidos vinculados àqueles produtos na sociedade”. (PINTO, 2002, p.11) A esse respeito, existe uma ampla literatura metodológica no campo da análise de discursos.¹⁸

¹⁸ Algumas referências: OSAKABE. Argumentação e discurso político de 1979; GREIMAS e LANDOWSKI. Análise de Discurso em Ciências Sociais de 1986; GADET e HAK. Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à Obra de Michel Pêcheux de 1990; GIALDINO. La construcción de representaciones sociales. Discurso político y prensa escrita. Un analisis sociológico, jurídico y lingüístico de 1997.

Deste campo, foi tomado emprestado o pressuposto de que o valor documental imediato ou a letra do texto é insuficiente para apreender os modos de dizer e modos de seduzir enquanto práticas culturais, ratificados no argumento a seguir:

O analista de discursos é uma espécie de detetive sociocultural. Sua prática é primordialmente a de procurar e interpretar vestígios que permitem a contextualização em três níveis: o contexto situacional imediato, o contexto institucional e o contexto sociocultural mais amplo, no interior dos quais se deu o evento comunicacional. (PINTO, 2002, p.26)

Ao ler os documentos finais das sete Conferências Mundiais da ONU, procurou-se considerar as três dimensões sublinhadas pelo autor: situacional, institucional e sociocultural. Deste processo analítico resultou a delimitação de treze conteúdos discursivos:

1. Crítica à política de armamento praticada pelos países desenvolvidos do norte;
2. Apoio aos processos de descolonização e ao direito de ser livre;
3. Conflito entre Judeus e Palestinos. Direito da Palestina à sua terra;
4. Crítica à discriminação racial, ao racismo, ao apartheid e ao nazismo;
5. Relevância da Segunda Década para o Desenvolvimento;
6. Expansão dos direitos sociais e da justiça social como bem estar social ligado ao desenvolvimento econômico;
7. Igualdade entre homem e mulher, em termos de trabalho, educação e remuneração;
8. Preocupação com o bem estar social e econômico dos imigrantes;
9. Defesa de melhores condições de saúde, de educação, de moradia e de assistência para os desprotegidos como idosos, mulheres, jovens, crianças e incapacitados;
10. Crítica à explosão demográfica nos países mais pobres;
11. Planejamento familiar envolvendo o número de filhos, responsabilidade do casal, uso de contraceptivos;
12. Sustentabilidade na política de habitação;
13. Proteção do meio ambiente.

Em torno desses conteúdos discursivos e dos temas de agenda - desarmamento, questão da Palestina, desenvolvimento social atrelado ao econômico e emancipação dos direitos humanos – processou-se o exame do material da ONU e do CBCISS. Parafraseando Kosík, o princípio de uma pesquisa é casual e arbitrário, porém o início da exposição é necessário, contendo a estrutura da pesquisa. Esses conteúdos discursivos assinalam a estrutura da tese, bem como traduzem a concepção de bem estar social em curso nos idos de 1970, e, suas afinidades com o messianismo.

1.6. ESTRUTURA DOS CAPÍTULOS

A introdução discute a orientação teórico-metodológica da pesquisa realizada, apresentando as questões centrais e sua problemática, os analistas empregados na tese e as suposições fundamentais.

O capítulo dois sublinha as razões da existência e da agenda das instituições protetoras, assinalando as origens da ONU e do CBCISS, na década de 40. A identidade emblemática da ONU é ressaltada à luz das memórias de sua agenda do passado vigentes no século XXI.

Desde o olhar da Política Pública e da teoria das Organizações Internacionais, o capítulo três analisa o papel das Conferências para a definição de linhas fundamentais que alimentam o processo da política. Compreendem-se essas Conferências como um espaço de rituais, destacando o significado do contexto preparatório ao foro e a heterogeneidade dos atores políticos.

O capítulo quatro redesenha o contexto internacional e nacional de 1968-1978, realçando as alterações na conjuntura internacional como a *détente*, o desarmamento, o debate norte X sul e as crises econômicas. O contexto histórico brasileiro marcado pelo Regime Militar teve como tônicas a superação do subdesenvolvimento e a expansão de políticas sociais assistencialistas. Quatro temas de agenda nortearam os debates das recomendações nas conferências: desarmamento, questão da Palestina, emancipação dos direitos humanos e desenvolvimento social atrelado ao econômico. Esses temas sugerem que as Nações Unidas foram portadoras de um projeto messiânico de desenvolvimento econômico e social, configurando, assim, uma concepção particular de bem estar social.

O capítulo cinco interpreta a interlocução do CBCISS como uma instituição multiplicadora do ideário da ONU, a partir do exame das publicações da Revista Debates Sociais e Coleção Temas Sociais de 1968-1978 à luz dos conteúdos discursivos e dos temas da agenda internacional demarcados. Confere-se que as revistas do CBCISS procuraram divulgar a mentalidade de bem estar social da ONU, como também, retraduziram essa mentalidade conforme a visão de mundo em circulação nos anos setenta no País.

As considerações finais tecem sínteses relativas à tese, delineando alguns questionamentos acerca do debate em torno da agenda de bem estar social no século XXI, seja ele na ONU e no CBCISS.

2 CULTURA DE BEM ESTAR SOCIAL E MESSIANISMO: AS INSTITUIÇÕES PROTETORAS E A CONSTRUÇÃO DE SUA AGENDA

“La caridad puede atenuar la miseria o el sufrimiento, pero no previene sus plagas ni repara las injusticias.”
SENARCLENS

As instituições protetoras surgiram com um ofício preciso: gerar proteção social a partir do uso de estratégias como caridade, filantropia e políticas sociais. Em sua trajetória, essas viveram metamorfoses que conotam um processo de reconcepção do ideário de bem estar social. Para Vieira, “a solidariedade e a cooperação são qualidades inerentes à natureza humana, como a miséria e os conflitos fazem parte de qualquer sociedade” (1982, p. 11).

As práticas de cooperação e de solidariedade para mediar os conflitos intrínsecos à história da humanidade sinalizaram a gênese política em que configuram as práticas das instituições protetoras e a natureza de suas agendas: “las situaciones dramáticas que reclaman ayudas de urgencia son de origen esencialmente político: proceden de la guerra, de la tirania, de estructuras económicas y sociales injustas” (SENARCLENS, 2000, p. 22).

Neste capítulo, o foco é explicitar o surgimento da ONU na década de 1940 como um tipo analítico de instituição protetora, ressaltando sua identidade emblemática. Assim também, procura-se enfatizar as origens das instituições protetoras como o CBCISS e a construção de sua agenda de bem estar social carregada de messianismo.

2.1. REFLEXÕES SOBRE SUAS ORIGENS:

Uma agenda não é abstrata, nem se conforma no vazio histórico. A relação entre sociedade, estado e economia demonstra a conformação da agenda das instituições protetoras a partir do século XIX, bem com sua pauta e suas estratégias de ação. Potyara (2011, p. 10) sublinha que “o século XIX testemunhou, de fato, importantes mudanças na estrutura econômica e no sistema político das sociedades capitalistas centrais, as quais exigiram do Estado inéditas intervenções”. Convém lembrar que o sistema capitalista decorreu de mudanças gestadas em longo processo dos séculos XV ao XVIII, a saber:

- **Revolução Científica** (século XVII) imprimiu uma nova forma de pensar à luz do emprego do método experimental, julgando que a suposta exatidão advinda do uso desse método possibilitaria conhecer, reformar e prever os problemas sociais. O paradigma científico em substituição às explicações religiosas e filosóficas foi

empregado no século XIX para analisar a natureza da pobreza social. O cientificismo entende que nas sociedades industriais a pobreza já não era um castigo divino, demandando uma intervenção do estado¹⁹.

- **Revolução Industrial** (século XVIII) engendrou a sociedade de mercado, centrada no fortalecimento do capital como um princípio que regulou não apenas as formas de produção, mas as relações entre os homens²⁰.
- **Revolução Francesa** (século XVIII) estabeleceu a sociedade de classe, democrática, assentada na meritocracia²¹, ou seja, as relações não estariam mais balizadas por laços de consanguinidade ou hereditariedade, porém, na defesa do individualismo, da liberdade e da aptidão. A concepção de cidadania reside no ideário desta Revolução, preconizando direitos civis, políticos e sociais.

Nesta perspectiva, a ‘grande transformação’ no século XIX ocorreu em torno de duas forças excludentes: o sistema de mercado autorregulável *versus* o movimento protetor da sociedade. Polanyi (1980, p. 164) caracterizou esse processo: “A organização do mercado cresceu a ponto de se tornar um perigo, e tanto no que concerne ao homem, à natureza ou à organização produtiva, grupos ou classes pressionaram por proteção”. Tendo como ponto de referência o argumento de Polanyi sobre a ‘Grande Transformação’, admite-se que as instituições protetoras no século XIX originam-se deste movimento da sociedade por sua proteção e defesa.

No contexto do século XIX, o Estado de Bem Estar Social e a política social surgem para mediar dois eixos articulados: regular a ordem social caótica e oferecer um padrão mínimo de sobrevivência ao povo, vinculado à realização da cidadania. Porém, a consolidação do modelo de Estado de Bem Estar Social ocorreu somente na década de 1940²², exemplificada por José Paulo Netto:

¹⁹ Segundo Celia Lessa Kerstenetzky, o estado de bem estar social como seguro social se origina, pois na Alemanha de Bismarck, com o primeiro programa de compensações por acidente de trabalho (1871), dando continuidade a outras formas de seguro: saúde (1883) e aposentadoria para idosos e deficientes (1889). Conferir Capítulo 1 do livro “O Estado de Bem Estar Social na Idade da Razão”.

²⁰ Modelo Liberal possui cinco eixos fundamentais: criação de uma sociedade de mercado, voltada para a produção em massa e consumo; valorização do lucro; fortalecimento da indústria incluindo trabalho humano, terra e capital; defesa da racionalidade burocrática e institucional; apologia ao progresso decorrente do emprego da ciência e da tecnologia.

²¹ Sistema de valores, onde o progresso e o fracasso das pessoas são vistos como diretamente proporcionais aos talentos, às habilidades e ao esforço de cada um independente do contexto.

²² Em 1942, William Beveridge publica o relatório acerca da prevenção, da responsabilidade do Estado por oferecer um mínimo nacional para aqueles que trabalham e outros benefícios para os desempregados. Esta é a raiz de uma concepção universalista de bem estar social.

[...] o bem estar social deixa de ser uma noção vaga e evanescente para ganhar contornos claros: torna-se o objetivo - a ser perseguido especialmente pelos Estados nacionais, mediante intervenções econômico-sociais – de oferecer à massa da população o acesso a bens e serviços que garantam a sua reprodução segundo padrões civilizatórios mínimos (2008, p.10).

O fenômeno da pobreza em massa ou questão pública, manifestado no século XIX, adveio do fortalecimento do sistema liberal. Esse fenômeno conformou a organização dos reformadores sociais²³, que expressam características do messianismo em suas agendas e estratégias de ação. Por um lado, foram denominados utópicos e revolucionários pelas denúncias à ordem excludente; por outro, viveram o contexto francês de restauração²⁴, de defesa dos valores do Antigo Regime. Paralelamente às ações dos reformadores, cabe lembrar que no bojo do movimento Iluminista se originou a secularização da caridade religiosa pelos filantropos, grupo de humanistas e idealistas.²⁵

Nesta tese, humanismo designa um grupo de idealistas que partilham valores em torno do bem estar social em seu sentido lato, como a emancipação dos direitos humanos. Além disso, esses idealizadores buscam reorganizar a sociedade a partir de reformas utópicas saturadas de representações religiosas, sentido abordado por Martin Buber:

O que aqui predomina é o anseio pelo que é *justo*, anseio este se experimenta na visão religiosa ou filosófica como revelação ou ideia e, que, por sua essência, não pode se realizar no indivíduo, mas somente na comunidade humana. A visão daquilo que deve ser, muito embora às vezes pareça ser independente da vontade pessoal, não pode ser separada da atitude crítica em face da atual maneira de ser do mundo humano. O sofrimento que nos causa um sistema absurdo prepara a alma para a visão e o que esta reforça e aprofunda a compreensão da inexatidão do erro. O desejo de que a visão se realize dá forma à imagem.

Na revelação, a visão do que é justo se consuma na imagem de um tempo perfeito: como escatologia messiânica. Na ideia, a visão do justo se consuma na imagem de um tempo perfeito: como utopia. [...]

Escatologia significa consumação da criação; utopia, desenvolvimento das possibilidades latentes na comunidade humana, de se concretizar uma ordem justa. [...]

A escatologia quando profética, e a utopia, quando filosófica, possuem um caráter realista (1986, p. 18-19).

Utopia e escatologia sustentam a imagem de um tempo perfeito, expressão usada pelo autor acima para conceber o vir a ser como esperança e promessa por uma sociedade mais justa. No cerne da concretização desse tempo perfeito reside uma dimensão do messianismo, retratado por Löwy, como a dialética entre o novo (corrente da utopia) e o velho (corrente da

²³ A título de exemplo: Saint-Simon (1860-1825); Robert Owen (1771-1858); Charles Fourier (1772-1837).

²⁴ Diz respeito ao período de abril de 1814 a julho de 1830, quando se formou a Santa Aliança que derrubou Napoleão e instaurou a monarquia constitucionalista.

²⁵ Também denominado de Ilustração: filósofos franceses dos séculos XVII e XVIII buscavam transformar as formas de pensamento, bem como substituir a estrutura feudal por uma burguesa e liberal. Apoiava-se no avanço da ciência, na razão, no individualismo e na liberdade.

restauração do estado anterior). Homens e mulheres denominados humanistas, por vezes, professam uma religião, ou viveram experiências religiosas em algum momento da vida.²⁶

Em uma pesquisa sobre os precursores e pioneiros do Serviço Social²⁷, Balbina Vieira (1984, p. 113) afirma: “O fio condutor que une estas *figuras* através dos séculos é o amor, o interesse para com os seres humanos que permaneceu, e se repetiu e se apresenta como fenômeno universal e, portanto, como a *essência* dos trabalhos sociais”. Em outra passagem selecionada, Vieira detalha:

Eram de países diferentes, viveram em épocas diferentes, pertenciam a classes distintas. Quatro são homens e três, mulheres. Naqueles tempos, somente alguns homens frequentavam as Universidades. Todos, no entanto, homens e mulheres tinham uma coisa em comum: Amavam o próximo e seu senso de humanismo os levou a trabalhar de diversas maneiras para melhorar a sociedade (1984, p.8).

Se o amor ao próximo e o senso de humanismo manifestam as marcas desses pioneiros do Serviço Social, outros analistas adotam conceitos simbolizando uma postura ética e de não conformação com as desigualdades sociais. Por exemplo, Stéphane Hessel²⁸ utiliza o conceito de indignação denotando uma forma de estranhamento e de engajamento político decorrente da secularização:

Eu desejo a todos, a cada um de vocês, que tenham seu motivo de indignação. Isto é precioso. Quando alguma coisa nos indigna, como fiquei indignado com o nazismo, nos transformamos em militantes; fortes e engajados, nos unimos à corrente da história, e a grande corrente da história prossegue graças a cada um de nós. Esta corrente vai em direção de mais justiça, de mais liberdade, mas não da liberdade descontrolada da raposa no galinheiro. Esses direitos, cujo programa a Declaração Universal redigiu em 1948, são universais. Se você encontrar alguém que não é beneficiado por eles, compadeça-se, ajude-o a conquistá-los (2011, p. 16).

Indignação, estranhamento, desnaturalização, conscientização traduzem o compromisso ético do homem em relação ao coletivo, distinguindo os homens dos animais, uma vez que, em tese, o homem pode se colocar no lugar do seu semelhante em um processo de relativização antropológica e de reconhecimento das alteridades.

²⁶ Entre os internacionalistas consultados, é consensual que durante o governo do presidente Jimmy Carter (1977-1981) a política externa americana privilegiou os direitos humanos. Segundo Reynolds, “Carter era um idealista, que defendia uma política externa mais ética, após o Vietnã, tendo os direitos humanos como uma das prioridades de sua agenda. Também dedicava um especial interesse ao Oriente Médio. Um devoto batista sulista, conhecedor da Bíblia, considerava quase sua a Terra Santa” (2013, p.294)

²⁷ Foram estudados: Juan Luiz Vivés (1492-1540); São Vicente de Paula (1576-1660); Canon E. Barnett (1853-1915); Jane Adams (1860-1935); Mary E. Richmond (1861-1928); Mary Parker Follet (1868-1933); René Sand (1877-1953). Conferir: Serviços Sociais. Precursores e pioneiros. Editora Agir, 1984.

²⁸ Alemão judeu, nascido em Berlim, 1937, naturalizou francês em 1937. Testemunha ocular da Segunda Guerra Mundial, passando por vários campos de concentração. Em 1946, entrou para a carreira diplomática, participando da comissão encarregada de elaborar a Declaração Universal de Direitos Humanos da ONU.

A partir do século XIX, instituições protetoras, religiosas ou laicas, buscaram concretizar uma mentalidade de bem estar social a partir da coexistência entre ações caritativas e projetos filantrópicos, muito embora filantropia se distinga da caridade, como mostra Sanglard:

A filantropia se difere da caridade por propor estar desvinculada de qualquer vestígio de piedade e ter subjacente a ela a ideia da utilidade social. A caridade reflete, nesse sentido, o temor a Deus, a realização de um dos dez mandamentos – ajudar o próximo – e uma atitude de resignação ante a pobreza; enquanto a filantropia, uma virtude laicizada, é uma ação continuada, refletida e não mais isolada. Outra diferença que podemos notar é que na caridade o anonimato é um valor importante, pois o gesto é de abnegação. E para realização de suas obras recorrem à intermediação da Igreja (das esmolas) ou das irmandades - instituições laicas, mas de devoção – que realizam as obras de caridade: distribuição de pão, de sopas, de agasalhos, manutenção de hospitais, asilos, orfanatos, entre outras ações. Já a filantropia, para por em prática suas obras de utilidade social, necessita da reunião de pessoas que participam de um mesmo movimento de expressão e de identidade do doador (2010, p. 2).

Em outra chave de leitura: A filantropia salienta ações de utilidade social, movidas pelo engajamento, solidariedade e afirmação da cidadania. No século XIX a ciência foi sacralizada, substituindo a religião como força de coesão da sociedade, além de servir para justificar a nova concepção da pobreza: nas sociedades industriais a pobreza já não era um fenômeno natural ou um castigo divino, como mencionado anteriormente. Esta era resultado do embate capital e trabalho denominado como questão social. Este contexto possibilitou a associação entre conhecimento científico e reforma social via instituições filantrópicas ou Organizações Não Governamentais Internacionais²⁹. A seguir, uma síntese sobre as principais vinculadas ao ideário de bem estar social:

Quadro 5. Principais Organizações Não Governamentais Internacionais – 1863/1945

NOME	GENESE	FUNDADOR(ES)	PAÍS	NATUREZA
Comitê Internacional Cruz Vermelha (CICV)	1863	Gustave Moynier/ Louis Appia/ Henry Dunant/ Théodore Maunoir/ Guillaume H. Dufor	Genebra, Suíça	Laica, voltada à “missão humanitária de proteger a vida e a dignidade das vítimas de conflitos armados e outras situações de violência e prestar assistência”. ³⁰

²⁹ Segundo Herz e Hoffman, as primeiras ONGs surgiram no século XIX, sendo a primeira relatada: “A Sociedade Anti-Escravista para a Proteção dos Direitos Humanos”, criada em 1839. Para as autoras existiam, 32 OIGs em 1874; 1083 OIGs em 1914; 10292 OIGs em 1990; 13206 OIGs em 2000. Ver páginas 229-230 do livro “Organizações Internacionais – História e Práticas”.

³⁰ WWW.ICRC.ORG

Exército de Salvação	1865	William e Catherine Booth	Londres, Inglaterra	Natureza cristã procurando “declarar guerra ao pecado nos bairros carentes de Londres, contribuindo para o bem estar através do trinômio: sopa, sabão e salvação”. ³¹
Caritas	1897	Lorenz Worthmann	Friburgo, Alemanha	Natureza católica, buscando “construir um mundo melhor, especialmente para os pobres e os oprimidos.” ³²
União Católica Internacional de Serviço Social (UCISS)	1922	Mademoiselle Marie Baers	Bélgica	“Confessional - defesa da doutrina católica e do humanismo cristão estimulando o progresso da justiça social pelo Serviço Social.” ³³
Conferência Internacional de Serviço Social (ICWS) ³⁴	1928 ³⁵	René Sand	Paris, França	“Esperava que a difusão dos resultados encontros levasse governos a adotar medidas legislativas necessárias e a promover programas adequados e assim influir sobre as obras privadas para reformar e/ou melhorar seus serviços.” ³⁶
OXFAM	1942	Theodore Milford, Edith Pye, Vera Brittain e outros	Oxford, Reino Unido	Laica, atuando na “busca de soluções para o problema da pobreza e da injustiça, através de campanhas, projetos de desenvolvimento e ações emergenciais”. ³⁷

Elaborado por Elisabete Cruvello

Fontes: Sites institucionais das ONGs

É bem verdade que as primeiras ONGs se limitaram ao atendimento das necessidades locais; mas, como decorrência da expansão da sociedade liberal, os problemas de uma nação acabam se internacionalizando. Um argumento para as tensões entre nacional e internacional se relaciona ao movimento expansionista da Europa em busca de novos mercados e repartição das áreas ocupáveis no mundo. A expansão colonial dos séculos XIX e XX se fundamentou em torno de dois eixos: tratou-se de uma missão civilizadora dos povos mais adiantados em relação aos atrasados, a partir da moralização e evangelização dos considerados selvagens, e se justificou sob o suposto lema da superioridade racial do homem branco. A ampliação dos temas nacionais atendidos pelas ações caridosas e pelos projetos filantrópicos se converteu em

³¹ WWW.EXERCITODESALVACAO.ORG.

³² WWW.CARITAS.ORG

³³ VIEIRA, Balbina Ottoni. História do Serviço Social. Contribuição para a construção de sua teoria. Rio de Janeiro: Agir, 1985, p.51.

³⁴ Suas pautas e encontros são apresentados no capítulo a respeito das revistas do CBCISS.

³⁵ Início formal da 1ª Conferência Internacional de Serviço Social, muito embora as conversações sobre sua formação encetaram-se em 1924. Conferir em Serviço Social: Visão Internacional de Balbina Ottoni Vieira.

³⁶ VIEIRA, Balbina Ottoni. Serviço Social: Precursores e Pioneiros. Rio de Janeiro: Agir, 1984, p.102.

³⁷ WWW.OXFAM.ORG

temas internacionais para ser examinados pelas primeiras organizações internacionais³⁸ apresentadas no quadro a seguir:

Quadro 6. Principais Organizações Internacionais – 1919-1945

NOME	GENESE	FUNDADOR(ES)	PAÍS	NATUREZA
Liga das Nações	1919 ³⁹	Conferência de Paz em 1919 – Integrantes da Comissão da Liga ⁴⁰	Paris, França	Organização internacional de aspiração universal estabelecida no contexto do pós-1ª Guerra Mundial. O Pacto da Liga das Nações artigo 23 discorre sobre os encargos sociais, humanitários e econômicos.
OIT	1919	Países signatários do Tratado de Versalhes	Paris, França	“Fundou-se sobre a convicção primordial de que a paz universal e permanente somente pode estar baseada na justiça social.” ⁴¹
ONU	1945	51 Estados membros fundadores ⁴²	São Francisco, Estados Unidos	“Fomentar la paz y la seguridad internacionales, las relaciones amistosas entre los países y tratar de resolver las dificultades económicas, sociales, culturales y humanitarias internacionales”. ⁴³

Elaborado por Elisabete Cruvello
Fontes: Garcia e Nações Unidas

A Liga das Nações sediada em Genebra nasceu dos escombros da Primeira Guerra Mundial como uma forma de gestão coletiva da paz mundial, proposta pelo presidente norte americano Woodrow Wilson⁴⁴. A este respeito, Garcia comentou em sua pesquisa a contribuição peculiar dessa Organização Internacional no contexto daquela época:

³⁸ As organizações internacionais em tela são consideradas instituições protetoras em razão das bandeiras que defendem: direitos humanos; proteção ambiental; ajuda humanitária; assistência ao desenvolvimento.

³⁹ A Liga das Nações ou Sociedade das Nações teve o seu encerramento decretado com o surgimento das Nações Unidas. Ver pesquisa de Eugênio Vargas Garcia- O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926)

⁴⁰ Países integrantes da Comissão da Liga: Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Itália, Japão, Brasil, Bélgica, Sérvia, Portugal e China. (GARCIA, 2005, p.37)

⁴¹ WWW.OIT.ORG

⁴² São estes: África do Sul; Arábia Saudita; Argentina; Austrália; Bielorrússia; Bélgica; Bolívia; Brasil; Canadá; Chile; China; Colômbia; Costa Rica; Cuba; Dinamarca; Egito; El Salvador; Equador; Estados Unidos; Etiópia; Filipinas; França; Grécia; Guatemala; Haiti; Honduras; Índia; Irã; Iraque; Iugoslávia; Líbano; Libéria; Luxemburgo; México; Nicarágua; Noruega; Países Baixos; Panamá; Paraguai; Peru; Polônia; República Dominicana; Síria; Tchecoslováquia; Turquia; Ucrânia; União Soviética; Uruguai e Venezuela.

⁴³ Centro Colaborador de la Organización Mundial de la Salud de la Agencia de Salud Publica de Canadá. Documento informativo sobre las cumbres de la ONU, 2011, p. 3.

⁴⁴ Ocupou a presidência de 1913-1921.

Em que pese as suas imperfeições e falhas na execução dos dispositivos do Pacto, a Liga das Nações foi uma experiência importante no campo da organização internacional. Deve-se ter em mente que a Liga era reflexo da conturbada realidade internacional do entreguerras, com todas as suas contradições e perplexidades (2005, p.137).

Em seu vigésimo terceiro artigo, o Pacto da Liga das Nações discorre sobre os encargos sociais, humanitários e econômicos abarcando seis campos de ação:

- Manutenção de condições de trabalho equitativas e humanas para homens, mulheres e crianças;
- Tratamento equitativo das populações indígenas;
- Fiscalização de acordos relativos ao tráfico de mulheres e crianças, bem como ópio e drogas nocivas;
- Fiscalização do comércio das armas e munições;
- Atendimento das necessidades especiais das regiões devastadas pela guerra de 1914-1918;
- Combate e prevenção de enfermidades.

A concretização de ações relacionadas às matérias do artigo supracitado do Pacto foi transmitida por Henderson em sua palestra de 1958⁴⁵:

En los primeros años de existencia de la Sociedad de Naciones los problemas sociales que se consideraban a propósito para una actividad internacional eran los que juzgaban internacionales porque entrañaban el cruce de las fronteras nacionales y la transmisión de males sociales de un país a otro. Por tales razones, el tráfico de estupefacientes y la trata de mujeres y de niños fueron los primeros campos de acción social de la Sociedad de Naciones. La protección, el socorro y el reasentamiento de los refugiados también pasaron a ser importantes esferas de actividad. Sin embargo, con el transcurso de los años, la Sociedad de las Naciones inició una serie de encuestas y estudios sobre protección a la infancia, prestación técnica en materia de sanidad e higiene y emprendió la realización de programas de cooperación intelectual (1958, p.1).

Em sua formação, a OIT desenvolveu estudos sobre o trabalho nas colônias e nos territórios, trabalho indígena e trabalho escravo, apoiando os desígnios da Liga das Nações na construção de legislações, como salienta Black (2010, p. 116): “Em 1919, cuando se fundaron la Sociedad de Naciones y la OIT se busco con gran vitalidad el desarrollo de instrumentos

⁴⁵ Palestra dada no 9º Congresso Mundial da UCISS, realizado em Bruxelas, de 18-25 de agosto de 1958. Na época, Drª Julia Henderson ocupava o cargo de Diretora de Assuntos Sociais das Nações Unidas.

jurídicos internacionales⁴⁶ para proteger a los seres humanos de determinadas formas de opresión y de flagrante explotación”.

As Nações Unidas surgem com o mandato preciso de restaurar os destroços da Segunda Guerra Mundial, em um contexto de regulação da economia liberal, denominado Anos Dourados ou *Golden Age*.⁴⁷ O messianismo encontra-se presente na Carta do Atlântico de 14 de agosto de 1941, assinada pelo presidente Roosevelt (Estados Unidos) e o primeiro ministro Churchill (Inglaterra), idealizadores da ONU. Na Carta do Atlântico, em seu quinto artigo, os signatários afirmam: “Desejam promover, no campo da economia, a mais ampla colaboração entre todas as nações, com o fim de conseguir, para todos, melhores condições de trabalho, prosperidade econômica e segurança social ” (GALT, 1966, p. 126). A aproximação com a perspectiva de bem-estar social é notória neste artigo da Carta do Atlântico. Mas, cabe indagar: Quem seriam os mentores? O preâmbulo da Carta coloca:

O presidente dos Estados Unidos da América e o Primeiro-Ministro Winston S. Churchill, representando o governo de Sua Majestade no Reino Unido, havendo se reunido, julgaram conveniente tornar públicos alguns princípios comuns da política nacional de seus respectivos países, nos quais baseiam suas esperanças num futuro mais auspicioso para o mundo. (GALT, 1966, p.125)

Os guardiões da política e segurança mundial da década de 1940, EUA e Inglaterra, voltam-se para uma prática de restauração da ordem por via messiânica. Durante a 2ª Guerra Mundial, a ONU é projetada pelos Aliados (Estados Unidos, Inglaterra e União Soviética), voltada à manutenção da coalizão depois de terminado o conflito, bem como à congregação em torno do debate futuro da política mundial com vistas a operacionalizar as missões de segurança mundial e de desenvolvimento econômico. Discorrendo no que tange ao contexto em tela, Eugênio Garcia sublinha seu ponto de vista:

A guerra ainda prosseguia nas duas frentes principais (Europa e Pacífico) quando as conversações sobre a futura ONU começaram efetivamente. Em meio à destruição e à ruína econômica em dezenas de países, o mundo estava em estado de fluxo, marcado por vácuos de poder e possibilidades abertas. A Carta foi assinada em 26 de junho de 1945, antes do advento da era nuclear, antes da Guerra Fria e antes que as divergências entre os Aliados, em particular Estados Unidos e União Soviética, moldassem a política mundial nas décadas seguintes (2011, p. 17).

Da mesma forma e no bojo dessa conjuntura, o CBCISS foi criado em 1946, objetivando não só ratificar esse pacto interclasses (empresariado e trabalhadores), como

⁴⁶ Convém ressaltar dois instrumentos: “Convenio sobre la Esclavitud de 1926 e Convenio de la OIT sobre el Trabajo Forzoso u Obligatório de 1930”.Black, 2010, p.116.

⁴⁷ Iniciou-se no pós-2ª Guerra até meados da década de 1970.

também instituir o Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Bem Estar Social (ICSW) no País e na América Latina. Neste sentido, “o CBCISS é criado com a finalidade de incentivar a cooperação e o intercâmbio, no Brasil, entre as instituições, tanto privadas como estatais, bem como aos profissionais que tem sua ação voltada para o social” (SILVA, 1994, p. 9). O CBCISS foi idealizado como “**espaço de esperança transformadora**” (utopia) e “**espaço de encontros**”, acepções narradas na publicação institucional sobre suas memórias. O surgimento desse comitê, segundo o CBCISS, ocorreu em decorrência da “mobilização das pessoas para estudarem e discutirem o problema da pobreza, apresentarem projetos para sua eliminação e participarem de programações que implicam políticas sociais, visando justiça social, desenvolvimento social e bem estar social” (2002, p. 19). Neste sentido, o embrião da aproximação entre messianismo e bem estar social encontram-se nas raízes dessa instituição. Outra narrativa confirma esta aproximação: “a vocação do CBCISS é verdadeiramente a de SERVIR” (CBCISS, 1977, p. 54). Esta noção de serviço influencia o nascimento do Serviço Social no Brasil, bem como a Doutrina Social da Igreja⁴⁸, como ilustra a afirmação de Yazbek:

[...] é por demais conhecida a relação entre a profissão e o ideário católico na gênese do Serviço Social brasileiro no contexto de expansão e secularização do capitalismo. Relação que vai imprimir à profissão caráter de apostolado fundado em uma abordagem da questão social como problema moral e religioso e numa intervenção que prioriza a formação da família e do indivíduo para solução dos problemas e atendimento de suas necessidades materiais, morais e sociais (2009, p. 3).

No Brasil dos anos de 1940, organizações reguladoras da questão social e destinadas à formação profissional de agentes foram conformadas como LBA⁴⁹, SENAI⁵⁰, SENAC⁵¹, Sesi⁵², SESC⁵³, ressaltando-se, ainda, a Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto nº 5.452

⁴⁸ A Igreja Católica no final do século XIX, a partir da promulgação da Encíclica Rerum Novarum, chama a atenção acerca da situação do operariado, enfatizando as consequências nefastas do Liberalismo e do Socialismo. A Igreja teria um papel chave no processo de restauração dos bons costumes e da ordem social. Conferir a pesquisa de Antonio Geraldo Aguiar, um clássico no Serviço Social.

⁴⁹ Legião Brasileira de Assistência, Dispositivo Legal nº 4830 de 15/10/1942, instituída durante a II Guerra atendia às famílias dos combatentes. Logo após o término da Guerra os recursos da LBA foram destinados aos programas de maternidade e da infância, com cunho assistencialista, produzindo uma trajetória histórica complexa até seu encerramento.

⁵⁰ Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, criado pelo Decreto Lei 4048 de 1942 propondo à capacitação profissional dos seus funcionários. Atualmente, integra o denominado Terceiro Setor do complexo industrial, buscando a linha da inovação tecnológica e do desenvolvimento sustentável.

⁵¹ Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial em 1946 envolve o setor do comércio e de serviços, oferecendo cursos profissionalizantes abertos à comunidade em geral.

⁵² Serviço Social da Indústria de 1946 constitui um conjunto de instituições privadas nacionais dispostas a fomentar o bem estar social e cultural dos trabalhadores das empresas pertencentes a sua rede.

de 1/5/1943). Três conotações centrais conformam a ação social destas instituições. A primeira diz respeito ao modelo getulista de formar o cidadão para a pátria, combatendo as manifestações da questão no País. A segunda se refere ao caráter de mediação destas, objetivando antecipar conflitos por intermédio de atividades de formação profissional, lazer e assistência. A terceira se vincula à natureza de trabalho que perpassa esse conjunto de instituições: trabalhar para o outro ou trabalho com o outro? Na verdade, elas trabalham com a acepção de serviço para alguém, instituindo uma relação de subserviência. Trabalhar ‘com’ se fundamenta no diálogo para formação de uma consciência crítica e de autonomia.

“As instituições SESC e SENAI foram mantenedoras do CBCISS, juntamente com quarenta e um sócios-fundadores, destaque para as intelectuais Maria Augusta de Luna Albano e Balbina Ottoni Vieira” (CBCISS, 2002, p. 28 e 29). O CBCISS desde sua fundação até 1966 detinha a categoria de comitê do ICWS, porém, “devido a mudanças dentro do ICWS, o CBCISS passou a se denominar Centro de Cooperação e Intercâmbio” (CBCISS, 2002, p. 31 e 33).

Nessa linha, um exemplo a respeito da construção da perspectiva de bem estar no contexto do pós-2ª Guerra Mundial foi assinalado por José Paulo Netto:

É possível afirmar que, então, o bem estar social deixa de ser uma noção vaga e evanescente para ganhar contornos claros: torna-se objetivo – a ser perseguido especialmente pelos Estados nacionais, mediante intervenções econômico-sociais – de oferecer à massa da população o acesso a bens e serviços que garantam a sua reprodução segundo padrões civilizatórios mínimos (2008, p. 10).

Industrialização, progresso técnico, mudanças no modo de produção, crescimento demográfico, movimentos migratórios, desenvolvimento dos partidos políticos, guerras, epidemias, catástrofes ambientais condicionam as metamorfoses nas concepções de bem estar social na história das instituições protetoras. A ONU e o CBCISS são encarados como instituições protetoras em virtude da agenda de bem estar social que defendem, além dos projetos de cooperação que esposam. Por exemplo, a ONU possui uma agenda bastante abrangente que “vai do terrorismo ao combate de epidemias, do comércio de bens ao multiculturalismo, das mudanças climáticas aos direitos humanos, ou seja: praticamente não tem limites” (FONSECA JÚNIOR, 2008, p. 22). A propósito de sua agenda universal e abarcante, julga-se relevante compreender a identidade enigmática das Nações Unidas.

⁵³ Serviço Social do Comércio, Decreto Lei nº 9853 de 1946 do Presidente Eurico Gaspar Dutra. Trata-se de uma instituição privada sem fins lucrativos, sustentada pelos empresários do comércio de bens, serviços e turismo, objetivando gerar bem estar social para seus funcionários e familiares.

2.2. IDENTIDADE EMBLEMÁTICA DAS NAÇÕES UNIDAS

Messianismo e cultura de bem estar se localizam na trajetória histórica da ONU, desde sua gênese até hoje, século XXI. As indagações norteadoras são: Por que as Nações Unidas carregam, enquanto um sujeito coletivo, uma identidade emblemática? Como messianismo e cultura de bem estar social se encontram na história da ONU do passado e do presente?

Em sua concepção dialética da história, Hegel afirmava: o passado não deixa de subsistir no presente. Esses indícios do passado que se mesclam e permanecem no presente com outras formatações tornam a reconstituição da pesquisa histórica fascinante. É importante aclarar que não se pretende fazer uma avaliação do impacto das ações da ONU no presente, ou discorrer detalhadamente sobre seu funcionamento e sua arquitetura institucional, como mostram alguns manuais dessa Organização. Assim também não constituem objetivos explicar a composição do Conselho de Segurança e os embates na Assembleia Geral, esmiuçar os possíveis problemas de corrupção na Instituição, ou a superposição de órgãos na família da ONU. Estes problemas da ONU são interessantes, porém se distanciam da análise adotada neste tópico.

O conceito de identidade é polêmico, sendo no século XXI matéria recorrente na literatura das Ciências Sociais, como sublinha Bauman:

É realmente um dilema e um desafio para a sociologia – se você se lembrar de que, há apenas algumas décadas, a “identidade” não estava nem de perto do centro do nosso debate, permanecendo unicamente um objeto de meditação filosófica. Atualmente, no entanto, a “identidade” é o “papo do momento”, um assunto de extrema importância e em evidência. Esse súbito fascínio pela identidade, e não ela mesma, é que atrairia a atenção dos clássicos da sociologia, caso tivessem vivido o suficiente para confrontá-lo. [...] você só tende a perceber as coisas e colocá-las no foco do seu olhar perscrutador e de sua contemplação quando elas se desvanecem, fracassam, começam a se comportar estranhamente ou o decepcionam de alguma forma. (2005, p22-23)

No cerne da discussão sobre identidade atravessam questões sobre “comunidades de indivíduos que acreditam”, “relações de pertencimento”, “sentimento de nós”, “multiplicidade de papéis líquidos dos sujeitos no século XXI”, “reconhecimento”, “metaidentidade”, “liberdade de escolha”, “exclusão”, entre outras. Essas questões complexas se fundem na multiplicidade de identidades das Nações Unidas formada por representantes (homens e mulheres) de distintos países, portadores de valores culturais específicos e diversos, além da ação do Secretário geral e da contribuição do quadro de especialistas da ONU.

A identidade emblemática da ONU carrega pluralidade em virtude da **variedade de serviços que presta aos seus membros** ao longo de sua história (1945-2013). Sobre as alternativas de prestação de serviços, Fonseca Júnior registra:

Para quem tenciona falar sobre a ONU, o primeiro problema é o de escolher de que ONU se trata. Em vista dos amplos objetivos definidos pela Carta em seu artigo 1º - promoção da paz, das boas relações entre as nações, da cooperação para o desenvolvimento econômico, social, cultural e humanitário, dos direitos humanos -, e da intricada estrutura de agências e órgãos, suas atividades adquiriram enorme abrangência.

Nos últimos anos, o processo acentuou-se em virtude da ampliação da agenda internacional, que a ONU é naturalmente levada a incorporar. A diversidade temática determina que, para a opinião pública, a visibilidade de suas deliberações varie muito. (2008, p.25-26)

O autor trata de dois momentos históricos diferentes. Por um lado, o momento da elaboração da Carta de 1945 que ressalta os objetivos capitais para sua existência. Por outro, faz referência ao século XXI com respeito aos temas da agenda internacional. Ambos coexistem na identidade emblemática: o passado que ainda permanece no presente. No entanto, no presente a agenda temática da ONU se distendeu, inovando, como exemplifica Kennedy (2009, p. 191): “A Carta da ONU não faz qualquer menção à proteção ambiental. Não refere especificamente objetivos ou princípios para levar avante a prevenção da poluição ou a conservação de recursos, nem alude à necessidade de haver um desenvolvimento sustentável”.

A Carta produzida em 1945 é um documento legítimo ainda no século XXI. Os temas da agenda internacional no século XXI foram aprofundados com a globalização, contudo já existiam na criação das Nações Unidas: guerra *versus* paz; desenvolvimento *versus* miséria; segurança coletiva *versus* desordem; universal *versus* regional. Aliás, a ONU foi instituída para administrar e construir uma nova ordem mundial, revestida de poder de polícia (Conselho de Segurança) e poder de desenvolvimento (Assembleia Geral, Agências Especializadas⁵⁴). Ainda conforme Fonseca Júnior, a ONU proporciona quatro tipos de serviço principais:

⁵⁴ As principais são: OIT (Organização Internacional do Trabalho, 1919); FAO (Organização para Agricultura e Alimentação, 1945); UNESCO (Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura, 1945); OMS (Organização Mundial da Saúde, 1948); BIRD (Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento, 1944); FMI (Fundo Monetário Internacional, 1944); OACI (Organização da Aviação Civil Internacional, 1944); OMI (Organização Marítima Internacional, 1948); UIT (União Internacional de Telecomunicação, 1865); UPU (União Postal Universal, 1874); OMM (Organização Meteorológica Mundial, 1873); OMPI (Organização Mundial da Propriedade Intelectual, 1967); UNIDO (Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial, 1966); OMT (Organização Mundial do Turismo, 2009); OMC (Organização Mundial do Comércio, 1994); AIEA (Agência Internacional de Energia Atômica, 1957), OPCW (Organização para a Proibição de Armas Químicas, 1997), UNODOC (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes, 2002).

- **Segurança coletiva** - “manter a paz e a segurança internacionais e buscar que as controvérsias entre Estados possam ser resolvidas pacificamente”. (2008, p. 26)
- **Legitimidade** – “o internacional busca parâmetros para definir, no comportamento de seus membros, o certo e o errado, o justo e o injusto, o permitido e o proibido. E a ONU exerce um papel fundamental nesse processo.” (2008, p. 30)
- **Necessidade moral** (cooperação) – “[...] serviços que se realizam por meio de atividades operacionais específicas e que objetivam, essencialmente, aliviar formas de sofrimento humano e atenuar desigualdades.” (2008, p. 34)
- **Informações e avaliações** – “A ONU produz regularmente relatórios amplos sobre vários assuntos, desde crise política até o estado do comércio internacional.” (2008, p. 35)

É interessante observar que esses serviços das Nações Unidas indicam vinculações com a cultura de bem estar social e messianismo. Realizar projetos de ajuda humanitária no passado e no presente, por dever moral, não dizem respeito a uma característica do messianismo? Produzir sistemas de informação e de avaliação (relatórios, pesquisas, indicadores) não gerariam linhas de políticas públicas voltadas para um tipo de cultura de bem estar? Fonseca Júnior assinala a evolução das atividades ditas humanitárias na ONU, clarificando:

Nasceram a partir de imposições da realidade, a princípio dos refugiados da Segunda Guerra e dos conflitos no Oriente Médio. Mais tarde, a partir da década de 1960, quando se expande a consciência das situações de pobreza e tragédia humana, de vários países do mundo em desenvolvimento, a Organização se mobiliza cada vez mais na assistência aos desvalidos (2008, p.34).

Assim também, a identidade emblemática onusiana gira em torno do **número de Estados membros que se ampliou ao longo de sua história: de 51 em 1945 para 193 no século XXI**. A seguir, a tabela ilustra o conjunto de países que representam a ONU organizados por década:

Quadro 7. Número de Estados Membros ingressados na ONU por década

DÉCADA	TOTAL	ESTADOS MEMBROS (apresentados por ordem alfabética de adesão)
1940	57	África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Belarus, Bélgica, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, China, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dinamarca, Egito, El Salvador, Equador, Estados Unidos, Etiópia, Federação Russa, Filipinas, França, Grécia, Guatemala, Haiti, Holanda, Honduras, Índia, Irã, Iraque,

		Líbano, Libéria, Luxemburgo, México, Nicarágua, Noruega, Nova Zelândia, Panamá, Paraguai, Peru, Polônia, Reino Unido, República Dominicana, Síria, Turquia, Ucrânia, Uruguai, Venezuela, Afeganistão, Islândia, Suécia, Tailândia, Iêmen, Paquistão, Mianmar, Israel.
1950	24	Indonésia, Albânia, Áustria, Bulgária, Camboja, Espanha, Finlândia, Hungria, Irlanda, Itália, Jordânia, Laos, Líbia, Nepal, Portugal, Romênia, Sri Lanka, Japão, Marrocos, Sudão, Tunísia, Gana, Malásia, Guiné.
1960	42	Benin, Burquina Fasso, Camarões, Chade, Chipre, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Madagascar, Mali, Níger, Nigéria, República Centro Africana, República Democrática do Congo, Senegal, Somália, Togo, Mauritânia, Mongólia, Serra Leoa, Tanzânia, Argélia, Burundi, Jamaica, Ruanda, Trinidad e Tobago, Uganda, Kuwait, Quênia, Malauí, Malta, Zâmbia, Cingapura, Gâmbia, Maldivas, Barbados, Botsuana, Guiana, Lesoto, Guiné-Equatorial, Maurício, Suazilândia.
1970	25	Fiji, Barein, Butão, Catar, Emirados Árabes Unidos, Omã, Alemanha Oriental, Bahamas, Bangladesh, Granada, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Comores, Moçambique, Papua Nova Guiné, São Tomé e Príncipe, Suriname, Angola, Samoa, Seichelis, Djibuti, Vietnã, Dominica, Ilhas Salomão, Santa Lúcia.
1980	07	São Vicente e Granadinas, Zimbábue, Antígua e Barbuda, Belize, Vanuatu, São Cristovão e Névis, Brunei.
1990	32	Liechtenstein, Namíbia, Coréia do Norte, Coréia do Sul, Estônia, Ilhas Marshall, Letônia, Lituânia, Micronésia, Armênia, Azerbaijão, Bósnia- Herzegovina, Cazaquistão, Croácia, Eslovênia, Geórgia, Moldávia, Quirguistão, San Marino, Tadjiquistão, Turcomenistão, Uzbequistão, Andorra, Eritreia, Eslováquia, Macedônia, Mônaco, República Tcheca, Palau, Kiribati, Nauru, Tonga.
2000	05	Sérvia, Tuvalu, Suíça, Timor Leste, Montenegro.
2010	01	Sudão do Sul

Elaborado por Elisabete Cruvello
Fonte: Nações Unidas

O aumento do número de Estados membros na ONU não aconteceu naturalmente, mas transcorreu em meio a lutas objetivadas por interesses políticos, econômicos, religiosos e culturais. É interessante lembrar que o **espaço da ONU é político**, onde se encontram chefes de Estado e de governo, ministros da Fazenda, ministros das Relações Exteriores, outros ministros e representantes da comitiva dos países para o foro internacional. Alinhamentos e deslocamentos de posições são construídos entre os chefes de Estado, como exemplifica Garcia acerca da participação do Brasil na Conferência de São Francisco em 1945:

Escolhida a delegação e dadas as suas instruções, qual seria o sentido geral da participação brasileira em São Francisco? Considerando a política externa que Vargas vinha seguindo, eram quatro as posições básicas que o Brasil poderia adotar: 1) acompanhar os Estados Unidos; 2) associar-se ao grupo latino-americano; 3) buscar uma coalizão com o grupo de potências menores; ou 4) perseguir uma posição independente, não alinhada a este ou àquele país ou grupo. Na realidade, as três últimas opções dependiam da primeira, ou seja, em caso de choque irremediável em matéria fundamental, prevalecia a orientação número um (seguir os EUA), à qual o mais deveria acomodar-se (2011, p. 183).

Em tese, esse espaço político da ONU “deveria” discernir o interesse comum, mediar as diferenças, administrando as desigualdades de poder. Não obstante, a realidade concreta narrada pelos analistas revela que as desigualdades de poder fazem parte do ambiente onusiano. A este respeito, Fehrenbach conta a relação de desigualdade entre um país pequeno e uma potência com o surgimento da ONU:

[...] um grande número de homens do mundo ocidental passou a confundir a igualdade protocolar de embaixadores com igualdade entre as nações que eles representavam. O fato de que a um homem representando o Liechtenstein e outro representando a Rússia eram garantidas iguais cortesias diplomáticas, não significava que suas respectivas nações fossem iguais, ou que devessem ser tratadas como tal. **Mas isto não implica igualdade** (1967, p. 33).

O *locus* político catalisador e acessível a todos os Estados membros constitui a Assembleia Geral, manifestando-se no passado e no presente. Em 1947, na II Sessão Ordinária, o Embaixador brasileiro João Carlos Muniz abriu a reunião declarando em seu discurso:

A Assembleia Geral representa a consciência do mundo e suas decisões são a personificação dessa consciência no esforço de resolver os problemas que dizem respeito a todos os povos. Sem uma profunda reflexão sobre esses problemas, nunca poderemos chegar a soluções orgânicas capazes de harmonizar interesses nacionais e promover o bem-estar geral. Daí a importância da Assembleia Geral, que deve ser considerada o órgão central das Nações Unidas, e ao qual todas as outras agências estão relacionadas.

Enquanto os outros órgãos tratam de aspectos fragmentários dos problemas, a Assembleia Geral observa e fiscaliza de modo que todas as suas agências possam funcionar corretamente. Ela é o único órgão no sistema do qual participam todos os Estados membros integrantes. É o grande foro ao qual são trazidas todas as questões que interessam à comunidade internacional (O BRASIL NAS NAÇÕES UNIDAS, 2007, p. 45).

A dialética do espaço político onusiano está saturada de elementos contraditórios: formação de alinhamentos para proteger suas necessidades, como ocorre com os países periféricos, enquanto os países centrais procuram manter seus interesses. Esta dialética se encontra, todavia, mais acirrada no século XXI com a presença de 193 membros, “dialogando acordos” e “confrontando interesses”. Se já era complicado em 1945 com 51 países, no século XXI com a ampliação para 193 países portadores de valores tão díspares, torna-se uma “missão” ainda mais desafiadora.

Não obstante, este é o sonho onusiano: ser a consciência da humanidade, como enfatizou o embaixador brasileiro Muniz em 1947 na Assembleia Geral. Este discurso

proferido no passado ainda sobrevive no presente, sustentando as adesões dos 193 Estados membros da ONU. A respeito dessa visão messiânica da ONU Bertrand relatou:

A ONU não foi instituída para responder a necessidades precisas e concretas. Foi encarregada, exclusivamente de responder a um sonho. Não é surpreendente que cada um projete nela seus fantasmas, frustrações e ilusões. Esse sonho é o da paz. Ora, os sonhos de paz não são neutros. Toda paz corresponde a uma ordem e, mais precisamente, trata-se de uma ordem mundial (1995, p. 10).

O sonho messiânico onusiano de se constituir um parlamento do homem (termo empregado por Paul Kennedy), um *locus* para estabelecimento de projetos de cooperação internacional encarados como uma forma de redenção (pagamento de uma dívida para com as sociedades mais pobres) e de manutenção da segurança coletiva (os membros permanentes do Conselho de Segurança “oferecem proteção aos mais fracos”). Este sonho messiânico que os fortes defendem os fracos, valendo a pena pagar o ônus desse projeto, foi proferido no discurso do embaixador brasileiro Souza Dantas em 1946, na I Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU:

[...] Assumimos sinceramente todas as obrigações que nossa posição nas Nações Unidas possa implicar.

O problema que se coloca agora diante dos povos que tenham passado pelo teste de terríveis catástrofes é o de substituir o interesse próprio, excludente dos direitos de terceiros, por uma avaliação de deveres mútuos. Segundo a admirável frase de São Paulo, somos todos membros uns dos outros. Portanto, os esforços coletivos deveriam ser coordenados para que se preserve e aperfeiçoe a sociedade humana com uma unidade indivisível da qual as diversas nações são necessariamente órgãos constituintes. Se preciso for, para a obtenção desta unidade, cada nação deve aprender a subordinar sua soberania ao interesse da humanidade como um todo; e se, dentre as Nações Unidas, há algumas mais poderosas que outras, tal superioridade deve servir apenas para produzir maior devoção à causa comum.

Somos chamados a construir uma organização muito promissora, mas não nos esqueçamos, ao iniciarmos este grande trabalho, da lição vinda do passado (O BRASIL NAS NAÇÕES UNIDAS, 2007, p. 33-34).

A posição do embaixador Dantas está impregnada de conotações messiânicas, isto é, de origem bíblica: substituir o interesse próprio por deveres mútuos; subjugar sua soberania ao interesse da humanidade; devoção à causa comum; somos todos membros uns dos outros, referindo-se à mensagem do apóstolo São Paulo. Transformar diferenças em projetos comuns, identificar temas de agenda para estabelecimento de ações conjuntas estava na formação das Nações Unidas e está ainda em seu presente. Para Garcia (2012, p. 17), “A ONU continua a ser hoje a mais importante instituição internacional de escopo universal [...] Conhecer as circunstâncias de seu surgimento, portanto, ajuda a compreender melhor o alcance dos

dilemas atuais das Nações Unidas”. Nessa perspectiva sobre os pilares de sustentação da ONU em sua formação, Paul Kennedy enfatiza:

Por trás da estrutura da ONU como um todo, existe um trio de ideias convergentes: segurança, prosperidade e entendimento. Para a prevenção da guerra e da agressão, os fundadores pensaram que deveriam criar fortes mecanismos militares de segurança, um sistema reativo controlado pelo Conselho de Segurança. E para evitar que os Estados entrem em conflito devido ao desespero, seriam necessárias políticas econômicas mais positivas e pró-ativas, destinadas ao estabelecimento de uma integração comercial e financeira, e de uma prosperidade partilhada. Porém os fundadores de 1945 foram além das propostas relacionadas com instrumentos militares e econômicos. Pensaram, também, no fato de que a instabilidade, a inveja, o nacionalismo e a agressão eram afetados por enormes preconceitos culturais, religiosos e étnicos. Por essa razão, tentaram criar um mecanismo em que as aspirações sociais e culturais, presentes no texto da Carta original, progredissem. Deve acentuar-se que, nos primeiros anos, estas ideias não passaram de desejos. Talvez o mais importante tenha sido, simplesmente, o fato de que estes nobres desígnios foram anunciados e aceites publicamente (2009, p. 168).

A partir do trecho selecionado é possível observar o mito fundacional da ONU que se encontra arraigado no presente: “nobres desígnios anunciados (segurança, prosperidade e entendimento), aceites publicamente”. Os mitos construídos relacionados à missão messiânica da ONU produzem multiplicidade de identidades no passado e que subsistem no presente sustentando, neste sentido, que a ONU possui uma identidade emblemática, ou melhor: muitas ONUs.

2.3. MEMÓRIAS DAS NAÇÕES UNIDAS – PRESENTE VERSUS PASSADO

No que concerne a explicitação dessas muitas ONUs, é interessante resgatar as palavras do diplomata Fonseca Júnior: “a ONU é o que os Estados querem que seja ou o que os Estados querem da ONU?” (2008, p. 15). Neste sentido, partindo do presente da ONU é possível captar suas origens, lembrando suas memórias para compreender seu vir a ser. Assim, oito características da conjuntura internacional do passado e presente servem para problematizar a identidade emblemática onusiana, delineando sua trajetória e narrativas.

Uma característica da conjuntura internacional do século XXI conferida na origem da ONU diz respeito ao **papel messiânico dos Estados Unidos** de se considerar o guardião da humanidade. Moniz Bandeira expõe as raízes históricas dessa postura messiânica, analisando a formação do império americano:

A tendência para o messianismo nacional, que marcou a formação e impregnou a cultura do povo americano, renovou, uma tradição judaica resgatada pelo fundamentalismo bíblico dos puritanos que emigraram para a América, imaginada como terra prometida. O povo americano, do mesmo modo que os israelitas, passou a considerar-se o mediador, o vínculo entre Deus e os homens na terra. [...]

Contudo, para as demais nações, sobretudo as nações mais fracas, a soberania não é absoluta. É condicional. Aos Estados Unidos, como potência ultraimperial, cabe o julgamento de quando devem ou não nelas intervir, cumprindo, ao mesmo tempo, o papel de juiz e a função de gendarme e carrasco, responsável pela segurança do capital financeiro globalizado (2009, p. 28-30.)

Este papel de salvador da humanidade da potência americana atravessa a fundação, a consolidação e o estágio atual da ONU. Para o historiador Fehrenbach a visão americana para a construção da ONU era o estabelecimento de um monopólio de poder em seu espaço, como se apreende nesta passagem: “Para que a aliança das Nações Unidas prevenisse outra guerra maior não havia necessidade de qualquer nação fosse alistada. Tudo que a ONU exigia era um monopólio do poder. Com efeito, quanto mais universal a ONU se tornasse, menos efetiva poderia ser” (1967, p. 79).

O monopólio de poder configurado pelos países hegemônicos do passado, membros permanentes do Conselho de Segurança – Estados Unidos, França, Inglaterra, China, Federação Russa (hoje Rússia) constitui a **segunda característica** do presente e do futuro. No século XXI, existe uma discussão acerca da possibilidade de aumento dos membros permanentes no Conselho de Segurança da ONU, já que várias potências aspiram este status, inclusive o Brasil.⁵⁵

Na verdade, essa segunda característica – monopólio do poder no espaço da ONU – articula-se à primeira – papel messiânico dos Estados Unidos, no sentido de que os americanos interferem na ONU segundo os interesses de sua política externa, como explicita o jornalista brasileiro que trabalhou na ONU nas décadas de 1950 e 1960: “Washington sempre será capaz de fazer com que as Nações Unidas adotem uma determinada política, desde que sua própria determinação não vacile” (SÁ, 1967, p. 72). Outro analista afirma sobre a força americana: “A ONU era feita na América, era e continuaria a ser, amplamente financiada pelos americanos, e os Estados Unidos continuariam a ser seu mais influente – senão, após 1950, o dominante – membro”(FEHRENBACH, 1967, p. 165) .

A **terceira característica** expressa o **poder** como um alicerce das relações sociais de âmbito internacional, regional e nacional do presente e do passado. Isto expressa que as relações políticas não são neutras. O Realismo, corrente clássica do campo das Relações Internacionais, defende que o conflito e o interesse presidem as relações entre os estados. Segundo o Realismo, o contexto das relações internacionais é anárquico, sendo imprescindível adotar mecanismos de equilíbrio de poder. Por outro lado, a cooperação e a

⁵⁵ Ver a discussão recente de João Augusto Costa Vargas. **Campanha Permanente**. O Brasil e a reforma do Conselho de Segurança da ONU. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

regra são ressaltadas pela Interdependência, uma vez que os regimes produzidos pelos Estados em cooperação com as Organizações Internacionais possibilitam gerar um ambiente multilateral e de negociação. Essas teorias impactam não apenas a identidade emblemática da ONU, como também explicam as relações de poder no sistema internacional, que podem ser de unipolaridade, bipolaridade e multipolaridade.

Na formação da ONU, o sistema internacional foi de coalizão entre três países (Estados Unidos, Inglaterra, União Soviética) para enfrentamento do Nazismo, com o apoio de países com realidades bastante diversas, como registrou Fehrenbach:

Quando FDR e Churchill punham os retoques finais no plano de princípios para a Segunda Guerra Mundial, surgiu a questão de como se chamaria a nova aliança contra Hitler. “Aliados” estava antiquado; pertencia à primeira guerra. Churchill usara “Nações Associadas”. Roosevelt, lendo isto pegou de uma caneta, rabiscou tudo e escreveu: “Nações Unidas”. Churchill, que sempre soube identificar uma boa coisa, ao vê-la citou uma frase de Chile Harold, e concordou.

Assim, em 1º de janeiro de 1942, foi assinada em Washington a Declaração pelas Nações Unidas, por vinte e seis excepcionalmente amontoados, repúblicas, reinados ditaduras e democracias, encarnando o conceito americano da nova ordem após-guerra (1967, p. 19).

Com o encerramento da 2ª Guerra em 1945 ocorre um interregno de um ano até fevereiro de 1946, quando se estabelece a bipolaridade, ou seja, o balanço de poder controlado por dois polos hegemônicos: Estados Unidos *versus* União Soviética. Com o desmonte do comunismo na União Soviética, a partir da década de 1990, os teóricos da Interdependência apostavam em um ambiente favorável ao multilateralismo, ou seja, ação das Organizações Internacionais no governo mundial. Na verdade, em razão da ausência do confronto soviético no contexto dos anos de 1990 ocorreu difusão dos valores da democracia liberal americana como modo de vida adequado para todos, especialmente, para os herdeiros do ex-bloco do leste, relatado com clareza por Loretta Napoleoni:

Um vírus global se espalhou na década de 1990: a democracia. O dismantelamento da União Soviética desatou uma “mania de liberdade” que fez aumentar o número de países democráticos de 69 a 118 no transcurso de 10 anos. Milhões de pessoas vacinadas durante décadas contra a democracia comemoravam a crise e o colapso das defesas desses países. Gente que nunca havia experimentado a democracia à moda ocidental foi infectada pelo vírus. [...]

Disseminou-se a democracia, e com ela a escravidão. No fim da década, um número de pessoas estimado em 27 milhões havia sido escravizado em vários países, da Europa Ocidental inclusive (2011, p. 13)

Segundo Napoleoni, a economia bandida do século XXI envolve o trabalho escravo em escala industrial, a prostituição, a corrupção, os grupos armados, os compradores

compulsivos, os piratas da pesca. Esses problemas detectados Napoleoni são antigos, contudo ganham novas representações no presente, especialmente em virtude das redes sociais e do uso das tecnologias virtuais. No século XXI, esses temas de agenda ocorrem em escala transnacional, conectados instantaneamente.

Neste sentido, **o emprego dos recursos tecnológicos** para aproximar a discussão entre os países, construindo possíveis saídas para os temas da agenda internacional da ONU concerne à **quarta característica**. Na gênese da Organização, usar recursos como rádio, telefone, telex, mimeógrafo, serviços de datilografia e estenografia foram indispensáveis, como elucidada este depoimento de Tom Galt:

A ONU foi organizada para executar essas duas tarefas. Mas executá-las no mundo inteiro. Ela empresta dinheiro aos países pobres para que eles construam usinas elétricas e fábricas de calçados. Envia médicos e técnicos agrícolas às cidades e aos campos, com a missão de divulgar ensinamentos, tendentes a melhorar o nível de saúde e a aumentar o volume de colheitas.

Igualmente, ela procura impedir que, em qualquer região da terra soldados trucidem a população de cidades inteiras. E, se as Nações obtiveram êxito nessa cruzada, estaremos livres do terrível perigo da guerra.

A razão por que a ONU não foi organizada há mais tempo é que, antes, isso não teria sido possível. **A possibilidade de sua organização surgiu justamente em face das novas invenções**. Se olharmos as ilustrações do jornal que lemos, com frequência descobrimos expressões como estas: **“Telefoto” ou “Radiofoto”**. **Essas palavras significam que as fotografias foram enviadas, através do telégrafo ou do rádio, por um aparelho que pode transmitir, no período de dez minutos, qualquer fotografia a uma distância de seis mil milhas** (1955, p.11, grifo meu).

No século XXI, programas como Facebook, Google, Instagram geram um impacto surpreendente nos movimentos sociais locais, nacionais, regionais e mundiais. A respeito do impacto destas ferramentas da era da informação criando uma “rede de indignação e esperança” expressão utilizada por Castell que afirma:

Envolvendo-se na produção de mensagens nos meios de comunicação de massa e desenvolvendo redes autônomas de comunicação horizontal, os cidadãos da era da informação tornam-se capazes de inventar novos programas para suas vidas com as matérias-primas de seu sofrimento, suas lágrimas, seus sonhos e esperanças. Elaboram seus projetos compartilhando sua experiência. Subvertem a prática da comunicação tal como usualmente se dá, ocupando o veículo e criando a mensagem. Superam a impotência de seu desespero solitário colocando em rede seu desejo. Lutam contra os poderes constituídos identificando as redes que os constituem (2013, p. 14).

O emprego dos recursos tecnológicos faz parte das transformações da conjuntura internacional – passado e presente, afetando a identidade emblemática onusiana. **A quinta característica** da conjuntura internacional do presente é a **hegemonia do sistema capitalista** regendo as relações econômicas, políticas, culturais em nível global. Na verdade, o modo de

produção capitalista prevalece ainda como o motor da história, engendrando que a cada crise cíclica ou esporádica sejam necessárias refuncionalizações ou reestruturações.

No desdobramento da questão social, denominada de entre capital e trabalho, perpassa a necessidade de um ideário de bem estar social e de um sistema de proteção social ontem e hoje. O Estado Social ou de Bem Estar foi configurado com o propósito de atender aos “sem proteção”, regulando as mazelas do mercado e as atrocidades das guerras. Para Pierre de Senarclens (2000, p. 35), “el desarrollo del Estado social tendría claramente como consecuencia la restricción del papel de las actividades caritativas de carácter público o privado en beneficio de los más necesitados”. Por isso, o mandato do Estado de Bem Estar Social se apoia na cooperação internacional via organismos internacionais.

No contexto da ONU, as atividades humanitárias desenvolvidas até o final da década de 1980 foram poucas em relação ao contexto dos anos de 1990. É impressionante verificar o expressivo volume de “operações de paz” a partir dessa década, sublinhado por Senarclens (2000, p. 35): “la ayuda humanitaria se ha convertido en un factor importante de la política exterior de los países occidentales. Se muestra como un aspecto primordial de sus relaciones con los países pobres del hemisfério sur”. A tabela a seguir revela esse argumento:

Tabela 1. Missões de paz da ONU distribuídas por década

DÉCADA	MISSÕES DE OBSERVAÇÃO ⁵⁶	FORÇAS DE INTERPOSIÇÃO ⁵⁷	OPERAÇÕES MULTIDIMENSIONAIS ⁵⁸	ADMINISTRAÇÃO DE TRANSIÇÃO ⁵⁹	Total
1940	02			02	04
1950	01	01			02
1960	02	01			03
		03			03

⁵⁶ Mostra se as partes estão cumprindo os acordos de paz ou de cessar fogo. IN: FONSECA JÚNIOR, Gelson. Op.cit, 2008, p.208.

⁵⁷ Volta-se para a prevenção ou o término do conflito. IN: Idem, ibidem, p.209.

⁵⁸ Para supervisionar e assistir à implementação de um acordo complexo de paz (que pode envolver desarmamento, desmobilização e reintegração de combatentes, assistência humanitária, supervisão de eleição, promoção de direitos humanos, polícia civil, desminagem, etc). Proteção de populações vulneráveis. Proteção de áreas determinadas e da população civil, estocagem e destruição de armamentos, escolta e proteção de funcionários envolvidos no processo de paz, supervisão das forças policiais e militares, criação de segurança, etc. Ajuda humanitária, habitação de vias de comunicação, planos de evacuação para pessoas vulneráveis, segurança de territórios. IN: Idem, ibidem, p.209.

⁵⁹ Governo de um território durante a transição para a independência e autogoverno. Missões abrangentes que cobrem todos os aspectos da vida social, da garantia da segurança à educação e saúde. A missão é composta de forças policiais e militares, além de funcionários civis com várias capacidades. IN: Idem, ibidem, p.210.

1970					
1980	04		01		05
1990	13	02	15	02	32
2000		01	02		03

Elaborada por Elisabete Cruvello
Fonte: Fonseca Júnior

A tabela evidencia que na década de 1990 dois tipos de missões de paz foram mais operacionalizados: **missões de observação e operações multidimensionais, representando “poder de polícia e poder de desenvolvimento”**. Treze longas observações foram desenvolvidas para resolver conflitos nos países: Angola; Saara Ocidental; Camboja; Geórgia/Abkhazia; Uganda/Ruanda; Libéria; El Salvador; Chad; Tajiquistão; Prevlaka/Croácia; Guatemala; Angola; República Democrática do Congo.⁶⁰ O segundo tipo de missão de paz diz respeito a um complexo de atividades explicadas em nota, porém a ACISO (Ação Cívica Militar) e ajuda humanitária são as mais relacionadas a uma aceção de cultura de bem estar social. Deste segundo tipo foram quinze operações nos países: DR Congo; Namíbia; Bósnia, Croácia; Camboja; Somália I; Somália II; Moçambique; Haiti; Ruanda; Angola; Bósnia; Haiti; Republica Centro Africana; Eslavonia Ocidental; Serra Leoa.

A **sexta característica** da conjuntura internacional que compõe a identidade emblemática onusiana se refere ao **emprego da ajuda humanitária** no passado e expressivamente na década de 1990. Os diversos conflitos civis nos países do leste europeu e africanos ‘demandaram a intervenção da ONU’, intervenção esta compreendida por muitos analistas como dominação. Wallerstein questiona o direito de ingerência das potências na gestão dos conflitos internos, utilizando a ONU, por vezes, como mecanismo, como se confere a continuação:

Da mesma forma que a OEA, a ONU, o mais das vezes, funciona em favor das potências dominantes, sobretudo das que controlam o Conselho de Segurança, um organismo obsoleto, porque reflete uma realidade do pós-Segunda Guerra Mundial e aprova resoluções para justificar e legalizar intervenções de caráter pretensamente humanitário onde seus interesses econômicos e geopolíticos estão ameaçados, tal como aconteceu no Golfo Pérsico e na Iugoslávia. [...]

Um relatório publicado e apresentado à ONU pelo Canadá, em fins de 2001, vestiu o direito à ingerência com a doutrina de “responsabilidade de proteger”, i.e., o Estado

⁶⁰ Dados extraídos de Fonseca Júnior, op.cit, p. 208-210. É possível verificar data, nome da missão e outros detalhes não expostos.

estrangeiro deve proteger outra nação e o princípio da intervenção cessa, suplantado pelo princípio da responsabilidade coletiva da comunidade coletiva quando o outro Estado colapsa (*state failure*), mostrando-se incapaz de evitar que a nação sofra *serious harm*, em caso de guerra civil, insurgência, repressão, etc (2007, p. 17-18).

Depois da 2ª Guerra Mundial ocorreram conflitos relevantes entre nações que permanecem até hoje, como o ódio entre palestinos e judeus, por exemplo. A criação do Estado de Israel em 1949 desencadeou uma série de conflitos na civilização oriental contra Israel e os ocidentais que apoiaram a formação deste Estado. Este processo de criação ocorreu no espaço da ONU, transformando-a em um teatro de operação. Isto perdura até hoje, em pleno século XXI.

Jean Ziegler, no livro “Ódio ao Ocidente”, sublinha o ressurgimento da memória ferida dos países do hemisfério sul. Segundo o autor, “a memória ferida é uma poderosa força histórica” (ZIEGLER, 2011, p. 27). Admite-se o duplo sentido dessa memória: 1º) produzindo um movimento de transcendência de uma ordem a partir de uma indignação que liberta; 2º) a partir dos ressentimentos alimentam mais violências, guerras e ódios. Nesta acepção não supera e nem liberta, mas aprisiona o ser. Para ele, “No hemisfério sul, as epidemias, a fome, a água poluída e as guerras civis, resultantes da miséria, destroem, a cada ano, quase tantos seres humanos quanto a Segunda Guerra Mundial em seis anos.” (ZIEGLER, 2011, p.263)

A miséria e as desigualdades sociais, decorrentes de um processo de globalização excludente, que enriquece poucos e explora muitos, vem de longa data. Com efeito, a opressão que viviam as colônias francesas e inglesas espalhadas no mundo no surgimento das Nações Unidas indica que a Organização serviu de palco para fomentar o imaginário do desenvolvimento e processos de libertação. De acordo com Senarclens (2004, p. 88), “la ONU y sus instituciones especializadas contribuyeron a fomentar esa concepción de lo político y de la modernidad, que ensalza la independencia nacional y, sobre todo, la soberanía del Estado”. A presença do **debate norte versus sul** ontem e hoje é a **sétima característica** do contexto internacional da identidade emblemática onusiana.

A fim de gerenciar os temas de agenda do norte e do sul, torna-se essencial o **desenvolvimento de programas e fundos por meio da cooperação internacional, oitava característica** da conjuntura internacional. Vale a pena dizer que esta característica é uma construção social, em virtude da ONU buscar, a partir dela, “remediar” as questões coletivas emergenciais, produzindo muitas vezes, uma função simbólica, ou seja: nutrir o imaginário messiânico, apontado por Senarclens:

La ONU propugna un mundo “mejor para todos”, “liberado de la pobreza y del sufrimiento que ésta causa”. Su discurso es la expresión de una nueva parusía y a la vez de los horrores del presente. Contrapone la esperanza de una paz duradera, de una prosperidad progresiva, de un bien-estar para todos, a las tragédias del presente, sobre todo a la sima cada vez mayor que separa a los países ricos de los países pobres, a la violència y la miséria que afectan “aún” a miles de millones de individuos. Su estribillo son las amenazas de tragédia apocalíptica inminente y la esperanza de una armonía y del bienestar al alcance de la mano (2004, p. 88).

Os programas e fundos surgem e originam outros, por exemplo: a UNICEF nasceu do Fundo de Emergência criado para as crianças da 2ª Guerra Mundial. Neste sentido, as demandas do contexto internacional e as conferências mundiais realizadas patrocinadas pela ONU condicionam o surgimento e a reconfiguração desses programas e fundos. O quadro a seguir apresenta os principais selecionados para o debate da cultura de bem estar social e messianismo:

Quadro 8. Programas e Fundos das Nações Unidas por década

DÉCADA	FUNDOS	PROGRAMAS	TOTAL
1940	FUNDO DE EMERGÊNCIA – 1946		1
1950	UNICEF - Fundo das Nações Unidas para Infância – 1953		1
1960		PMA – Programa Mundial de Alimentos – 1962 PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – 1965	2
1970	UNIFEM – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher - 1976	PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – 1972 UM-HABITAT Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos - 1978	3
1980			
1990	FNUAP – Fundo das Nações Unidas para a População - 1994	PNUFID – Programa das Nações Unidas para a Fiscalização Internacional de Drogas – 1991 ONUSIDA – Programa das Nações	3

		Unidas sobre VIH/SIDA - 1996	
2000			

Elaborado por Elisabete Cruvello
 Fonte: Nações Unidas

Associado aos Programas e Fundos das Nações Unidas merece destaque os sujeitos coletivos que participam da construção da agenda internacional, isto é, atores da política internacional. Os principais atores políticos fomentadores da discussão no passado e no presente são:

- ✓ Diplomatas, especialistas na diplomacia ou do poder brando - “soft Power”. As linhas de política exterior do país são defendidas por este corpo de especialistas;
- ✓ Organizações Não Governamentais Internacionais (ONGIs) com status consultivo no ECOSOC/ONU e em outros espaços das Organizações Internacionais.
- ✓ Membros da delegação do país (representantes de distintos ministérios)
- ✓ Observadores convidados (especialistas, como professores universitários, médicos, advogados, engenheiros e instituições religiosas diversas).

A participação de cada sujeito coletivo é peculiar e complexa no passado e no presente. O espaço da ONU é político, recheado de contradições dialéticas, que servem para o exercício das utopias e também para a dominação. Um exemplo visionário da ONU entender a atuação dos sujeitos sociais concerne ao envolvimento da figura da mulher na criação do ideário de bem estar social, o qual foi narrado por Garcia acerca da composição da delegação brasileira na Conferência de São Francisco:

Vargas foi conservador na sua escolha, exceto por incluir uma única mulher como delegada: Bertha Lutz, filha do cientista Adolfo Lutz, zoóloga de profissão e líder do movimento feminista no Brasil. Engajada na luta internacional pelos direitos da mulher desde a década de 1920, Lutz havia sido a fundadora da Federação Brasileira para o Progresso Feminino e havia participado da campanha pelo voto das mulheres em 1932 por decreto-lei assinado por Vargas. Quando foi convidada para a delegação brasileira, trabalhava como bióloga no Museu Nacional. Sua inclusão atendia a uma recomendação da Conferência de Chapultepec. Considerando a igualdade de direitos e deveres de indivíduos, sem distinção de sexo, uma resolução fora aprovada no México sugerindo que os governos das Repúblicas americanas levassem em conta, a “cooperação da mulher na escolha das suas respectivas delegações a conferências internacionais, inclusive a próxima Conferência de São Francisco”. Os Estados Unidos adiantaram-se e Roosevelt nomeou Virginia Gildersleeve, ex-presidente da Federação Internacional das Mulheres Universitárias, para integrar a delegação norte-americana. O Brasil seguiu o exemplo (2012, p. 183).

Nesta Conferência, Bertha Lutz propôs a formação de uma comissão jurídica da mulher a fim de examinar matérias relativas à discriminação de sexo e afins, como realça Barroso:

Em São Francisco, uma proposta para criar uma comissão sobre a condição feminina foi apresentada pela delegação brasileira e apoiada pela do México e da República Dominicana – três governos que tinham incluído mulheres em suas delegações. As delegadas americanas e chinesas argumentaram que, “em última instância”, a eliminação da discriminação contra as mulheres devia ser tarefa da Comissão de Direitos Humanos. A delegada brasileira, a eminente feminista Bertha Lutz, pleiteou veementemente que a composição da comissão fosse exclusivamente feminina (1989, p. 2).

Cabe dizer que esta Comissão sobre a condição jurídica e social da mulher foi formada apoiando os trabalhos do ECOSOC. Esta característica influencia a identidade emblemática das Nações Unidas, transmitindo uma herança relativa aos homens e mulheres de várias partes do mundo que fizeram e fazem parte da ONU.

Em suma, a identidade das Nações Unidas é portadora de uma dialética de identidades, dependendo da lente adotada para sua compreensão. O messianismo como concepção alenta as sociedades em relação ao papel da ONU como uma relevante instituição protetora ontem e hoje, obscurecendo amiúde sua natureza antagônica.

Uma estratégia adotada pela ONU para moldar o ideário de bem estar social concerne aos encontros entre os Chefes de estado, Ministros de distintas pastas e diplomatas integrantes do seu Sistema. As Conferências da ONU consideradas como um espaço de rituais, bem como portadora das afinidades entre messianismo e bem estar social constituem a análise do terceiro capítulo.

3 CULTURA DE BEM ESTAR SOCIAL E MESSIANISMO: POLÍTICAS PÚBLICAS E CONFERÊNCIAS MUNDIAIS DA ONU

“Quem tapa os ouvidos ao clamor do pobre também clamará e não será ouvido”.
PROVÉRBIOS 21:13

Em âmbito internacional e nacional encontra-se disponibilizada uma literatura abundante a respeito do processo das políticas públicas. Porém, poucos estudos se voltam para explicar as peculiaridades dos resultados das Conferências Mundiais da ONU para as primeiras etapas do ciclo das políticas públicas: formação da agenda e formulação de uma ação no contexto nacional. Na análise de Rodrigues (2010, p. 13), “política pública é o processo pelo qual os diversos grupos que compõem a sociedade – cujos interesses, valores e objetivos são divergentes – tomam decisões coletivas que condicionam o conjunto dessa sociedade”.

No bojo desse processo apontado por Rodrigues reside um conjunto de procedimentos adotados pelos atores políticos para elaborar propostas de resolução dos conflitos, atravessadas por relações de poder entre os agentes nacionais e internacionais. Todavia, o espaço da ONU tem uma característica peculiar: em tese, as relações ocorrem entre os Estados membros, mas outros atores impactam indiretamente essas relações: Secretário Geral da ONU, Organizações Internacionais do seu Sistema, Organizações Não Governamentais com status consultivo, instituições privadas, especialistas das Nações Unidas e experts convidados. A este respeito, Góes Filho compreende a Conferência da ONU como um espaço de rituais:

As Conferências são os momentos em que através de árduos processos de negociação se consagram aqueles temas de agenda internacional que passam a ser considerados de interesse universal ou global e, portanto, merecedores de tratamento prioritário pelos Estados membros. Dessas Conferências resultam acordos sobre princípios que, embora sem caráter mandatário, induzem os Estados a assumi-los como parte do direito internacional na forma de uma soft Law, ou seja, como uma norma cujo descumprimento não gera sanções, mas constrangimentos (2003, p. 139).

Este capítulo busca captar a lógica que perpassa as Conferências como um espaço de rituais a partir do exame de duas práticas articuladas: o contexto preparatório da conferência e a heterogeneidade dos agentes. A desconstrução deste espaço de rituais permite entender as aproximações e os limites dos resultados das Conferências ao processo da política pública.

3.1 O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA AGENDA

Diz respeito ao conjunto de temas ou problemas concebidos como prioritários na perspectiva dos atores políticos, representados pela comunidade internacional e nacional, sendo incorporados para análise no espaço da conferência. Para Meny e Thoening (1992, p. 123) “el acceso a la agenda no es libre o neutro. El control de este acceso provee um recurso político decisivo a quien lo detenta. Se van aparecer verdaderos guardianes de la agenda”.

A ONU constitui a guardiã protocolar da agenda internacional, por meio da Assembleia Geral, cumprindo o ritual de comunicar simbolicamente aos Estados a relevância do foro. Essa comunicação simbólica é legitimada pelo voto dos Estados membros, lembrando que todos os países têm direito a um voto. Todavia, o voto protocolar na Assembleia costuma ser influenciado pelos alinhamentos formados previamente, comentados por Góes Filho:

O efeito mobilizador das eleições revela uma série de tensões que permeiam as relações no mundo das nações. Em um lugar que pretende exaltar a igualdade e a simetria, recorre-se, frequentemente, às diferenças e se reconhece a existência de hierarquias. Em um espaço que se pretende público se negocia a portas fechadas. (2003, p.152)

Outro elemento complementar sobre a *agenda setting* das cúpulas se refere à identificação das crises visíveis ou latentes, da incorporação dos debates sinalizados pelos movimentos sociais, da força da mídia, e outras tensões contingentes ou permanentes que se manifestam no cenário internacional. O movimento das Nações Unidas no contexto preparatório visa capturar as distintas tendências a respeito de um tema de agenda, traduzindo-as em propostas consensuais. Reproduzindo a visão dos especialistas da OMS,

Las cumbres de la ONU suelen convocarse para tratar una cuestión mundial sobre el desarrollo social, humano o económico que requiere medidas intersectoriales continuas. Las cumbres son una respuesta a la incapacidad de las instituciones existentes de hacer frente debidamente a dicha cuestión (2011, p. 6).

A improcedência deste argumento é visível, pois as instituições não são responsáveis pelas falhas no sistema político-econômico mundial e regional. É importante reiterar que por vezes, essas ‘falhas’ desdobram-se no funcionamento do próprio modelo capitalista, demandando reorientações em seu curso. As cúpulas não constituem meramente um encontro entre parceiros desiguais, mas um espaço para elaborar construtos coletivos, por vezes, conformados pelos países hegemônicos. Cabe lembrar que as organizações internacionais cumprem um papel de mediação interestatal para a ordem internacional, sustentadas por Herz e Hoffman (2004, p. 23): “[...] são ao mesmo tempo atores centrais do sistema internacional,

fórum onde ideias circulam, se legitimam, adquirem raízes e também desaparecem, e mecanismos de cooperação entre Estados e outros atores”.

O denominado ciclo da política pública significa uma ferramenta analítica interessante para entender o processo de tomada de decisão nas conferências da ONU e sua influência no processo de formulação da política nacional. Meny e Thoening sugerem uma representação a respeito do ciclo da política pública⁶¹:

Figura 2. Ciclo da Política Pública de Meny e Thoening



Tomando em consideração essa ilustração, as duas primeiras fases – identificação do problema e a formulação de uma solução ou de uma ação – indicam as práticas que costumam acontecer no contexto preparatório da conferência: identificar problemas, examinando respostas, e, delinear recomendações encaradas como legítimas para os Estados membros. Essas práticas concernem ao contexto preparatório da Conferência. Na verdade, não se descarta a presença da negociação nestas fases, muito embora esta diga respeito à terceira fase denominada de tomada de decisão. Na cerimônia final, os chefes de Estado ratificam ou não o

⁶¹ É conveniente colocar que as fases neste ciclo se interpenetram, tornando-se complexo precisar o início de uma e a finalização da anterior. Por isso o nome ciclo equivalente a processo, e, não etapa que sugere uma aceção evolucionista.

documento construído no contexto preparatório, porém costumam endossá-lo. Além dessas práticas, o processo de circulação das informações e dos resultados do fórum pressupõe um jogo de interesses entre os participantes de modo intrincado.

Nesta tese, as Conferências ocorridas de 1968 a 1978 dizem respeito ao conjunto denominado de políticas sociais, que contém esta marca particular: “toda política social é uma política pública, mas nem toda a política pública é uma política social” (RODRIGUES, 2010, p. 9). Isto significa dizer que, amiúde, as políticas sociais ocupam uma posição secundária na lista de prioridades das políticas públicas como, por exemplo, na disputa por investimentos e por distribuição dos recursos para a concretização destas.

A título de ilustração, no cenário internacional dos anos de 1960, as políticas sociais receberam uma atenção especial por parte das Nações Unidas e dos países em desenvolvimento. Estas consistiam em formas de emancipar os direitos sociais, possibilitando o desenvolvimento social atrelado ao econômico, tema do capítulo quarto. Porém, a crise econômica dos anos de 1980 e a conformação do neoliberalismo⁶² solaparam esse ideário concernente às políticas sociais, como comenta a especialista da ONU:

Durante las décadas de los ochenta y noventa, la política social fue asistencialista, centrada en proporcionar asistencia social (*safety nets*) y servicios básicos, completamente insuficiente para lograr un desarrollo social y económico equilibrado. La política social era considerada *residual* o secundaria en términos de importancia. Las teorías en boga se centraban en la idea de que el desarrollo económico es prioritario. En consecuencia, las políticas sociales fueron marginadas; se les otorgó una importancia menor, materializada en una financiación exígua, a menudo centrada en mitigar los efectos no deseados del cambio económico en vez de fomentar activamente un mejor desarrollo social para todos (ORTIZ, 2007, p. 7).

Na verdade, no final da década de 1990 e início do século XXI, as políticas sociais adquiriram outro status como mecanismo para reduzir a pobreza, gerar estabilidade política e impulsionar o desenvolvimento dito sustentável, comentados por Ortiz:

A comienzos del siglo XXI, ha surgido un consenso respecto a que la política social es parte de las funciones primarias del Estado, y supone mucho más que un limitado conjunto de redes de asistencia y servicios para cubrir los fallos del mercado. Las políticas sociales bien diseñadas e implementadas pueden, por el contrario, promover el empleo y el desarrollo, erradicar la marginación, configurar países, y facilitar la superación de conflictos (2007, p. 7).

⁶² Neoliberalismo propõe o mercado como o regulador essencial da vida econômica, além de defender a privatização dos serviços públicos essenciais, como saúde, educação, previdência, habitação. Neste sentido, o estado deixaria de oferecer esses serviços, deixando-os ao controle da iniciativa privada.

É interessante perceber o poder extraordinário atribuído às políticas sociais no século XXI, como se apreende na colocação de Ortiz: se forem bem desenhadas e implementadas, promoverão o emprego, o desenvolvimento, a erradicação da marginalidade, o estabelecimento de países e a superação de conflitos. Neste sentido, as políticas sociais serviriam para todas essas finalidades, bastando apenas planejá-las de maneira eficiente, o que constitui uma falácia. Como parte do debate a respeito do valor das políticas sociais na ótica da ONU no século XXI, os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODMs) foram sancionados em 2000 na sede da ONU, em Nova York. Os ODMs têm como uma de suas metas, até 2015, reduzir os altos índices da pobreza extrema, da fome, do analfabetismo, do crescimento populacional.⁶³

Presume-se que essas questões passaram a ter valor de mercado, convertendo-se em mercadorias multilaterizáveis para a cooperação internacional, ou seja, produtos para investimento no mercado de ações. Esse processo de transformação das questões sociais em mercadorias sustenta o discurso acerca da política social no século XXI na ONU em uma vertente assistencialista e filantrópica, voltando a adquirir assim uma concepção de “cidadania precária”. Assim também, as aproximações entre uma organização internacional e o processo de política pública no contexto nacional abarcam duas práticas articuladas no que diz respeito à organização de uma conferência:

- Produção de documentos e pesquisas, onde a coleta, análise e divulgação de informação são cruciais, envolvendo diretamente os agentes nacionais e internacionais;
- Sistematização de recomendações na conferência e em seu contexto preparatório.

Frequentemente, os projetos de cooperação internacional incidem no ciclo da política pública, sendo introduzidos no âmbito de uma conferência. Por outro lado, essas práticas revelam a complexidade do relacionamento das organizações internacionais com os Estados membros e outros participantes no que diz respeito às primeiras fases do processo da política pública.

O quadro a seguir, exemplifica a atuação dessas organizações em termos de sua participação nas distintas fases do processo da política pública (definição do tema da agenda; formulação; decisão; implementação e avaliação).

⁶³ Em dezembro de 2014, o Secretário Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon apresentou na televisão uma breve avaliação dos ODMs de 2015 e as metas aprovadas para o período 2016-2030. A finalidade principal dos ODMs estabelece o término da pobreza até 2030.

Quadro 9. Atuação das Organizações Internacionais na Política Pública

FASES DO PROCESSO	ESTADO	ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS
Definição do tema de agenda (Agenda Setting)	Atores públicos e privados do país	Atuação mais presente – Construção de consensos
Formulação da Política	Analistas nacionais	Atuação mais presente – Construção de consensos
Decisão da Política	Representantes nacionais	Atuação mais ausente em relação aos atores do contexto interno
Implementação da Política	Gestores nacionais	Atuação mais presente – PNUD, Assessoria Externa, Parcerias para projetos de cooperação horizontal
Avaliação da Política	Gestores, Tribunais de Contas, Ouvidoria	Atuação mais presente – Quadro de especialistas ou experts internacionais

Elaborado por Elisabete Cruvello
Fontes: Meny e Thoening; Rodrigues; Sechi.

Cumprir lembrar que, nesta tabela, a análise traduz uma representação ou um tipo ideal weberiano, que por seu turno, merece ser interpretado à luz de distintas condições históricas. A partir dessa perspectiva sobre questão pública que atravessa as fronteiras de uma dada nação, as agências multilaterais acompanham as mudanças, realizam diagnósticos, constroem respostas e introduzem temas na agenda global. Da mesma forma, a tendência para tratar de questões da agenda internacional e global de modo conjunto nos fóruns de Chefe de Estado e de Ministros de cada pasta gera que certos interesses comuns sejam compartilhados pelas autoridades e outros atores, definindo linhas gerais para a orientação da política pública ou na linguagem dos organismos internacionais, construção de consensos.

No ponto de vista do internacionalista Senarclens, as reuniões de cúpula da ONU, baseadas na diplomacia e na aprovação de resoluções por consenso, produzem uma retórica ilusória, como mostra esta passagem:

Las Naciones Unidas producen cada año millares de resoluciones que se refieren a todos los aspectos de la vida política y social. Esos textos son con frecuencia imprecisos, incluso incoherentes, porque el entorno político que determina esa producción discursiva es extraordinariamente dispar y conflictivo. Ese universo político extraño fomenta la multiplicación de los debates y la proliferación de las comisiones, de los comités de todo genero y de las estructuras administrativas. Favorece una retórica ilusoria o, en cualquier caso, de un alcance práctico insignificante. [...]

Este género escatológico se manifiesta en los discursos e informes del secretario general, o en las declaraciones solemnes de los jefes de Estado y de gobierno en la tribuna de la Asamblea General (2004, p. 87-88).

Esta forma simbólica das recomendações sancionadas nos fóruns mundiais da ONU descritas por Senarclens reforça a percepção de que o espaço político das conferências da ONU é desigual, engendrando propostas retóricas e de cunho utópico. Por outro lado, o historiador David Reynolds destacou seis encontros de cúpula compreendidos como acordos estratégicos em relação aos problemas cruciais entre líderes das superpotências e outros chefes de governo, a saber:

Quadro 10. Seis cúpulas que moldaram o século XX

LOCAL	ANO	ATORES POLÍTICOS	TEMA
Munique	1938	Chamberlain (Inglaterra) e Hitler (Alemanha)	Antes do início da 2ª Guerra Mundial, a reunião entre esses líderes permitiu adiar o início da guerra por um ano.
Yalta	1945	Churchill (Inglaterra), Roosevelt (EUA) e Stalin (URSS)	No contexto do pós 2ª Guerra Mundial, o encontro busca a estabilidade política; reconstrução da Europa; formação das Nações Unidas no papel de polícia da política mundial conjuntamente com as grandes potências.
Viena	1961	Kennedy (EUA) e Kruchev (URSS)	Durante a Guerra Fria, o encontro visou trocar pontos de vista sobre a realização dos testes nucleares e do uso das armas de destruição em massas.
Moscou	1972	Nixon (EUA) e Brejnev (URSS)	Durante a Guerra Fria foi considerado a reunião de cúpula mais produtiva: regulamentou o SALT (Tratado de Limitação de Armas Estratégicas) em 1972.
Camp David	1978	Carter (EUA), Begin (Israel) e Sadat (Egito)	Tentativa de solucionar trinta anos de um amargo conflito: o Estado de Israel fundado em 1948. Além disso, a crise do petróleo e a ameaça nuclear foram os motivos para essa reunião de cúpula.
Genebra	1985	Reagan (EUA) e Gorbachev (URSS)	Início de uma série de encontros para discutir o fim da Guerra Fria.

Elaborado por Elisabete Cruvello
Fonte: David Reynolds

Em uma acepção distinta das cúpulas entre líderes hegemônicos descritas por Reynolds, que não emprega a mediação de organizações internacionais, desde sua origem a ONU costuma realizar encontros sobre temas de agenda candentes no mundo com a parceria

das Organizações do seu Sistema. O volume de fóruns encomendados pela Assembleia Geral e pelo ECOSOC⁶⁴ é evidenciado na tabela a seguir:

Tabela 2. Conferências Mundiais da ONU - Temas “Sociais”

FÓRUM	1946-1949	1950-1959	1960-1969	1970-1979	1980-1989	1990-1996
ASSEMBLEIA	-	16	29	49	49	39
ECOSOC	5	20	23	16	10	8

Elaborada por Elisabete Cruvello

Fonte: United Nations Document Series Symbols – 1946-1996

De acordo com esse catálogo, os principais temas de agenda enfocados nas Conferências Mundiais organizadas pelo ECOSOC foram: Comércio e Emprego; Liberdade de Informação; Narcóticos e Drogas; Café; Açúcar; Cacau; Tráfico Ilegal; Adoção do Protocolo contra Substâncias Psicotrópicas; Água; Comércio e Desenvolvimento; População; Padronização Geográfica; Ministros Encarregados do Bem Estar Social; Mulher; Alimentação.

Cabe lembrar que a conjuntura internacional é o contexto de bipolaridade no período de realização dessas Conferências. Por isso, os conteúdos discursivos da ONU versavam sobre temas sociais como estratégias para desencantar os possíveis adeptos ao comunismo.

Da mesma forma, a Assembleia da ONU solicita algumas Conferências Mundiais sobre temas de agenda discutidos em seus espaços, sendo os principais examinados: Prevenção do Crime e Tratamento dos Criminosos; Direitos do Mar; Paz e Usos da Energia Atômica; Direitos Humanos; Meio Ambiente e Desenvolvimento; Alimentação e Agricultura; Programa de Desenvolvimento; Desenvolvimento Industrial; Fundos para Criança; Assentamentos Humanos; Desertificação; Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento; Asilo Político; Ação contra o Apartheid; Combate ao Racismo e à Discriminação Racial; Mulher; Cooperação para Paz e Usos da Energia Nuclear.

À luz da lista temática extraída do catálogo da ONU foi possível presumir que os temas do desenvolvimento e vinculados ao debate norte x sul foram tão presentes nas décadas 1950 a 1980 quanto os debates relativos ao leste X oeste. As estratégias de cooperação

⁶⁴ De acordo com a ONU, o código da Assembleia para a conferência é A/CONF e o código do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) é E/CONF. Verificou-se no catálogo da ONU a partir do código principal, não levando em conta os desdobramentos desse código para fins de contabilização do volume de fóruns para obter o registro total do número de fóruns em cada período. Conferir catálogo publicado pela “Dag Hammarskjöld Library”.

internacional, bem com as estratégias militares de ação militar e social foram essenciais para divulgar o modelo liberal democrático, dissuadindo novos interessados nas promessas do comunismo.

Os diversos documentos primários encontrados nas bibliotecas depositárias da ONU visitadas demonstram que temas como criminalidade⁶⁵, condição jurídica e social da mulher⁶⁶, trabalho escravo e ilegal⁶⁷, socorro à infância⁶⁸ já faziam parte da agenda internacional das Nações Unidas, temas contundentes no século XXI.

Dentre esses fóruns mundiais expostos, o debate acerca do bem estar social na ONU envolveu precisamente as Conferências de População de 1954 (Cairo) e de 1965 (Belgrado) dirigidas pelo ECOSOC, fóruns prévios à III Conferência de População realizada na cidade de Bucareste em 1974. Essas reuniões de 1954 e 1965 tiveram uma propriedade particular: congregaram 450 especialistas em problemas demográficos para discussão e avaliação de experiências sobre o crescimento populacional e temas afins⁶⁹, não participando destas os chefes de Estado. Por isso, não ocorreu o encaminhamento de resoluções e nem recomendações, como se confere no relato do documento final: “la Conferencia se dedicaria unicamente al intercambio de ideas y de enseñanzas de la experiencia, no se examinaron proyectos de resolución en el curso de las sesiones” (ONU, 1954, p. 4).

Nesta linha, a Conferência de 1965 reuniu 1400 especialistas de várias partes do mundo, com especial atenção aos países do Terceiro Mundo. De acordo com o relato encontrado no documento final,

la celebración de la Conferencia con el auspicio de las Naciones Unidas, no se aprobaron resoluciones ni se intentó formular consenso alguno de las opiniones expresadas por los participantes. El propósito de la Conferencia, según definiera el Consejo, era simplemente permitir que los expertos cambiaran opiniones sobre los principales problemas demográficos y las cuestiones afines de investigación y reunión de datos” (ONU, 1965, p. 2).

⁶⁵ NACIONES UNIDAS. Tercer Congreso de las Naciones Unidas sobre Prevención del Delito y Tratamiento del Delincuente. (Estocolmo, 9-18 agosto de 1965). Evolucion Social y Criminalidad. O primeiro congresso foi em Genebra – 1955, e, o segundo em Londres - 1960. No primeiro congresso não teve representação brasileira, porém a participação do Brasil foi visível nos demais. A/CONF.26/1

⁶⁶ NACIONES UNIDAS. ECOSOC. Comisión de la Condición Jurídica y Social de la Mujer. Informe sobre el Decimocuarto Periodo de Sesiones. 28 de marzo a 14 de abril de 1960. Suplemento nº7. E/3360. Outros: E/3464 de 13-30 de marzo de 1961; E/4175 de 21 de febrero – 11 de marzo de 1966.

⁶⁷ NACIONES UNIDAS. ECOSOC/OIT. Informe del Comité Especial del Trabajo Forzoso, 1951-1953.

⁶⁸ NACIONES UNIDAS. ECOSOC. Fondo Internacional de Socorro a la Infancia. Informe de la Junta Ejecutiva (19-26 DE MARZO DE 1953). Documentos Oficiales: 16º Periodo de Sesiones. Suplemento nº6. E/2430. Outro: E/3304 de 1 -11 de septiembre de 1959.

⁶⁹ A saber: tendências da mortalidade e da fecundidade; migrações; perspectivas demográficas futuras; consequências econômicas e sociais das mudanças demográficas.

De acordo com posição da ONU, os principais problemas demográficos referenciados em seu depoimento concernem à articulação entre explosão populacional, fenômenos migratórios, pobreza e mal estar social. O núcleo dessa articulação foi relatado pelo representante do Secretário Geral da ONU em 1954, na Conferência Mundial da População fomentada pelas Nações Unidas:

Los países asiáticos, económicamente atrasados, con una población de 1.000 millones o más de almas y con una elevada tasa de natalidad que en Occidente no ha tenido paralelo durante siglos, están asimilando, cada más la civilización occidental, y, sobre todo, los progresos realizados em medicina e higiene, ló que da por resultado la reducción considerable de sus tasas de mortalidad. El crecimiento natural de su población va adquiriendo velocidad e intensidad en una proporción sin precedentes y puedo por ello frustrar los esfuerzos de sus gobiernos por aliviar la pobreza, de la que el Occidente no tiene ni idea, mediante la explotación de sus recursos económicos. El resultado es un estado de pobreza permanente, que se hace tanto más intolerable para los pueblos interesados a medida que van comprendiendo más el abismo que media entre su pobreza y el bien estar de los pueblos occidentales. La consecuencia es un ansia creciente de emigrar a tierras más favorecidas por la naturaleza y la civilización, y el aumento del malestar social en estos países (ONU, 1954, p. 28).

Como se depreende dessa colocação, nas décadas de 1950 e 1960, o crescimento populacional nos países do Terceiro Mundo se constituiu um tema de agenda recursivo nos documentos e encontros promovidos pela ONU. Nessa conjuntura, a solução proposta resgatava os preceitos de Malthus⁷⁰ pela teoria neomalthusiana: planejamento familiar a partir de políticas de controle da natalidade, uma vez que a superpopulação dos países engendra o subdesenvolvimento, o avanço da pobreza e a fome endêmica no Terceiro Mundo. Esse argumento foi empregado nas Conferências Mundiais dos anos de 1970, sendo contestado por representantes do Terceiro Mundo, como revela a posição do delegado do Senegal: “Deu-se um golpe mortal na ilusão de que a planificação familiar é o remédio para o terceiro mundo” (NAZARETH, 1975, p. 736). A seguir, a desconstrução das Conferências da ONU.

3.2 CONFERÊNCIAS DA ONU: ESPAÇO DE RITUAIS

Na análise de Paulo de Goés Filho, as Assembleias Gerais da ONU configuram espaços de rituais coletivos no sentido sagrado, não afirmando que sagrado seja equivalente a religioso. No sentido empregado pelo analista, sagrado diz respeito ao **incontestável embutido nos rituais coletivos**, que “são tentativas dramáticas de impor ordem e controle a certas esferas da vida social, de forma a situá-las na dimensão da estrutura por oposição ao

⁷⁰ O economista Malthus viveu no século XVIII (1766-1834), esposando a tese de que a população cresce em progressão geométrica enquanto os alimentos em progressão aritmética. Neste sentido, fomentou possibilidades para a restrição do crescimento populacional desenfreado.

seu par dialético anti-estrutura”. Ainda, seis conotações perpassam as cerimônias coletivas concebidas como rituais: “repetição; atuação cerimonial por oposição aos atos espontâneos; estilização; ordem; estilo evocativo de apresentação e dimensão coletiva”. (GÓES FILHO, 2003, p. 44-45).

Tomando por empréstimo essa análise, o espaço da Conferência da ONU se encontra impregnado de práticas protocolares, que servem para preservar certas tradições, como também forjar novos construtos. Nesse encontro entre tradições antigas e produção de novas é essencial ratificar a legitimidade para a eficácia do conteúdo discursivo em formação. Duas práticas pertinentes às cúpulas mundiais possibilitam entender as Conferências da ONU como espaço de rituais: o seu contexto preparatório e a heterogeneidade dos atores políticos participantes.

3.2.1. Contexto preparatório

Compreende-se o contexto preparatório como campo de construção de legitimidade em torno das recomendações propostas, abarcando um conjunto de rituais, conforme a definição de Góes Filho (2003, p. 45): “os rituais não são momentos destinados simplesmente a consagrar aspectos estruturados do comportamento social, mas podem ser encenados visando a intervir nas formas pelas quais as pessoas concebem a vida em sociedade, alterando seu significado”. Uma conferência resulta de um longo processo de preparação, negociação e execução entre os atores políticos: países membros da ONU; especialistas dos Organismos Internacionais; especialistas da ONU; organizações não governamentais com status consultivo; experts convidados.

A negociação é o núcleo fundamental no contexto preparatório, a fim de sejam identificados os interesses e os objetivos dos atores em torno do tema da reunião. Para Reynolds (2013, p. 434), antes de iniciar a preparação “é preciso indagar se há efetivamente espaço para uma negociação (nenhuma cúpula é meramente um encontro para se conhecerem). Se a resposta é não, não se deve prosseguir”.

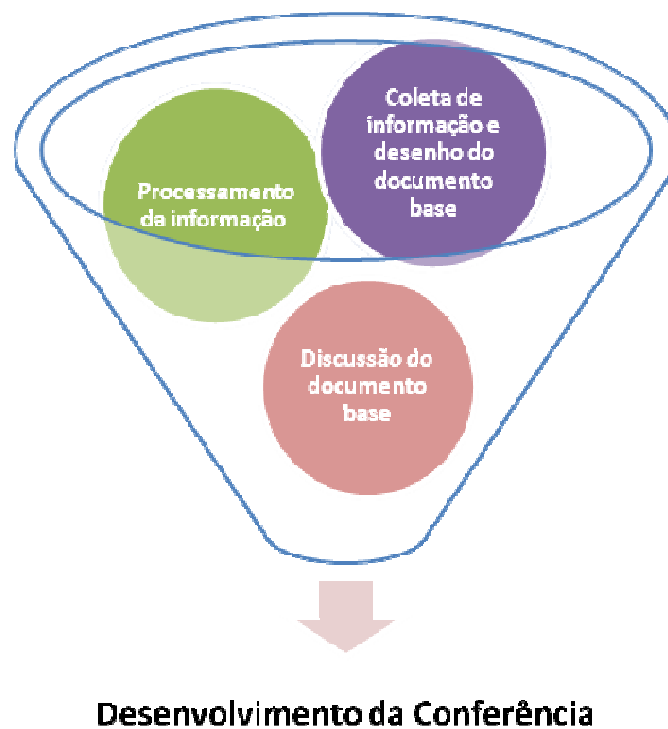
Explicando a relevância dos atores políticos nos processos de preparação e de negociação, Reynolds (2013, p. 431) ressalta que “um encontro de cúpula eficaz depende não apenas do relacionamento entre os líderes, mas também de um trabalho de equipe de seus burocratas, tanto na preparação das reuniões, quanto durante as conversas”. No contexto preparatório, as diversas equipes nacionais conversam entre si e com os outros países, contando com a mediação dos representantes da ONU.

No contexto preparatório de uma cúpula a relação de poder é concebida como “relación de intercambio, donde el poder reside en el margen de libertad que disponga cada uno de los actores comprometidos, dada su mayor o menor capacidad y posibilidad de rehusar lo que el outro le pida o incidir en curso de acción o sus decisiones” (SILVEIRA, 1998, p. 74). Neste sentido, a margem de liberdade e a autonomia dos atores políticos se encontram condicionadas por dimensões simbólicas, econômicas, políticas e culturais. A negociação no contexto preparatório costuma ser intrincada em torno do documento capital da Conferência, observado por Góes Filho:

Nessas negociações os textos são discutidos parágrafo a parágrafo, palavra por palavra, vírgula por vírgula. Quando não se chega ao consenso os parágrafos não acordados são colocados entre parênteses até a próxima reunião. O esforço na negociação é reduzir ao máximo esses parágrafos entre parênteses de forma a avançar a produção de um texto consensual (2003, p. 188).

A figura apresentada na sequência ilustra os procedimentos no contexto preparatório:

Figura 3. Caracterização do contexto preparatório da conferência



A imagem do funil expressa duas características do contexto preparatório. A primeira realça os três procedimentos essenciais desse contexto: 1º) construção do documento base, ou seja, o plano contendo as recomendações e as linhas de ação; 2º) processamento dos informes nacionais enviados pelos países para a ONU e o comitê assessor da conferência; 3º) a discussão propriamente dita, envolvendo idas e vindas, conversações amplas e divergentes, a fim de aproximar as posições em jogo. Imbricada a esta primeira característica, a segunda enfatiza a presença das tensões durante o processo de negociação, que partem de uma discussão ampla para delimitar eixos principais em torno do documento base.

É pertinente colocar que os atores políticos díspares partilham desse espaço preparatório como um espaço de rituais, que contém a articulação entre invenção e convenção. Por um lado, a invenção configura uma recriação dos símbolos culturais, possibilitando idealizar os projetos por um mundo mais justo. Por outro, a convenção conforma um conjunto de ritos e de crenças que revivificam os elementos mais essenciais da consciência coletiva, cristalizados na memória onusiana. Por exemplo, as datas comemorativas inventadas culturalmente pela ONU servem como memorial para reviver as “supostas” alianças entre os países, captando a relação dialética entre invenção e convenção:

- 1968 - Ano Internacional dos Direitos Humanos
- 1974 – Ano Internacional da População
- 1975 - Ano Internacional da Mulher
- 1979 – Ano Internacional da Criança
- 1960-1969 - Primeira Década do Desenvolvimento
- 1970/ 1979 - Segunda Década do Desenvolvimento
- 1973/1982 – Decênio de Luta contra o Racismo e a Discriminação Racial
- 5 de junho – Dia do Meio Ambiente

Em um sentido metafórico, essas celebrações perpetuam representações coletivas consideradas sagradas e separadas do dia-a-dia. Emile Durkheim ⁷¹ estabeleceu a dicotomia entre sagrado e profano, uma vez que um exclui o outro. Sagrado diz respeito às coisas separadas, extraordinárias e interditas, acessíveis unicamente para um grupo seletivo e “santo”, como os diplomatas, enviados de um Ministério ou Secretaria, e, observadores convidados.

Na esfera da ONU, a consagração de datas – dia, ano e década - simboliza um mecanismo de sustentar o caráter messiânico dessa instituição. Por isso, o contexto preparatório de uma conferência tem uma natureza enigmática. A fim de obter legitimidade

⁷¹ Sociólogo francês (1858/1917) que tratou destas acepções em sua obra *As formas elementares da vida religiosa*.

no processo de preparação do fórum as Nações Unidas costumam adotar três estratégias afins: 1º) envio dos informes nacionais; 2º) formação do comitê assessor; 3º) atividades de consulta.

Em relação ao primeiro procedimento - envio dos informes nacionais – a preparação do documento base da conferência deve levar em consideração as tendências e posições colocadas no informe nacional enviado para a ONU por cada país. Este informe nacional possui três características: esposar a posição do país frente à demanda da conferência; consistir numa prestação de contas das recomendações aprovadas, evidenciando os projetos já realizados; e, descrever a situação do país como um estado da arte. A título de exemplo, foi publicado pelo CBCISS⁷² o informe nacional do Brasil para a 1ª Conferência de Ministros de Bem Estar Social, destacando:

O presente documento é publicado pelo CBCISS graças a autorização da Comissão Permanente de Direito Social do Ministério do Trabalho e Previdência Social. Trata-se do documento oficial do Brasil à Conferência de Ministros de Bem Estar Social promovida pelas Nações Unidas em Nova York de 3 a 12 de Setembro de 1968. A redação preliminar foi confiada a uma equipe do CBCISS sob a coordenação da Assistente Social Helena Iracy Junqueira. Posteriormente foi revista e ampliada pela Comissão Permanente de Direito Social, redação esta que ora publicamos. Para obediência de prazos o documento foi elaborado em tempo recorde, não tendo possibilitado coleta mais completa de dados, o que reconhecemos e lamentamos. Esperamos que o documento seja útil àqueles que desejam que o Brasil ultrapasse a fase assistencialista e enfatize os projetos de promoção e desenvolvimento (BRASIL, 1968, apresentação).

O segundo procedimento diz respeito à formação de um comitê assessor formado por Estados membros a fim de elaborar os materiais, as consultas e os encontros precedentes ao evento. O terceiro se refere às estratégias empregadas para promover neste contexto, levando ao “*gran finale*”, ou a Conferência.

É necessário esclarecer que o comitê de preparação de uma conferência é composto por países membros de acordo com as regiões. Habitualmente, membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU atuam neste comitê. Reuniões, congressos e encontros com especialistas consistem estratégias adotadas neste contexto, dependendo da relevância dada pela ONU ao fórum.

Em relação à Conferência de Ministros de Bem Estar Social seu informe final não se refere ao modo como foi idealizada. Porém, nas Conferências que reuniram os chefes de Estado o contexto preparatório foi detalhado.

O documento final relativo à conferência de 1968 (Direitos Humanos) é bastante sintético, enfatizando apenas a formação do comitê e sua composição. Quatro membros

⁷² Coleção Temas Sociais, nº6, 1968.

permanentes do CS da ONU - Estados Unidos; França; Reino Unido e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - tomaram parte desse comitê, além de mais 19 países. O quadro a seguir expõe informações gerais sobre este contexto:

Quadro 11. Reuniões Preparatórias da Conferência de DIREITOS HUMANOS – 1968

DATAS	TOTAL	PROCEDIMENTOS
1965 -1967	2	Formação do comitê assessor composto por 23 países

Elaborado por Elisabete Cruvello

Fonte: A/CONF.32/41

Segundo o documento final dessa Conferência, em 1963, a Assembleia Geral da ONU deliberou a respeito de uma conferência comemorativa por ocasião do vigésimo aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948.

A Conferência Mundial do Meio Ambiente (1972) teve um ponto de partida distinto, sendo sugerida pelo ECOSOC/ONU. No entendimento do ECOSOC, “para un buen desarrollo económico y social, era de importância esencial prestar la debida atención a los problemas del medio ambiente, y recomendó que la Asamblea General, en su vigésimo tercer período de sesiones, examinara la conveniencia de convocar una conferencia” (ONU, 1972, p. 41). As reuniões preparatórias da cúpula de 1972 encontram-se expostas neste quadro:

Quadro 12. Reuniões Preparatórias da Conferência do MEIO AMBIENTE - 1972

DATAS	TOTAL	ATIVIDADES
Março de 1970 Fevereiro de 1971 Setembro de 1971 Março de 1972	4	Encontros entre os países do comitê assessor para discutir a estrutura do fórum

Elaborado por Elisabete Cruvello

Fonte: A/CONF.48/14/Rev.1

Convém ressaltar que Brasil integrou o comitê assessor, juntamente com mais 26 países, destacando a presença de quatro membros do CS da ONU: Estados Unidos; França; Reino Unido e União Soviética.

O contexto preparatório para a Conferência da População (1974) revelou um conjunto de atividades variadas como encontros entre especialistas, simpósios e consultas. Supõe-se

que o volume de atividades em comparação às duas Conferências anteriores se deve aos encontros entre especialistas organizados em 1954 e 1965, possibilitando construir sutilmente uma posição sobre o crescimento populacional. Como resultado desta suposição, é possível dizer que, na visão da ONU, alternativas para acelerar o desenvolvimento econômico combatendo o forte crescimento populacional mereciam ser colocadas em prática, como o planejamento familiar.

O encontro de especialistas de 1974, organizado pela ONU, buscou refletir sobre os problemas demográficos; as relações entre desenvolvimento econômico e social; políticas voltadas para promoção do bem estar e desenvolvimento no âmbito da população.⁷³ O próximo quadro permite conferir a ênfase dada no contexto preparatório para construir e legitimar posições:

Quadro 13. Reuniões Preparatórias da Conferência da POPULAÇÃO - 1974

DATAS	TOTAL	ATIVIDADES
Agosto de 1972 Março de 1973 Março de 1974	3	Encontros entre o ECOSOC e o comitê assessor para providências gerais
Junho de 1973	1	Simpósio sobre População e Desenvolvimento – Cairo
Agosto de 1973	1	Simpósio sobre População e Família – Honolulu
Setembro/Outubro de 1973	1	Simpósio sobre População, Recursos e Ambiente – Estocolmo
Janeiro de 1974	1	Simpósio sobre Desenvolvimento e Direitos Humanos
Abril de 1974 (Costa Rica) Maio de 1974 (Bangcoc) Maio de 1974 (Adis Abeba) Maio de 1974 (Damasco) Maio de 1974 (Genebra)	5	Consultas aos representantes governamentais por região sobre o rascunho do plano de ação
Junho de 1972 Julho de 1973 Fevereiro de 1974	3	Consultas do Secretário Geral da ONU aos cientistas, às ONGs, aos representantes dos governos e aos especialistas do sistema ONU

Elaborado por Elisabete Cruvello
Fonte: E/CONF.60/19

⁷³ Parafrazeado do Documento em inglês: “consider basic demographic problems, their relationship with economic and social development, and population policies and action needed to promote human welfare and development”. (p.53) E/CONF.60/19

O contexto preparatório da Conferência do Ano Internacional da Mulher (1975) desencadeou várias reuniões e consultas regionais realizadas em 1974, descritas no quadro:

Quadro 14. Reuniões Preparatórias da Conferência do ANO INTERNACIONAL DA MULHER - 1975

DATAS	TOTAL	ATIVIDADES
Fevereiro e março de 1974	1	Fórum internacional sobre a função da mulher em relação à população e ao desenvolvimento.
Maio de 1974	1	Consulta regional para Ásia e Oriente Médio sobre a integração da mulher no desenvolvimento.
Junho de 1974	1	Consulta regional para África sobre a integração da mulher no desenvolvimento.
Setembro de 1974	1	Seminário Inter-regional das Nações Unidas sobre um mecanismo nacional para acelerar a integração da mulher no desenvolvimento e eliminar a discriminação por razões de sexo.
Abril e Maio de 1975	1	Consulta regional para América Latina sobre a integração da mulher no desenvolvimento.
Março de 1975	1	Discussão do projeto relativo ao Plano de Ação Mundial entre os países membros do comitê assessor na sede da ONU.

Elaborado por Elisabete Cruvello
Fonte: E/CONF. 66/34

Este contexto preparatório simula um modelo voltado para conformar uma mentalidade em torno de um tema de agenda valioso para o enfoque de desenvolvimento vigente na década de 1970. Este enfoque valoriza o desenvolvimento social atrelado ao econômico, bem como a inserção da mulher no mundo do trabalho em termos de igualdade salarial com os homens e reconhecimento dos direitos femininos.

Seguindo a linha de um contexto preparatório denso, voltado para a formação de consensos, a Conferência sobre Assentamentos Humanos (1976) mobilizou distintos agentes, adotando vários procedimentos descritos a seguir:

Quadro 15. Reuniões Preparatórias da Conferência de HABITAT - 1976

DATAS	TOTAL	PROCEDIMENTOS E ATIVIDADES
Maio de 1974 Janeiro de 1975	4	Reuniões da comissão preparatória entre os 57 membros dessa comissão

Janeiro de 1976 Maio de 1976		
Janeiro de 1975 Maio de 1975 Setembro de 1975	3	Reuniões entre consultores internacionais
Junho de 1975 Junho de 1975 Julho de 1975	3	Conferências preparatórias regionais (Ásia, África e América Latina)
Abril/Maio de 1975 Maio de 1975 Maio de 1975 Setembro de 1975	4	Cursos com produtores de filmes para os Estados membros

Elaborado por Elisabete Cruvello
Fonte: A/CONF. 70/15

Muito embora tenha sido declarado pela Assembleia Geral o decênio comemorativo da luta contra o racismo e a discriminação racial – de 1973/1983 – data do vigésimo quinto aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1978, o documento final sobre essa Conferência é lacônico no que diz respeito ao contexto preparatório. Um fato interessante foi que os Estados Unidos não tomaram parte do comitê assessor como de costume, e nem compareceram à Conferência. O comitê assessor composto por vinte e três países contava com três membros permanentes do CS: França, Reino Unido e União Soviética. Além desses, outros vinte países foram escolhidos segundo o critério de distribuição regional. Levando em conta a emergência deste tema de agenda, o documento final sobre a Conferência é evasivo, bem como espelha um contexto preparatório sem importância em comparação com os encontros anteriores, exceto o de Direitos Humanos, que reproduziu esse esvaziamento.

Quadro 16. Reunião preparatória - Conferência para COMBATER A DISCRIMINAÇÃO RACIAL E O RACISMO - 1978

DATAS	TOTAL	PROCEDIMENTOS
Março de 1977	1	O ECOSOC tomou parte do comitê preparatório junto com 23 países. As ONGs com status consultivo participaram desse processo.

Elaborado por Elisabete Cruvello
Fonte: A/CONF. 92/40

A partir dos quadros apresentados é possível inferir que o contexto preparatório relativo às Conferências de Direitos Humanos (1968) e Combate a Discriminação Racial e o Racismo (1978) encontravam-se pouco detalhados nos informes finais acessíveis aos

pesquisadores. É importante colocar que para cada fórum existe um volume de documentos considerados restritos. Talvez, esses documentos restritos (não consultados) expliquem as atividades realizadas e o papel da comissão no contexto preparatório nas conferências em tela.

Em contrapartida, confere-se um volume mais expressivo de ações e consultas nas Conferências do Meio Ambiente (1972), População (1974), Ano Internacional da Mulher (1975) e Habitat (1976). Julgo que essas quatro conferências exemplificam a figura do funil empregada na tese: negociações, posições divergentes, construção de alinhamentos para produção de um plano de ação com medidas objetivas.

Em relação às Conferências de Direitos Humanos (1968) e Combate ao Racismo e Discriminação Racial as poucas informações sobre os procedimentos e atividades no contexto preparatório sugerem esta suposição: temas de agenda complexos espelham visões de mundo divergentes entre os atores políticos desiguais. As reuniões em foco criticaram o colonialismo, nazismo, apartheid e práticas segregacionistas em relação aos palestinos, às mulheres e outros grupos. Em virtude dessa polêmica, a legitimidade desses foros reproduziram os interesses dos países do Terceiro Mundo em sua maioria, bem como dos poucos países desenvolvidos voltados à emancipação dos direitos humanos.

Reiterando: é possível que a heterogeneidade dos atores políticos nessas duas reuniões, bem com a divergência de interesses tenham fragilizado o processo formalizações de acordos concretos. O tópico a seguir caracteriza os sujeitos coletivos participantes dessas Conferências Mundiais.

3.2.2. Heterogeneidade dos atores políticos

Compreendidos como sujeitos coletivos, estes atores políticos possuem três atributos essenciais, não inatos. O primeiro atributo consiste no poder encarado portador de uma motivação subjetiva, que envolve valores, concepções de mundo, aspirações culturais, empreendimentos econômicos e políticos. Neste sentido, o poder é ao mesmo tempo uma relação social e uma instituição encarada como um padrão de controle. Em tese, os sujeitos coletivos “deveriam” representar os interesses coletivos, falando em nome e defendendo os variados grupos sociais. Contudo, a história mundial revela concretamente o solapamento dos valores universais e a ênfase dos interesses privados e de uma elite governante.

O segundo atributo diz respeito ao peso diferenciado das relações sociais de poder dos sujeitos coletivos no mundo capitalista. Por exemplo, os Estados têm um poder distinto em virtude dos seus recursos econômicos, militares, políticos, tecnológicos, naturais, territoriais e ideológicos. Os internacionalistas realistas defendem o “hard power” ou poder duro, advindo

da capacidade econômica e militar de uma dada nação. Em contrapartida, os internacionalistas defensores da interdependência preconizam o “soft power” ou poder brando derivado de um corpo diplomático e político especializado influenciar indiretamente os interesses e os comportamentos de outros Estados e atores.

As ONGs são consultadas no contexto preparatório dos foros, sendo observadoras nas Conferências. Distinguem-se entre si em termos de seu “poder” perante as instituições multilaterais. Ademais, atuam como grupos de pressão no processo de política pública, colaborando em fases específicas desse processo.

O terceiro atributo dos sujeitos coletivos é a possibilidade destes operarem de modo conjugado, ou seja, em cooperação e em parceria, objetivo relevante no século XXI. Não obstante, o ideário de interdependência contido na Carta das Nações Unidas de que cada um - órgão, país, instituição multilateral, indivíduo - tem um papel específico no sistema, este ideário omite as relações de poder e de exclusão entre os sujeitos coletivos no tabuleiro real das relações internacionais. Segundo a vertente da Interdependência, a diferenciação de papéis geraria complementaridade de funções, solidariedade e estabilidade no sistema, onde todos têm um papel específico de igual valor. Daí o esquema de votação na Assembleia da ONU preconizar que cada Estado possui um voto de igual peso. Porém, esse esquema de votação pode ser revertido pelo Conselho de Segurança da ONU, onde figuram os cinco países considerados mais poderosos: EUA, Rússia, China, Inglaterra e França.

Nas Conferências da ONU de 1968-1978 a adesão dos líderes internacionais está representada na tabela três, levando em conta o total de países membros da ONU na ocasião:

Tabela 3. Adesão dos líderes internacionais nas Conferências de 1968-1978

CONFERÊNCIA MUNDIAL – TEMA E ANO	ESTADOS PARTICIPANTES	%	TOTAL DE ESTADOS MEMBROS NO FINAL DE CADA DÉCADA
Direitos Humanos (1968)	84	68,30	123
Meio Ambiente (1972)	113	76,35	148
População (1974)	136	91,90	148
Ano Internacional da Mulher (1975)	133	89,86	148
Assentamentos Humanos (1976)	133	89,86	148
O Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância (1978)	125	84,85	148

Elaborada por Elisabete Cruvello
Fonte: Nações Unidas

Confere-se que a maior representatividade dos líderes ocorreu na Conferência da População (1974) e a menor na Conferência de Direitos Humanos (1968). Tendo como referência o total de Estados Membros da ONU na ocasião, talvez a pequena representatividade na reunião de 1968 tenha relação com o ingresso de novos membros na ONU na década de 1970, ou seja: talvez, esta baixa representatividade possua outro sentido, como a temática de direitos humanos não significar uma prioridade para o país ausente.

Buscando distinguir a heterogeneidade dos participantes, bem como sua adesão à convocatória, sugere-se uma categorização dos Estados em dois tipos: países estratégicos e países secundários. É fundamental ter em conta que os países se alinham em torno de seus interesses e das temáticas, ficando claro nesta categorização.

O grupo estratégico se refere aos países influentes, possuindo a maioria destas características:

- ✓ Posição que ocupa no Conselho de Segurança da ONU, como membro permanente;
- ✓ Hegemonia econômica (capital financeiro, complexo industrial e detentor de riquezas naturais, como petróleo, minerais, ouro, etc);
- ✓ Poderio tecnológico e militar;
- ✓ Influência política e capacidade argumentativa nos debates realizados;
- ✓ Direitos humanos, especialmente, equitativas manifestações dos direitos sociais, além da estabilidade na mentalidade de bem estar social.

Por outro lado, o grupo de países denominados secundários ou subsidiários pertence ao Terceiro mundo, em sua maioria. Em função dos interesses comuns, esses países fizeram pressão nos debates aproveitando sua força numérica e possibilidade de reverter a orientação da Conferência. Foram situados neste grupo:

- ✓ Países em desenvolvimento;
- ✓ Países ditos não alinhados;
- ✓ Países recentemente descolonizados, com elevado grau de pobreza, baixo nível de educação, incipientes sistemas de saúde, frágil organização política e precário desenvolvimento econômico.

Aplicando essa categorização aos países participantes da Conferência Internacional de Ministros de Bem Estar Social, o quadro a seguir delinea essas formações, registrando que trinta e quatro países não compareceram ao foro.

Quadro 17. Categorização dos Países na Conferência Internacional de Ministros de Bem Estar Social - 1968

<p>Grupo Estratégico (5) Membros do Conselho de Segurança da ONU</p>	<p>Estados Unidos de América; França; Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte; China; União de Repúblicas Socialistas Soviéticas.</p>
<p>Grupo Estratégico (13) Desenvolvidos</p>	<p>Áustria; Bélgica; Canadá; Dinamarca; Espanha; Finlândia; Japão; Noruega; Países Baixos; República Federal da Alemanha; Suécia; Suíça; Turquia.</p>
<p>Grupo Secundário (71) Em desenvolvimento e incipiente desenvolvimento</p>	<p>Afeganistão; Árabe Unida; Arábia Saudita; Argélia; Argentina; Austrália; Argélia; Barbados; Birmânia; Brasil; Bulgária; Chade; Chile; Chipre; Congo (República Democrática); Colômbia; El Salvador; Etiópia; Filipinas; Gana; Grécia; Honduras; Iêmen; Índia; Indonésia; Iraque; Irã; Irlanda; Israel; Itália; Iugoslávia; Jamaica; Jordânia; Kuwait; Lesoto; Líbano; Líbia; Malásia; Mali; Malta; Marrocos; Maurício; Maurítânia; México; Nepal; Nicarágua; Nigéria; Paquistão; Peru; Polônia; Portugal; República Centro Africana; República da Coreia República Dominicana; Republica Socialista Soviética de Bielorrússia; República Socialista Soviética de Ruanda; República Unida de Tanzânia; República de Vietnam; Romênia; São Marino; Serra Leoa; Singapura; Sri Lanka; Sudão; Tailândia; Togo; Trinidad e Tobago; Tunísia; Ucrânia; Uganda; Uruguai; Venezuela. Zâmbia.</p>

Elaborado por Elisabete Cruvello
Fonte: ST/SOA/89. E/CONF.55/12

De acordo com esse quadro, dezoito países se encontram no grupo estratégico *versus* setenta e um países considerados secundários. O documento final da ONU é difuso, não deixando claro ponto de discórdias entre os participantes. Contudo, o informe brasileiro enviado para ONU no contexto preparatório deixou indícios críticos sobre a política assistencialista adotada pelos países desenvolvidos, ressaltada nesta declaração:

Face o acelerado processo de urbanização e industrialização, e as conseqüentes mudanças nos padrões de vida das populações migrantes, alguns programas assumem relevante papel. Entre estes, o adestramento rápido da mão de obra, a educação de base, os serviços auxiliares da família e os que buscam criar condições à participação popular na vida político administrativa da nação. [...]

Estas reformas estão condicionadas, inclusive, a fatores de ordem internacional. Um dos pontos mais delicados para o alcance do desenvolvimento se encontra na política internacional. Este aspecto foi várias vezes acentuado em documentos da CEPAL e responde por dificuldades ocorridas em reuniões internacionais como a recente Conferência sobre o Comércio e o Desenvolvimento realizada em Nova Delhi. **Os países altamente desenvolvidos procuram manter privilégios alcançados e insistem em uma política assistencialista em relação ao terceiro mundo.** A ultrapassagem da barreira do subdesenvolvimento está condicionado à superação dessas dificuldades (BRASIL, 1968, p. 39, grifo meu).

Esta declaração consiste na pista encontrada dentre outras posições tão afirmativas constatadas na Ata Final desta Conferência. A delegação brasileira foi composta por seis representantes, ressaltando a participação de Celso Leite e Helena Junqueira. Celso Leite era Secretário Geral do Ministério do Trabalho e Bem Estar Social do Brasil. Helena Junqueira, membro ativa do CBICSS, foi responsável pela elaboração do documento informativo relativo à situação do País, conjuntamente com o CBCISS. Além disso, Junqueira foi eleita a presidente da terceira Comissão Técnica - Formação de pessoal necessário para o bem estar social – desta Conferência.

A Conferência Bem Estar Social foi a única reunião da ONU na qual o CBCISS participou diretamente, através da Sr^a Helena Junqueira. Esta participação ecoou nas publicações do CBCISS - Debates Sociais e Temas Sociais. Assim também, nesta Conferência tomou parte o ICWS como ONG com status consultivo do ECOSOC. Outras dezessete ONGs assistiram, entre elas, UCISS e “Asociación de Escuelas de Servicio Social”.

No que diz respeito à Conferência de Direitos Humanos (1968), dezessete países foram considerados estratégicos, enquanto sessenta e sete como países vinculados ao grupo secundário. O quadro na sequência corrobora esta apreciação:

Quadro 18. Categorização dos países na Conferência de Direitos Humanos de 1968

<p style="text-align: center;">Grupo Estratégico (5) Membros do Conselho de Segurança da ONU</p>	<p>Estados Unidos de América; França; China; Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte; União de Repúblicas Socialistas Soviéticas.</p>
<p style="text-align: center;">Grupo Estratégico (13) Desenvolvidos</p>	<p>Áustria; Bélgica; Canadá; Dinamarca; Espanha; Finlândia; Japão; Noruega; Países Baixos; República Federal de Alemanha; Santa Sé; Suécia; Suíça.</p>
<p style="text-align: center;">Grupo Secundário (66) Em desenvolvimento e incipiente desenvolvimento</p>	<p>Afeganistão; Argélia; Arábia Saudita; Argentina; Austrália; Brasil; Bulgária; Camboja; Checoslováquia, Chile; Chipre; Costa do Marfim; Costa Rica; Cuba; Etiópia; Filipinas; Gana; Grécia; Haiti; Hungria; Israel; Iêmen; Índia; Indonésia; Irlanda; Iraque; Irã; Itália; Iugoslávia; Jamaica; Jordânia; Kuwait; Líbano; Líbia; Madagascar; Malásia; Mali; Mauritânia; Marrocos; México; Mongólia; Nepal; Nigéria; Nova Zelândia; Paquistão; Peru; Polônia; Quênia; República Árabe Unida; República Socialista Soviética de Bielorrússia; República da Coreia; República de Vietnam; República Socialista Soviética de Ucrânia; República Unida de Tanzânia; Romênia; Síria; Sri Lanka; Sudão; Tailândia; Tunísia; Togo; Trinidad e Tobago; Uganda; Uruguai; Venezuela; Zâmbia.</p>

A partir do exame do Documento Final deste encontro, percebe-se que os idealizados buscaram elaborar um programa sobre direitos humanos, manifestado na Declaração de Teerã. As principais medidas abrangem: eliminação da política de apartheid; realização da livre determinação dos povos à sua terra; concessão da independência as colônias remanescentes; combate ao trabalho escravo e promoção dos direitos da mulher no mundo moderno. Estas medidas do programa afetava diretamente um país, ou, um conjunto de países. Em particular, o primeiro ponto - a política de apartheid - combatia as práticas adotadas na África do Sul e Rodésia do Sul, notando que ambos não compareceram ao fórum. O segundo ponto, a livre determinação atingia Israel, como afirma esta resolução aprovada na Conferência: “Insta ao Gobierno de Israel a que desista inmediatamente de cualquier acto tendiente a destruir hogares de la población civil árabe que reside en las zonas ocupadas por Israel” (ONU, 1968, p. 5). A ênfase na descolonização denunciava a relação entre Portugal e suas colônias. Em suma, nessa cúpula predominaram interesses divergentes e demandas heterogêneas. Talvez, por isso a Declaração de Teerã pareça uma retórica.

Na Conferência do Meio Ambiente (1972) o bloco socialista não assistiu, a saber: União Soviética; Cuba; Checoslováquia; Hungria; Polônia; República Socialista Soviética de Bielorrússia; República Socialista Soviética de Ucrânia. Julga-se que esta ausência em conjunto possa ser justificada em torno da visão equivocada registrada no Documento de que o subdesenvolvimento geraria os problemas ambientais: “Em los países en desarrollo, la mayoría de los problemas ambientales están motivados por el subdesarrollo” (ONU, 1972, p. 3). Creio que o grupo socialista considerou esta visão falaciosa, pois a expansão desenfreada do capitalismo, frequentemente, engendra muitos desastres ambientais. A proposta de categorização apresenta a distribuição dos países participantes:

Quadro 19. Categorização dos países na Conferência do Meio Ambiente em 1972

<p>Grupo Estratégico (4) Membros do Conselho de Segurança da ONU</p>	<p>Estados Unidos de América; França; China Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.</p>
<p>Grupo Estratégico (14) Desenvolvidos</p>	<p>Áustria; Bélgica; Canadá; Dinamarca; Espanha; Finlândia; Japão; Noruega; Países Baixos; República Federal de Alemanha; Santa Sé; Suécia; Suíça; Turquia.</p>
<p>Grupo Secundário (94) Em desenvolvimento e incipiente desenvolvimento</p>	<p>Afganistão; África do Sul; Argélia; Argentina; Austrália; Bangladesh; Bahrein; Botsuana; Bolívia; Brasil; Burundi; Camarões; Chile; Colômbia; Chade; Chipre; Congo; Costa do Marfim; Costa Rica; Daomé; El Salvador; Etiópia; Emirados Árabes Unidos; Egito; Fiji; Filipinas; Gabão; Gana;</p>

	Guatemala; Guiana; Guiné; Grécia; Haiti; Honduras; Irlanda; Islândia; Israel; Itália; Iêmen; Índia; Indonésia; Iugoslávia; Iraque; Irã; Jamaica; Jordânia; Kuwait; Lesoto; Líbano; Libéria; Liechtenstein; Luxemburgo; Mônaco; Malásia; Malta; Marrocos; Madagascar; Malauí; Maurício; Mauritânia; México; Nepal; Nicarágua; Níger; Nigéria; Nova Zelândia; Panamá; Paquistão; Peru; Portugal; Quênia; República Árabe Líbia; República Árabe Síria; República Centro Africana; República de Coreia; República Dominicana; República Unida de Tanzânia; República de Vietnam; Romênia; São Marino; Senegal; Singapura; Sri Lanka; Sudão; Suazilândia; Tailândia; Tunísia; Togo; Trinidad e Tobago; Uganda; Uruguai; Venezuela; Zaire; Zâmbia.
--	---

Elaborado por Elisabete Cruvello
 Fonte: A/CONF.48/14/Rev.1

A Conferência de 1972 introduziu a discussão sobre meio ambiente e desenvolvimento a partir de posições distintas, comentadas por Foladori e Tommasini:

Por un lado, estaban los catastrofistas para quienes la continuación del ritmo de crecimiento llevaría, en el correr del siglo XXI, a una catástrofe ecológica y humana, debido principalmente a la escasez de recursos naturales. Dentro de esta línea, el informe del Club de Roma *Los límites del crecimiento* (1972) constituyó un mojón en la discusión. Por otro lado, estaban los tecnócratas optimistas, los cornucopianos, defendían la inagotable fuente de la naturaleza y el eficaz mecanismo del mercado como regulador del uso de los recursos, véase, por ejemplo *The Resourceful Earth* (1984). Para estos no se vislumbra crisis ambiental alguna. También estaban los ecologistas a ultranza, que frente a la crisis de la sociedad industrial abogaban por una “vuelta al pasado” en una reivindicación romántica de la vida rural em pequeños comunidades autosustentables. Para deslindarse de estas posiciones surgieron una serie de planteos tendientes a interpretar la crisis ambiental y ofrecer una salida “viable” al capitalismo. El término “ecodesarrollo” y luego el de “desarrollo sustentable” constituyen el centro de la discusión (2000, p. 42-43).

Nesta Conferência, essas posições explicitadas sustiveram os encaminhamentos nos dois grupos de países – estratégicos e secundários. O grupo considerado secundário resumiu a problemática relativa ao meio ambiente afirmando que

el medio humano de las terceras partes de la población mundial estaba dominado por la pobreza, la malnutrición, el analfabetismo y la miseria, y que la humanidad tenía ante si la urgente tarea de resolver esos problemas inmediatos y enormes. **El empeño prioritario de los países en desarrollo era desarrollarse** (ONU, 1972, p. 50).

Em outra chave de leitura: o grupo secundário priorizava a resolução das questões urgentes e cotidianas descritas, entendendo que a racionalidade técnica sobre como empregar os recursos ambientais não engendraria o desenvolvimento social aspirado por este grupo.

Assim também, denunciaram a exploração das riquezas ambientais em seus países por certas empresas multinacionais de países desenvolvidos. No ponto de vista deste grupo, “no son técnicas equivocadas que provocan insustentabilidad, sino las propias relaciones sociales” (FOLADORI; TOMMASINO, 2000, p. 48).

A posição do grupo estratégico endossa o planejamento dos recursos, novos métodos e o controle populacional, evidenciado no princípio de número quinze da Ata Final: “La planificación racional constituye un instrumento indispensable para conciliar las diferencias que puedan surgir entre las exigencias del desarrollo y la necesidad de proteger y mejorar el medio” (ONU, 1972, p. 5).

Apareceram como recursivas em todas as Conferências dos anos de 1970 as vantagens do planejamento, sendo a tônica da Conferência de 1974. Tomaram parte nesta Conferência cento e trinta e seis países, ressaltados neste quadro:

Quadro 20. Categorização dos países na Conferência da População em 1974 - 136 países

<p style="text-align: center;">Grupo Estratégico (5) Membros do Conselho de Segurança da ONU</p>	<p>Estados Unidos de América; França; China Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte. União de Repúblicas Socialistas Soviéticas.</p>
<p style="text-align: center;">Grupo Estratégico (15) Desenvolvidos</p>	<p>Austrália; Áustria; Bélgica; Canadá; Dinamarca; Espanha; Finlândia; Japão; Noruega; Países Baixos; República Federal de Alemanha; Santa Sé; Suécia; Suíça; Turquia.</p>
<p style="text-align: center;">Grupo Secundário (116) Em desenvolvimento e incipiente desenvolvimento</p>	<p>Afeganistão; Albânia; Alto Volta; Argélia; Argentina; Bahrein; Bangladesh; Barbados; Bolívia; Botsuana; Brasil; Burundi; Burma; Butão; Bulgária; Chade; Checoslováquia; Chile; Chipre; Colômbia; Congo; Costa do Marfim; Costa Rica; Coreia do Norte; Cuba; Emirados Árabes Unidos; Equador; Egito; El Salvador; Fiji; Filipinas; Gabão; Guiné; Daomé; El Salvador; Etiópia; Gana; Gâmbia; Guatemala; Guiana; Guiné Bissau; Guiné Equatorial; Grécia; Haiti; Honduras; Hungria; Iêmen; Iêmen Democrático; Índia; Indonésia; Iraque; Irã; Irlanda; Islândia; Israel; Itália; Iugoslávia; Jamaica; Jordânia; Khmer República; Kuwait; Lesoto; Líbano; Libéria; Luxemburgo; Madagascar; Malásia; Mali; Marrocos; Maurício; Mauritânia; Mongólia; Nepal; Nicarágua; Níger; Nigéria; Nova Zelândia; Omã; Paquistão; Panamá; Paraguai; Peru; Polônia; Portugal; Quênia; México; República Árabe Líbia; República Árabe Síria; República Centro Africana; República de Coreia; República Democrática Alemã; República Democrática dos Camarões; República Dominicana; República do Vietnam; República Socialista Soviética da Bielorrússia; República Socialista Soviética de Ucrânia;</p>

	República Unida de Tanzânia; Romênia; Samoa Ocidental; São Marino; Senegal; Serra Leoa; Singapura; Somália; Sri Lanka; Suazilândia; Sudão; Tailândia; Togo; Trinidad e Tobago; Tunísia; Uruguai; Venezuela; Uganda; Zaire; Zâmbia.
--	--

Elaborado por Elisabete Cruvello
Fonte: E/CONF.60/19

A força numérica do grupo secundário possibilitou legitimar este argumento: “as estruturas e o grau de desenvolvimento socioeconômico tem um papel mais importante do que os fatores demográficos” (NAZARETH, 1975, p. 736). Um trecho do Documento Final expõe claramente a visão dos países africanos e latinos:

A consideração dos problemas de população não se pode limitar exclusivamente à análise das tendências demográficas. Convém igualmente não perder de vista que a situação atual dos países em desenvolvimento tem a sua origem na desigualdade de processos de desenvolvimento socioeconômico que dividiram os países desde o início da era moderna. Esta injustiça persiste e é agravada pela falta de equidade nas relações econômicas internacionais, que tem como consequência a disparidade dos níveis de vida (ONU, 1974, p. 4)⁷⁴.

Todavia, o grupo estratégico apostava nos recursos da política demográfica, uma vez que “a explosão demográfica observada no terceiro mundo desde 1950 é o mais importante obstáculo ao seu desenvolvimento econômico e que é necessário atuar prioritariamente sobre a fecundidade excessiva” (NAZARETH, 1975, p. 738). Como resultado do debate retratado, elaborou-se o Plano de Ação Mundial sobre a População, realçando o caráter político da questão populacional, considerando os problemas demográficos no cerne da problemática do desenvolvimento do capitalismo.

A legenda da Conferência Mundial do Ano Internacional da Mulher (1975) refere-se à integração da mulher ao processo de desenvolvimento, em virtude do reconhecimento na década de 1970 do papel econômico da mulher. Esta legenda se encontra difusa nas Conferências de Direitos Humanos (1968) e Meio Ambiente (1972), ganhando força no encontro sobre População de 1974. Na verdade, nos fóruns mundiais da ONU de 1974 e 1975 verifica-se uma fusão entre as políticas relativas à população e à mulher, acentuando a ligação entre planejamento familiar e papel social e econômico da mulher. Segundo Barroso,

⁷⁴ The consideration of population problems cannot be reduced to be analysis of population trends only. It must also be borne in mind that the present situation of the developing countries originates in the unequal processes of socio-economic development which have divided peoples since the beginning of the modern era. This inequity still exists and is intensified by lack of equity in international economic relations with consequent disparity in levels of living (Texto original traduzido pela autora).

Quando a questão da mulher surgiu no Plano Mundial da População, portanto, já era uma cria viável de duas linhagens, a da população e a do desenvolvimento. Mas o crucial aqui é o interesse de ambas pela condição feminina é derivado basicamente de um reconhecimento: o da importância das mulheres, como solução para outros problemas, embora essa instrumentalidade nunca tenha sido explicitamente enunciada (BARROSO, 1989, p. 6).

O Documento Final evidencia a participação de 133 países, classificados como:

Quadro 21. Categorização de países na Conferência do Ano Internacional da Mulher em 1975

<p>Grupo Estratégico (5) Membros do Conselho de Segurança da ONU</p>	<p>Estados Unidos de América; França; China Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte. União de Repúblicas Socialistas Soviéticas</p>
<p>Grupo Estratégico (15) Desenvolvidos</p>	<p>Austrália; Áustria; Bélgica; Canadá; Dinamarca; Espanha; Finlândia; Japão; Noruega; Países Baixos; República Federal da Alemanha; Santa Sé; Suécia; Suíça; Turquia.</p>
<p>Grupo Secundário (113) Em desenvolvimento e incipiente desenvolvimento</p>	<p>Afeganistão; Arábia Saudita; Argentina; Albânia; Alta Volta; Argélia; Bahamas; Bangladesh; Barbados; Bahrein; Bolívia; Botsuana; Brasil; Bulgária; Burundi; Camarões; Catar; Checoslováquia; Chile; Chipre; Colômbia; Congo; Costa do Marfim; Costa Rica; Cuba; Dahomé; Egito; El Salvador; Emirados Árabes Unidos; Equador; Etiópia; Fiji; Gabão; Gâmbia; Gana; Granada; Grécia; Guatemala; Guiana; Guiné Equatorial; Guiné; Filipinas; Haiti; Honduras; Hungria; Iêmen Democrático; Índia; Indonésia; Irlanda; Islândia; Israel; Iraque; Irã; Itália; Iugoslávia; Jamaica; Jordânia; Kuwait; Lesoto; Líbano; Libéria; Luxemburgo; Malásia; Madagascar; Mali; Maurício; Mauritânia; Marrocos; México; Mônaco; Mongólia; Nepal; Nicarágua; Nigéria; Nova Zelândia; Omã; Paquistão; Panamá; Paraguai; Peru; Polônia; Portugal; Quênia; República Árabe Líbia; República Árabe Síria; República Centro Africana; República Dominicana; República Democrática Alemã; República Democrática Popular da Coreia; República da Coreia; República Soviética de Bielorrússia; República Soviética de Ucrânia; República Democrática do Vietnam; República do Vietnam do Sul; República Unida de Tanzânia; Romênia; Ruanda; São Marino; Senegal; Serra Leoa; Sri Lanka; Somália; Sudão; Suazilândia; Tailândia; Togo; Trinidad e Tobago; Tunísia; Uganda; Uruguai; Venezuela; Zaire; Zâmbia.</p>

Elaborado por Elisabete Cruvello
Fonte: E/CONF.66/34

Os países mulçumanos - em sua maioria integrante do grupo secundário - marcaram posição em relação às recomendações de cunho universal em detrimento dos seus valores culturais e locais. Nesta Conferência, o tema da mulher recebeu uma conotação política no sentido de preconizar a igualdade entre homem e mulher, como uma emancipação de direitos, especialmente no mundo do trabalho. Um relato extraído do Documento Final coloca que

[...] el mejoramiento de la condición de la mujer y su expansión de sus oportunidades en esferas tales como la educación y la capacitación, el empleo, la salud, y la vida pública, sean vistos no solo como una cuestión de justicia social, sino también como un medio significatgivo de alcanzar las metas deseadas em matéria de desarrollo y de población (ONU, 1975, p. 72).

Com ênfase, desenvolvimento e população mobilizaram os debates e as recomendações aprovadas no fórum da Mulher (1975) e do Habitat (1976). Em particular, a Declaração de Vancouver (1976) acerca dos assentamentos humanos incluiu eixos aprovados nos fóruns precedentes: instauração de uma nova ordem mundial; promoção da qualidade de vida para os países em desenvolvimento; inclusão das mulheres e jovens nas atividades políticas e sociais; solução do crescimento populacional via planejamento familiar; planejamento e gestão dos recursos e desenvolvimento econômico com equidade. A este respeito deste último eixo, o Documento Final chamou atenção pela primeira vez do argumento para a questão complexa das comunidades urbanas e rurais à luz dos efeitos do desenvolvimento econômico:

El desarrollo económico inequitativo, que se refleja en las amplias diferencias de riqueza que actualmente existen entre los países y los seres humanos y condena a millones de personas a una vida de pobreza, privada de las necesidades básicas de alimentos, educación, servicios sanitarios, vivienda, higiene mental, agua y energía (ONU, 1976, p. 3).

Assim também, o Documento Final oferece subsídios acerca do debate realizado, detalhando o encaminhamento das emendas pelos países, nominando o sistema de votação contra e a favor, votação em conjunto ou por trecho. Foi o primeiro informe contendo este tipo de informação. A Declaração foi aprovada quase por consenso, porém algumas partes foram motivos de forte oposição. Por exemplo, Canadá votou contra no que diz respeito parágrafo que defende o sionismo como uma forma de racismo. Aludindo ao dissenso ocorrido em algumas matérias, a delegação de Iraque manifestou sua posição: “La responsabilidad por la falta de consenso recaía en uns pocos países que habían tratado de imponer sus opiniones a los otros, en especial en la entidad sionista, que estaba respaldada por

miles de millones de dólares procedentes de otros países” (ONU, 1976, p. 159). A seguir, o quadro revela a distribuição dos cento e trinta e três países presentes nesta Conferência.

Quadro 22. Categorização dos países na Conferência de Habitat em 1976

<p>Grupo Estratégico (4) Membros do Conselho de Segurança da ONU e desenvolvidos</p>	<p>Estados Unidos de América; França; Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte; União de Repúblicas Socialistas Soviéticas.</p>
<p>Grupo Estratégico (14) Desenvolvidos</p>	<p>Áustria; Bélgica; Canadá; Dinamarca; Espanha; Finlândia; Japão; Noruega; Países Baixos; Republica Federal Alemã; Santa Sé; Suécia; Suíça; Turquia.</p>
<p>Grupo Secundário (115) Em desenvolvimento e incipiente desenvolvimento</p>	<p>Afeganistão; Alto Volta; Angola; Arábia Saudita; Argélia; Argentina; Austrália; Bahamas; Bahrein; Bangladesh; Barbados; Benin; Birmânia; Bolívia; Botsuana; Brasil; Bulgária; Burundi; Butão; Chade; Checoslováquia; Chile; Chipre; Colômbia; Congo; Costa do Marfim; Costa Rica; Cuba; Equador; Egito; El Salvador; Emirados Árabes Unidos; Fiji; Gabão; Gâmbia; Gana; Granada; Grécia; Guatemala; Guiana; Guiné Bissau; Filipinas; Haiti; Honduras; Iêmen; Iêmen Democrático; Índia; Indonésia; Iraque; Irã; Irlanda; Israel; Itália; Iugoslávia; Jordânia; Quênia; Kuwait; Lesoto; Líbano; Libéria; Luxemburgo; Madagascar; Malásia; Mali; Maurício; Mauritânia; Marrocos; México; Moçambique; Mônaco; Nepal; Nicarágua; Nigéria; Nova Zelândia; Omã; Panamá; Papua Nova Guiné; Paquistão; Paraguai; Peru; Portugal; Polónia; República Árabe Líbia; República Árabe Síria; República Centro Africana; República da Coreia; República Democrática Alemã; República Dominicana; República do Vietnam; República Soviética de Bielorrússia; República Unida de Camarões; República Soviética da Ucrânia; República Unida de Tanzânia; Romênia; Ruanda; Senegal; Serra Leoa; Singapura; Sri Lanka; Somália; Suazilândia; Sudão; Tailândia; Togo; Trinidad e Tobago; Tunísia; Uganda; Uruguai; Venezuela; Zaire; Zâmbia.</p>

Elaborado por Elisabete Cruvello
Fonte: A/CONF.70/15

Por fim, a Conferência acerca do Combate ao Racismo, Discriminação Racial e outras formas conexas de discriminação (1978) contou com a participação de cento e vinte cinco países, conferindo-se algumas ausências comparando com outros fóruns desse período.

Quadro 23. Categorização dos países na Conferência para Combater o Racismo e a Discriminação Racial em 1978

<p align="center">Grupo Estratégico (4) Membros do Conselho de Segurança da ONU</p>	<p>França; China; Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte; União de Repúblicas Socialistas Soviéticas.</p>
<p align="center">Grupo Estratégico (13) Desenvolvidos</p>	<p>Áustria; Bélgica; Canadá; Dinamarca; Espanha; Finlândia; Japão; Noruega; Países Baixos; Republica Federal de Alemanha; Santa Sé; Suécia; Suíça; Turquia.</p>
<p align="center">Grupo Secundário (108) Em desenvolvimento e incipiente desenvolvimento</p>	<p>Afeganistão; Albânia; Angola; Arábia Saudita; Argélia; Argentina; Austrália; Bahrein; Bangladesh; Bolívia; Brasil; Bulgária; Burma; Burundi; Butão; Catar; Chade; Checoslováquia; Chile; Chipre; Costa do Marfim; Costa Rica; Cuba; Daomé; Egito; El Salvador; Equador; Etiópia; Fiji; Filipinas; Gabão; Guiné; Gana; Grécia; Guatemala; Guiana; Haiti; Honduras; Hungria; Irlanda; Islândia; Itália Índia; Indonésia; Iêmen; Iêmen Democrático; Iugoslávia; Iraque; Irã; Jamaica; Jordânia; Kuwait; Lesoto; Líbano; Libéria; Líbia; Luxemburgo; Madagascar; Malásia; Malauí; Malta; Marrocos; Maurício; Mauritânia; México; Mongólia; Nicarágua; Nigéria; Níger; Nova Zelândia; Omã; Paquistão; Panamá; Peru; Quênia; Polónia; Portugal; República da Coreia; República Democrática Alemã; República Socialista Soviética da Bielorrússia; República Socialista Soviética de Ucrânia; República Centro Africana; República de Camarões; República Dominicana; República Unida de Tanzânia Vietnã; Romênia; Ruanda; São Marino; São Tomé e Príncipe; Senegal; Serra Leoa; Somália; Sri Lanka; Sudão; Suazilândia; Tailândia; Togo; Tunísia; Ruanda; Uganda; Uruguai; Venezuela; Zaire; Zâmbia.</p>

Elaborado por Elisabete Cruvello
Fonte: A/CONF. 92/40

Este fórum cristalizou as posições do grupo secundário, consubstanciando o ideário de bem estar social. O discurso do chefe da delegação do Panamá resumiu a posição do grupo secundário em sua maioria, lembrando as palavras do líder africano Amilcar Cabral: “solidariedad sin igualdad es solo caridad, y la caridad nunca ha contribuido al progreso de las naciones y de los seres humanos” (ONU, 1978, p. 48). As configurações de bem estar social e de messianismo constituem as desconstruções presentes no próximo capítulo.

4 CULTURA DE BEM ESTAR SOCIAL E MESSIANISMO: TEXTOS E CONTEXTOS DAS CONFERÊNCIAS MUNDIAIS DA ONU DE 1968-1978

“As declarações, programas, plataformas dessas conferências compõem um volumoso manual. Nas condições presentes esse parece ser um manual de utopia. [...] Se, contudo, esses documentos forem redescobertos e apreciados em seu valor, podem voltar a configurar, pelo menos, um manual da esperança.”

LINDGREN ALVES

A afirmação de Alves condiz à Agenda Social da década de 1990, acentuando que seus resultados produziram um conjunto de utopias, bem como de esperanças. Entretanto, considero que as Conferências de 1968-1978 englobam um ideário utópico, bem como conformam projetos de restauração. As Conferências Mundiais da ONU interpretaram os temas de agenda da conjuntura internacional, regional e nacional, como também encaminharam recomendações e resoluções para o curso das linhas de política pública em cada país.

É bem verdade que os problemas não se manifestam do mesmo modo em todos os países do mundo, o que permite dizer que o espaço da conferência da ONU enfoca as soluções propostas como um modelo ideal, impregnado de concepções e práticas universais, para serem especificadas no cenário nacional. Não obstante esse atributo universal dos textos da ONU, Reynolds adverte que “os políticos vão para uma cúpula sabendo que têm nas mãos o destino de milhões. Muitos sonham em mudar o mundo. Muitas vezes, isso foi uma grande ilusão [...] as cúpulas ainda têm o poder de moldar o curso da história”.

Neste capítulo, o objetivo principal visa desconstruir as recomendações e resoluções aprovadas nas sete Conferências selecionadas, delineando os contextos e os conteúdos discursivos subjacentes nos textos. Convém recordar que não existe neutralidade no processo de construção de recomendações e sua circulação. Confere-se que quatro problemas decorrentes do contexto internacional foram identificados e analisados, porém outros igualmente relevantes não demandaram uma posição da comunidade internacional representada nessas Conferências. A emancipação dos direitos humanos, desenvolvimento social atrelado ao econômico, o desarmamento e a questão da Palestina foram captados como os principais temas da agenda internacional e regional apropriados culturalmente pelas Conferências em tela. Em conjunto, estes reproduzem o ideário de bem estar social neste período.

Postula-se que uma questão é pública quando ocorre uma discussão sobre o valor estimado pelos atores envolvidos e atingidos pela demanda. Na perspectiva das Nações Unidas e dos sujeitos coletivos participantes das Conferências Mundiais de 1968-1978, as questões tornaram-se públicas em virtude de dois motivos principais: 1º) preservação da ordem do sistema internacional, e 2º) para uma dada coletividade, foram consideradas decisivas, especialmente, para a expansão do capitalismo. Deste modo, alguns temas de agenda foram privilegiados e outros não, dependendo dos valores, dos interesses e da força dos Estados participantes.

Na visão de Secchi (2010, p. 8), “um problema existe quando o *status quo* é considerado inadequado e quando existe a expectativa do alcance de uma situação melhor”. A tensão entre uma situação real conflituosa e a busca de uma solução supostamente ideal para os problemas e as mudanças no contexto mundial, regional e local moldou a cultura de bem estar social atrelada à concepção messiânica difundida pela ONU de 1968-1978.

4.1 CRITÉRIOS PARA ANÁLISE: TEXTOS E CONTEXTOS DAS CONFERÊNCIAS MUNDIAIS

Um primeiro critério relevante foi apresentar em tópicos separados a Conferência de Bem Estar Social (1968) das demais - Direitos Humanos (1968); Meio Ambiente (1972); População (1974); Ano Internacional da Mulher (1975); Assentamentos Humanos (1976) e Combate ao Racismo e Discriminação Racial (1978). A primeira se tratou de uma cúpula para Ministros de Bem Estar Social, constituindo uma reunião técnica e focalizada em relação às cúpulas que reúnem os Chefes de Estado, na ótica da teoria das Organizações Internacionais.

O segundo critério diz respeito ao processo de delimitação dos conteúdos discursivos durante o processo de pesquisa e da exposição no capítulo. A fim de sintetizar as inúmeras declarações proferidas pelos atores durante o discurso no plenário, bem como as medidas, recomendações e resoluções sancionadas, foram adotados recursos metodológicos balizadores para o processo de categorização.

Um recurso consistiu a leitura atenta do documento final de cada conferência, considerando os conteúdos mais recursivos, como também os divergentes e polêmicos entre os participantes. Outro foi a construção de categorias de análise das recomendações, resoluções, declarações e posicionamentos nos debates, levando em conta os conceitos chave: cultura de bem estar social e messianismo. Constatou-se uma repetição nas matérias, julgando que essa recorrência sinalizava o tom e o significado enfático dos conceitos chave. Neste

sentido, as categorias a respeito da cultura de bem estar social dizem respeito aos temas de agenda da conjuntura, bem como as repostas fomentadas pelos atores políticos ou sujeitos coletivos. Desarmamento, questão da Palestina, emancipação dos direitos humanos e desenvolvimento social atrelado ao econômico representam a mediação entre o conceito de bem estar social e messianismo e suas denotações empíricas. Nesta tese, as denotações empíricas denominam-se conteúdos discursivos, apreendidos dos textos produzidos pela ONU. Treze conteúdos discursivos foram identificados a partir do exame das atas e informes finais no que diz respeito às recomendações, resoluções, discursos e declarações ratificadas, a saber:

1. Crítica à política de armamento praticada pelos países desenvolvidos do norte;
2. Apoio aos processos de descolonização e ao direito de ser livre;
3. Conflito entre Judeus e Palestinos. Direito da Palestina à sua terra;
4. Crítica à discriminação racial, ao racismo, ao apartheid e ao nazismo;
5. Relevância da Segunda Década para o Desenvolvimento;
6. Expansão dos direitos sociais e da justiça social como bem estar social ligado ao desenvolvimento econômico;
7. Igualdade entre homem e mulher, em termos de trabalho, educação e remuneração;
8. Preocupação com o bem estar social e econômico dos imigrantes;
9. Defesa de melhores condições de saúde, de educação, de moradia e de assistência para os desprotegidos como idosos, mulheres, jovens, crianças e incapacitados;
10. Crítica à explosão demográfica nos países mais pobres;
11. Planejamento familiar envolvendo o número de filhos, responsabilidade do casal, uso de contraceptivos;
12. Sustentabilidade na política de habitação;
13. Proteção do meio ambiente.

Na década de 1970, as Nações Unidas configuraram uma concepção de bem estar social abrangente consoante com o seu desígnio: preservar a ordem internacional, fomentar desenvolvimento no sentido lato, favorecer a implementação dos direitos humanos e oferecer proteção social. Esses treze conteúdos discursivos representam uma composição ou harmonização dos interesses dos países hegemônicos e dos países do Terceiro Mundo. Alguns temas de agenda, como desarmamento, questão da Palestina e emancipação dos direitos humanos revelaram a vertente do grupo utópico do messianismo. O tema de agenda do

desenvolvimento social atrelado ao econômico significou um arranjo do grupo estratégico, defendendo a bandeira do bem estar social, porém a partir de soluções restauradoras da ordem, outra dimensão do messianismo. Cabe lembrar que messianismo compreende a dialética entre dois processos distintos: utopia que denota conteúdos de superação, enquanto restauração envolve o reestabelecimento da ordem e a reparação de uma condição. A desconstrução dos conteúdos discursivos demonstra a tensão entre utopia e restauração, bem como espelha as quatro mudanças no sistema internacional de 1968-1978 - crise econômica, *détente*, busca da nova ordem mundial, diversidade de interesses e de parceiros. Essas mudanças formam o contexto para a produção dos documentos da ONU. A aplicação desses critérios possibilitou a elaboração do quadro síntese a respeito das aproximações entre inflexões, temas de agenda e conteúdos discursivos relativos ao período: 1968-1978.

Quadro 24. Conexões entre inflexões, temas de agenda e conteúdos discursivos

MUDANÇAS NO SISTEMA INTERNACIONAL	TEMAS DE AGENDA INTERNACIONAL	CONTEÚDOS DISCURSIVOS NAS CONFERÊNCIAS PARA AS POLÍTICAS NACIONAIS
<i>Detente e nova ordem mundial</i>	Desarmamento Questão da Palestina	<ol style="list-style-type: none"> 1. Crítica à política de armamento praticada pelos países desenvolvidos do norte; 2. Apoio aos processos de descolonização e ao direito de ser livre; 3. Conflito entre Judeus e Palestinos. Direito da Palestina à sua terra;
Diversidade: interesses e parceiros	Desenvolvimento social atrelado ao econômico Emancipação dos direitos humanos	<ol style="list-style-type: none"> 4. Crítica à discriminação racial, ao racismo, ao apartheid e ao nazismo; 6. Expansão dos direitos sociais e da justiça social ligado ao desenvolvimento econômico; 7. Igualdade entre mulher e homem em termos de trabalho, educação e remuneração; 8. Preocupação com o bem estar social e econômico dos imigrantes; 9. Defesa de melhores condições de saúde, de educação, de moradia e de assistência para os desprotegidos como idosos, mulheres, jovens, crianças e incapacitados; 12. Sustentabilidade na política de habitação.
Crise econômica	Desenvolvimento social atrelado ao econômico	<ol style="list-style-type: none"> 5. Relevância da Segunda Década para o Desenvolvimento. 10. Crítica à explosão demográfica nos países mais pobres; 11. Planejamento familiar envolvendo o número de filhos, responsabilidade do casal, emprego de contraceptivos; 13. Proteção do meio ambiente.

Elaborado por Elisabete Cruvello

Fontes: Altemani; Bertrand; Corrêa; Hobsbawn; Nações Unidas; Saraiva.

Esse quadro serve para balizar a discussão neste capítulo acerca dos textos e contextos nos quais os conteúdos discursivos se desdobraram. O significado do texto produzido pelas Nações Unidas foi denominado por Góes Filho como “a palavra no mundo e o mundo das palavras”. Neste sentido, a ONU se assemelha metaforicamente à figura lendária da “Torre de Babel”, onde tem seis idiomas oficiais bem distintos, cada um possuindo suas regras peculiares: inglês, francês, espanhol, árabe, chinês e russo. Ademais, os dois documentos fundamentais constituem o projeto de resolução e o discurso. Em relação ao discurso enfocado como o principal documento da ONU, Góes Filho comenta:

Os primeiros documentos que chamam atenção na ONU são os discursos. Tendo por objetivo declarar a posição de uma dada delegação e, por conseguinte, não é objeto de debate ou aparte do Estado, e dependendo da importância atribuída por um país ao tema, o discurso é previamente reproduzido de forma a ser posto à disposição das demais delegações. Dependendo do idioma em que são reproduzidos é possível imaginar que efeitos pretendem causar enquanto documentos (2003, p. 208-209).

Na perspectiva da reprodução do discurso, o autor sinaliza a questão da polissemia e os significados culturais atribuídos aos termos e temas por cada país, procurando a ONU mediar o processo de interlocução e a reconstrução de referenciais universais:

Na esfera internacional, a busca de precisão na linguagem tende a se concentrar na adoção de termos que tornem inquestionáveis os compromissos entre os Estados nacionais. Para tanto é preciso que seja feito um enorme investimento na criação de categorias universais, que recubram um amplo espectro de situações o que termina por gerar a necessidade do uso de termos que de tão abrangentes se tornam polissêmicos (2003, p. 211).

Os discursos proferidos pelos representantes dos países e recomendações aprovadas no seio das Conferências Mundiais de 1968-1978 revelaram não apenas a busca por referenciais legítimos para todos como também foram declarados em um tom profético no sentido bíblico do termo: “quem profetiza fala aos homens para edificação, exortação e consolação” (Bíblia Sagrada, 1 Coríntios 14:3). De acordo com esta definição, uma fala de cunho profético comporta três funções principais:

1ª) **Edificação**: traduz a busca por uma sociedade mais justa, solidária e com maior igualdade social. Ou seja, uma nova ordem mundial utópica e prospectiva envolvendo um ideário messiânico;

2ª) **Exortação**: aponta caminhos práticos no sentido de chamar a atenção sobre o processo de edificação social, econômico e político, isto é: configuração de uma cultura de bem estar social;

3^a) **Consolação:** proteção social, cuidado decorrentes das mazelas e das desigualdades nos contextos nacionais e nos confrontos entre os países, uma forma de remissão via cooperação internacional das Nações Unidas.

O sentido profético foi explicado por Góes Filho como a ênfase do discurso em seu caráter dogmático com um requisito para as palavras no “mundo das nações” - ONU *versus* uma preleção ou exposição de cunho científico:

[...] nos princípios que caracterizam a dimensão cosmológica no mundo das nações, o caráter dogmático é fundamental, ou seja, deve-se partir de afirmações que prescindam da validação pela experiência e se baseiem na fé, já que eles postulam não relações entre este e outros mundos, mas hierarquizam moralmente as relações entre indivíduos e para tanto precisam demarcar alguns eventos como fundadores ou excepcionais (2003, p. 47).

Os debates nas Conferências em estudo revelaram não apenas um conjunto de falas retóricas, mas expressaram indignação contendo uma forte carga de edificação, exortação e consolação endossados por vários países do Terceiro Mundo. Na verdade, o ato de declarar publicamente um discurso simboliza para Lynn Hunt (2009, p. 133) uma forma de reinventar os direitos humanos: “Declarar era mais do que esclarecer artigos de doutrina: ao fazer a declaração, os deputados se apoderavam efetivamente da soberania. Como resultado, o ato de declarar abriu um espaço antes inimaginável para o debate político”.

Assim também as recomendações e resoluções aprovadas indicavam um tom profético, como parte do espaço de rituais das Conferências de 1968-1978. A produção de recomendações decorre das negociações no contexto preparatório de um fórum, bem como de sua aprovação por consenso ou por votação, quando é possível cada país justificar seu voto.

Uma recomendação é uma decisão não vinculante que no ponto de vista do internacionalista Benedetto Conforti (1995, p. 188) expressa “actos con valor de exhortación y que por ser tales, no vinculan a los Estados a los cuales se dirigen”. Outro internacionalista concorda a respeito de sua natureza peculiar: “El sentido habitual de recomendación em D.I. es de resolución no obligatoria”, mas chama a atenção o fato do país ser obrigado a “notificar a la Organización el curso que se ha dado a la recomendación o de explicar por qué se no ha acatado” (VELASCO, 1990, p. 123). Esta é uma prática sutil de persuadir e constranger o cumprimento da recomendação pelo país. Da mesma forma, as resoluções “no tienen formalmente fuerza vinculante, por cierto, que las normas contenidas em ellas solo pueden adquirir una fuerza tal si son transformadas em costumbre internacional, o sea, si son transfundidas a convenciones internacionales” (CONFORTI, 1995, p. 57).

As recomendações e resoluções no âmbito da ONU possuem duas finalidades essenciais: produzir uma linguagem comum para demandas de uma conjuntura, moldando um ideário, bem como, uma aquiescência e expectativa em torno do seu cumprimento. A título de ilustração, os principais verbos adotados nas resoluções e recomendações nas Conferências em foco:

Quadro 25. Principais verbos adotados nas resoluções e recomendações aprovadas

ANO	CONFERÊNCIA	PRINCIPAIS VERBOS ADOTADOS NAS RESOLUÇÕES E RECOMENDAÇÕES	RESOLUÇÕES	RECOMENDAÇÕES
1968	Bem Estar Social	Considerar; convencer; pedir; recordar; sublinhar.	1	0
1968	Direitos Humanos	Advertir; afirmar; anotar; apoiar; assegurar; assinalar; condenar; considerar; convencer; convidar; criar; estabelecer; estimar; estimular; exortar; insistir; instar; intensificar; modificar; observar; promover; ratificar; reconhecer; recordar; reiterar; sugerir.	25	0
1972	Meio Ambiente	Adotar; ajudar; alertar; aplicar; apoiar; aproveitar; assegurar; assinalar; assistir; atuar; avaliar; buscar; celebrar; conservar; considerar; constatar; controlar; criar; desenvolver; designar; determinar; dever; dispor; disseminar; elaborar; empreender; empregar; estabelecer; estudar; examinar; facilitar; fomentar; formular; fornecer; incluir; incrementar; indicar; investigar; organizar; planejar; preparar; prestar; proceder; proporcionar; realizar; recoletar; reduzir; reunir; revisar; simplificar; subscrever.	0	109
1974	População	Acreditar; alargar; conscientizar; considerar; convencer; crer; determinar; dever; enfatizar; estimular; lembrar; notar; reconhecer; recordar; reiterar; requerer; sugerir; urgir.	21	4
1975	Ano Internacional da Mulher	Advertir; afirmar; alentado; apoiar; assinalar; buscar; celebrar; comprovar; conscientizar; considerar; constatar; convencer; convidar; desenvolver; destacar; dirigir; elaborar; estabelecer; exercer; exortar; expressar; facilitar; fomentar; fornecer; implantar; identificar; instar; introduzir; manifestar; observar; oferecer; opinar; pedir; prestar; promover; proporcionar; reafirmar; realizar; reconhecer; recordar; sublinhar; subscrever; sugerir.	35	0
1976	Assentamentos Humanos	Acelerar; apoiar; aspirar; atender; atualizar; concentrar; conduzir; conscientizar; controlar; convencer; criar; designar;	0	63

		destinar; dever; elaborar; eleger; encaminhar; esboçar; estabelecer; estimular; fomentar; formular; identificar; informar; introduzir; lutar; melhorar; obter; ocupar; planejar; preocupar; preservar; prestar; promover; proporcionar; receber; reconhecer; recordar; refletir; utilizar.		
1978	Combater à discriminação racial e <i>apartheid</i>	Ajudar; condenar; considerar; escutar; pedir; solidarizar.	2	0

Elaborado por Elisabete Cruvello
Fonte: Nações Unidas

Observa-se que nas Conferências do Meio Ambiente (1972) e Assentamentos Humanos (1976) inúmeras recomendações foram aprovadas tendo por comparação outros fóruns deste quadro. A quantidade numérica de recomendações nessas duas conferências, bem como o emprego de verbos de cunho pragmático, sugere um interesse por medidas práticas. Estas visariam inspirar planos de ação nacionais no que diz respeito ao processo de desenvolvimento econômico envolvendo uma ótica social.

É indispensável ressaltar que os países centrais (grupo estratégico) subsidiam os projetos de cooperação e empréstimos, incidindo na formação de alinhamentos e na produção do texto da ONU. Velasco (1990, p. 216) recorda os principais no período de 1968-1978: “los programas de ayuda de las N.U. están financiadas por seis o siete países industrializados, todos ellos de economia de mercado (EE.UU, Suecia, Alemania, Canadá, Reino Unido y, en menor escala, Dinamarca y Países Bajos)”.

4.2 TEXTO E CONTEXTO: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE MINISTROS DE BEM ESTAR SOCIAL – 1968

Trata-se de uma Conferência pouco estudada ou esquecida do ponto de vista da literatura consultada referente à Política Social. Seu mote central foi o exame dos programas de proteção social no desenvolvimento nacional, ou seja: demonstrar que o bem estar social colabora para o progresso ou desenvolvimento de uma dada nação. A única resolução aprovada nesta Conferência se vincula ao tema de agenda – **“desenvolvimento social atrelado ao econômico”** – bem como ao conteúdo discursivo – **“relevância da Segunda Década para o desenvolvimento”**. Neste sentido, merece ser transcrita:

La Conferencia Internacional de Ministros encargados de los Servicios de Bienestar Social,
Convencida de que la política y los programas efectivos de bienestar social tiene u papel vital que desempeñar en el desarrollo nacional y en el fomento de niveles más altos de vida y condiciones de progreso y desarrollo económico y social,

Subrayando que el progreso social, los niveles más altos de vida y la justicia social constituyen los fines últimos del desarrollo,
Considerando que la deliberación sobre diversas cuestiones sociales que figuran en el programa del vigésimo tercer período de sesiones de la Asamblea General se facilitará considerablemente si se informa a la Asamblea General de las conclusiones y recomendaciones aprobadas por la Conferencia,
Pide al Secretario General que transmita el informe de la Conferencia a la Asamblea General en su vigésimo tercer período de sesiones y disponga la inclusión del referido informe como tema adicional en el programa de la continuación del 45º período de sesiones del Consejo Económico y Social (ONU, 1968, p. 24).

Cabe dizer que esta resolução foi apropriada pelo CBCISS, multiplicando esse ideário entre 1968-1978 em suas revistas – Debates Sociais e Temas Sociais. Ainda, esta resolução defende uma relação de causa e efeito entre bem estar social e progresso, também corroborada em outra passagem da Ata Final: [...] “la constante interpretación pública del bienestar social como fuerza esencial constructiva del progreso de la sociedad” (NAÇÕES UNIDAS, 1968, p. 9). Neste sentido, cabe indagar: Com que significados cultura de bem estar social e messianismo foram representados nesse fórum?

Em primeiro lugar, como uma “autêntica preocupação mundial”, ratificada no discurso do Secretário Geral das Nações Unidas U Thant: “[...] *los países em desarrollo y los industrializados están igualmente bien representados. Esto demuestra que los problemas del bienestar social constituyen una auténtica preocupación mundial*” (NAÇÕES UNIDAS, 1968, p. 26).

Essa expressão empregada pelo Secretário Geral carrega um duplo significado sobre a aproximação entre messianismo e cultura de bem estar social: o primeiro diz respeito ao projeto utópico de construção de uma ordem mundial mais justa, com qualidade de vida e solidariedade social, defendidos por sujeitos coletivos do grupo secundário, representados pelos países ditos em desenvolvimento e não desenvolvidos. O segundo significado revela o caráter profético (de exortação) e utópico (afirmação dos direitos humanos) dos debates, exemplificados em um trecho da Ata Final desta Conferência:

Los Ministros encargados de los servicios de bienestar social que participaron de la Conferencia afirmaron su dedicación al objetivo expresado en el Preámbulo a la Carta de las Naciones Unidas, a saber, promover el progreso social y elevar el nivel de vida dentro de un concepto más amplio de la libertad. Al hacerlo, subrayaron su convicción de que el bienestar social revestía fundamental importancia para la realización de tal objetivo en todos los países del mundo, cualquiera fuera la etapa de desarrollo en que se encontrasen. Al mismo tiempo, reconocieron que el respeto por los derechos humanos y las libertades individuales y la exclusión de todo tipo de discriminación constituían la base indispensable del progreso en materia de bienestar social (NAÇÕES UNIDAS, 1968, p. 4).

Esta declaração realça a agenda internacional voltada para a diversidade de interesses e busca de uma nova ordem mundial, tendo como cerne o discurso a respeito dos direitos humanos, da liberdade individual segundo o prisma liberal e o combate às formas de discriminação e exclusão. Ademais, a Declaração final assevera a promoção do desenvolvimento social atrelada ao desenvolvimento econômico. Outro trecho da Ata Final é ilustrativo da expectativa dos organizadores sobre os vínculos entre desenvolvimento social e política econômica:

La Conferencia expresó su profunda esperanza de que la esperada aprobación del proyecto de declaración sobre el desarrollo social robusteciera considerablemente la política de desarrollo de los gobiernos y de la comunidad internacional durante el segundo Decenio de las Naciones Unidas para el Desarrollo (NAÇÕES UNIDAS, 1968, p. 4).

Quatro documentos preparados pelas Nações Unidas se encontravam disponíveis para apreciação dos participantes, servindo para nortear o debate nas Comissões Técnicas. As quatro Comissões formadas foram:

- 1ª. A assistência social no contexto de desenvolvimento nacional;
- 2ª. Funções do Governo em relação ao bem estar social;
- 3ª. Formação de pessoal necessário para o bem estar social;
- 4ª. Cooperação internacional da esfera do bem estar social.

O trabalho nessas Comissões definiu linhas para encaminhamento das políticas públicas no contexto nacional em matéria de bem estar social. A formação de pessoal necessário para o bem estar, tema da terceira Comissão, em torno da elaboração do plano nacional. Essa concepção de bem estar social pode ser captada na Ata final da Conferência de 1968 a partir de quatro eixos de ação: **desenvolvimento, prevenção, reparação e apoio aos serviços sociais**.

O **desenvolvimento** defende o aperfeiçoamento de recursos humanos, especialmente das crianças e dos jovens e o fortalecimento das famílias. Na ótica da ONU, este eixo de ação perpassa também as Conferências de Direitos Humanos, Meio Ambiente, População, Mulher, Habitação e Discriminação Racial.

A **prevenção** do bem estar social “se anticipaba a los problemas sociales y, mediante la adopción de las disposiciones pertinentes, reducía la necesidad de inversiones curativas o reparativas”. (NAÇÕES UNIDAS, 1968, p. 6). Este eixo de ação encara a política social como mediadora e instrumento para antecipação dos conflitos sociais e não como um direito social. Além disso, o bem estar social em sua função **reparadora** significa compensar os

grupos como crianças abandonadas, idosos sem família, pessoas privadas de meios de vida, deslocados decorrentes de conflitos e outros grupos afetados pelas consequências do desenvolvimento. Por fim, o quarto eixo de ação enfoca o bem estar social produzindo **serviços sociais de apoio ao processo de desenvolvimento** no campo da saúde, moradia, educação, reforma agrária, industrialização, formação de pessoal para o trabalho e políticas demográficas. A Ata Final desta Conferência enfatiza que esses quatro eixos têm representações teóricas e práticas distintas entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, em torno da assistência social:

[“...en la sociedad hay ciertas funciones que se reconocen en todas as partes y que han sido identificadas en vários países como funciones de asistencia social. Em los países que se encuentran en una fase avanzada de industrialización, tales funciones por largo tiempo, han estado relacionadas principalmente con circunstancias cambiantes del individuo y han expresado la preocupación de la sociedad de suministrar cuidado y ayuda material a sus miembros menos favorecidos o más vulnerables, por ejemplo los niños, los impedidos, los ancianos, los refugiados. En los países actualmente en desarrollo, esas funciones se relacionan con problemas más amplios de la masa de la población que se envuelta en el proceso de desarrollo o que se há visto afectada por las consecuencias del cambio (ONU, 1968, p. 35).

É interessante ter em conta que os campos de apoio dos serviços sociais sugerem as temáticas das Conferências das Nações Unidas do período de 1968-1978: Direitos Humanos (1968); Meio Ambiente (1972); População (1974); Mulher (1975); Assentamentos Humanos (1976); Racismo e Discriminação Racial (1978). Ademais, uma máxima constante nesses foros se refere ao bem estar social como força essencial construtiva do progresso da sociedade.

Segundo um trecho da Ata Final, caberiam aos programas nacionais de bem estar social “elevar el nivel de vida de grandes sectores de la población, estimular proyectos basados en el esfuerzo próprio y otros de carácter global y alentar nuevas modalidades de participación en asuntos cívicos” (NAÇÕES UNIDAS, 1968, p. 10). Este trecho apresenta pautas amplas que sustentam medidas para os países aplicarem, como:

- ✓ Distribuição equitativa dos serviços sociais, tanto para a zona urbana, como para rural;
- ✓ Planejamento da família com meio de proteção do bem estar desta e para a implementação de uma política de desenvolvimento nacional;
- ✓ Elaboração de estatísticas para avaliação de programas de bem estar social nos diversos setores de ação (infância, juventude, delinquente, imigrante, idoso, incapacitado, população rural, vítimas da guerra e desastres naturais);

- ✓ Criação de um grupo de especialistas na matéria de bem estar social para análise das concepções de bem estar social no âmbito internacional e nacional.
- ✓ Investimento na formação de profissionais envolvidos com as questões sociais, especialmente no âmbito da cooperação internacional, como bolsas de estudo, preparação de materiais de ensino, organização de seminários nacionais e internacionais;
- ✓ Apoio internacional aos governos para formulação da política nacional de bem estar social, além das técnicas de planificação, métodos de trabalho, programas de pesquisa e formação de especialistas de pesquisa social;

No ponto de vista da ONU, o investimento em programas de formação profissional e o planeamento como instrumento racional para fomentar o desenvolvimento social atrelado ao económico integraram a concepção de bem estar social preconizada na década de 1970. Este conteúdo discursivo foi incorporado pelo CBCISS, ou em outra chave de leitura: planeamento, modernização e profissionalização do Serviço Social para aceleração do desenvolvimento e da mudança social como conteúdo discursivo nuclear apropriado pelo CBCISS. Esta aproximação entre o ideário de bem estar social em circulação na ONU e sua tradução ao contexto nacional, via CBCISS, engloba um movimento de redefinição do conceito de bem estar social no âmbito internacional, defendida nesta declaração da Comissão de Bem Estar Social das Nações Unidas:

La evolución del programa de las Naciones Unidas en la esfera de bienestar social, desde que se instituyó hace 22 años, se ha caracterizado por desviar el énfasis de la protección al desarrollo; de las actividades correctivas a las formas más positiva de acción respecto de los procesos de urbanización, industrialización y desarrollo rural y a los cambios que frecuentemente perturban la estructura social y que tienden a acompañar el desarrollo económico; de las actividades especiales tendientes al bienestar de individuos desafortunados de los grupos de población cuya contribución presente o potencial al desarrollo nacional es de vital importancia (niños, jóvenes y mujeres); del progreso de técnicas concretas a la preocupación por aumentar a la capacidad administrativa para la planificación y ejecución de programas nacionales de servicios sociales (ONU, 1968, p. 99).

Esta declaração explicita a metamorfose da concepção de bem estar assistencialista para um enfoque profissional, voltado para processos racionais e ditos modernos, como planeamento, capacitação profissional e gestão, ratificado em outro pronunciamento da Divisão de Desenvolvimento Social do ECOSOC/ONU:[...]” a ese respecto se ha caracterizado por un enfoque cada vez más amplio de la capacitación destinada a distintos tipos y categorías de funciones, desde las más bajas hasta las funciones superiores de planificación, administración y enseñanza” (ONU, 1968, p. 100).

Porém, cabe indagar: como se conformou essa redefinição que sustenta as recomendações nessa Conferência e nas reuniões de chefes de estado de 1968-1978? Uma possível resposta se encontra na Coleção Temas Sociais do CBCISS, nº 41 – Formação de Pessoal para o Bem Estar Social:⁷⁵

Na reavaliação do Programa de Bem-Estar Social das Nações Unidas, o Secretário Geral referiu-se ao fato de que surgiu um maior entendimento e acordo sobre o papel do Bem Estar Social como componente e ao mesmo tempo consequência do desenvolvimento nacional. Isso proporciona um ponto de partida adequado para rever a evolução que sofreu, nos últimos anos, o treinamento para o Bem Estar Social e para identificar as tendências gerais da política de ação e programas nacionais de treinamento. Os objetivos específicos, conteúdo, métodos e nível educacionais dos programas de treinamento variam inevitavelmente de país para país, dependendo de diferenças básicas nos conceitos e enfoques fundamentais na prestação dos serviços; da configuração precisa das necessidades humanas e dos problemas sociais que acompanham a mudança econômica e social em cada país; das atitudes tradicionais e valores locais referentes a tais necessidades e problemas; e também dos recursos materiais e humanos disponíveis para o Bem Estar Social em diferentes estágios de desenvolvimento econômico social. Dentro de uma perspectiva ampla, entretanto, um número significativo de elementos comuns pode ser discernido entre diversas abordagens sociais ou regionais e entre os métodos empregados para o treinamento nesse campo (ONU, 1965, p. 29).

O treinamento pessoal ou de profissionalização se converteu na estratégia para fomentar os planos nacionais relativos ao desenvolvimento social atrelado ao econômico. Supõe-se que a recomendação em tela adveio de estudos realizados pela Comissão de Assuntos Sociais do ECOSOC/ONU na década de 1960, antes da realização da Conferência de 1968. Neste sentido, presume-se que a consagração desta recomendação ocorreu nesta Conferência de 1968. Amiúde, se conjectura que as cúpulas entre ministros e chefes de estado imponham as recomendações e resoluções. Neste caso, percebe-se o caminho inverso e sutil: estudos prévios indicando tendências que foram consagradas no espaço de rituais.

Presume-se que procedendo desta forma, a ONU atenua o argumento de que estaria interferindo na construção da política nacional, em virtude da responsabilidade recair sob o líder de cada país que referendou a recomendação. Nesta Conferência a tônica da concepção de bem estar social alude ao planejamento e profissionalização do Serviço Social para elaboração do plano nacional. Esta concepção encontra-se afinada às matérias divulgadas pelo CBCISS em suas revistas e projetos.

⁷⁵ Trata-se do Relatório Geral do Secretário Geral das Nações Unidas, publicação E/CN.5/AC.12/1.6 de 1º de abril de 1965, sendo permitido sua reprodução e divulgação pelo CBCISS em 1971. Da mesma forma, essa discussão foi apresentada no exemplar nº 57 de Temas Sociais – Formação de Pessoal do Serviço Social para sua participação na planificação do desenvolvimento - Documento das Nações Unidas ST/SOA/97. Trata-se do Relatório da Reunião inter-regional de expertos promovida pela ONU, Genebra, 1969. A perita brasileira foi Maria Augusta de Luna Albano do CBCISS.

4.3 TEXTOS E CONTEXTOS: ANÁLISE DOS CONTEÚDOS DISCURSIVOS

Antes de iniciar a interpretação sobre os treze conteúdos discursivos captados nas Conferências em tela, é necessário aclarar que esses conteúdos se entrecruzam, podendo vincular-se a dois ou mais temas de agenda. Em função do volume de resoluções e recomendações ratificadas, atentou-se à tônica do tema de agenda. A seguir, vale realçar a quantidade de matérias aprovadas:

CONFERÊNCIAS	ANO	RESOLUÇÕES	RECOMENDAÇÕES
Bem Estar Social	1968	1	X
Direitos Humanos	1968	25	X
Meio Ambiente	1972	X	109
População	1974	21	4
Ano Internacional da Mulher	1975	35	X
Assentamentos Humanos	1976	X	63
Combate ao Racismo e à Discriminação Racial	1978	2	X

De modo geral, o documento final de uma cúpula apresenta uma estratégia recorrente no que diz respeito ao processo de rememorar os tratados e declarações ratificadas, dando legitimidade ao espaço de rituais. Este trecho da Ata Final da Conferência da Mulher exemplifica essa estratégia:

Observando que, desde la creación de las Naciones Unidas, se han aprobado instrumentos sumamente importantes, entre los cuales los siguientes constituyen verdaderos jalones: la Declaración Universal de Derechos Humanos, la Declaración sobre la concesión de independencia a los países y pueblos coloniales, la Estrategia Internacional del Desarrollo para el Segundo Decenio de las Naciones Unidas para el Desarrollo, y la Declaración y Programa de Acción sobre el establecimiento de un nuevo orden económico internacional, del cual la Carta de Derechos y Deberes Económicos de los Estados constituye un elemento básico (ONU, 1975, p. 2).

O tema de agenda **questão da Palestina** abarca dois conteúdos discursivos: **2) Apoio aos processos de descolonização e ao direito de ser livre e (3) Conflito entre Judeus e Palestinos. Direito da Palestina à sua terra.**

A Declaração do México sobre Igualdade da Mulher e sua contribuição ao desenvolvimento e a paz aprovada em 1975 traduz o argumento fundamental para que esses conteúdos integrem a concepção de bem estar das Nações Unidas:

La paz e y la cooperación internacionales exigen el logro de la liberación nacional y la independencia, la eliminación del colonialismo y neocolonialismo, de la ocupación extranjera, del sionismo, del apartheid, y de la discriminación racial en

todas sus formas, así como el reconocimiento de la dignidad de los pueblos y su derecho a libre determinación (ONU, 1975, p. 7, 24).

Fomentar a paz e cooperação internacional valida a existência da ONU, como também defende a liberdade como princípio nuclear da concepção de bem estar social. Alguns países argumentaram a urgência de colocar em prática esse conteúdo discursivo, impedindo que este se tornasse uma mera retórica:

Los representantes de Albania, China, Egipto, la India, Jamaica, el Níger, el Perú, la Republica Arabe Siria, la República Unida de Tanzania y Yugoslavia, entre otros, insistieron en que los problemas de la mujer eran parte integrante de los problemas contemporáneos de la sociedad. Manifestaron que la lucha por la liberación nacional y la independencia política y económica, la eliminación del colonialismo, el neocolonialismo, la ocupación extranjera, el apartheid y todas las formas de discriminación racial constituían un requisito previo indispensable y debían reflejarse adecuadamente en el Plan (ONU, 1975, p. 51).

A descolonização também se refere ao tema de agenda do desenvolvimento social atrelado ao econômico e a emancipação dos direitos humanos. No entanto, no contexto dos Documentos analisados liberdade, descolonização, discriminação e a situação dos palestinos se entrecruzam. **O conteúdo discursivo três – direito da Palestina à sua terra** – admite uma concepção de bem estar regional, muito embora o mundo árabe e os outros países solidários ao tema reconheçam sua extensão, conforme a Declaração de Teerã (1968):

Afirma los derechos inalienables de todos los habitantes que han abandonado sus hogares como consecuencia de las hostilidades en el Oriente Medio a regresar a sus hogares, reanudar la vida normal, recuperar sus propiedades y reunirse con sus familias, en conformidad con lo dispuesto en la Declaración Universal del Derechos Humanos (ONU, 1968, p. 5).

Enfatizando a interpenetração deste tema de agenda, a Conferência de Combate ao Racismo e à Discriminação Racial registrou o direito dos palestinos a sua terra como uma forma de discriminação:

La Conferencia recuerda con profundo pesar la cruel tragedia que sufrió el pueblo palestino hace 30 años y sigue padiciendo hoy en día, la cual se manifiesta en que se le impide ejercer su derecho de libre determinación en el suelo de su patria, en la dispersión de cientos de miles de palestinos, la obstaculización del retorno a sus hogares, el establecimiento en ellos de colonos del exterior, así como en la utilización de diversas formas de discriminación racial contra los palestinos, que afectan todos los aspectos de su vida cotidiana de un modo que les impide el goce de sus derechos humanos más elementales sobre la base de igualdad; la Conferencia expresa su profunda preocupación por la continuación de esta situación y deplora la negativa de Israel a aplicar las resoluciones pertinentes de las Naciones Unidas. Pide la cesación de todas las prácticas de discriminación racial a la que se somete a los

palestinos, así como a otros habitantes de los territorios árabes ocupados por Israel; la Conferencia expresa su esperanza de que el pueblo palestino tenga pronto la posibilidad de ejercer su derecho inalienable a la libres determinación en Palestina y proclama su solidaridad con el pueblo palestino en la lucha libra por la liberación y contra la discriminación racial (ONU, 1978, p. 60).

A década de 1970 concentrou uma série de conflitos políticos e econômicos, principalmente entre atores do mundo árabe, como se verifica no próximo quadro:

Quadro 26. Principais Estados em litígios de 1973-1978

ESTADOS EM LITÍGIO	DATA	TIPO DE DEMANDA
Egito <i>versus</i> Israel	1973	Conflitos israelense-árabes
Israel <i>versus</i> Síria	1973/1974	<i>Idem</i>
Israel <i>versus</i> Líbano	1978	<i>Idem</i>
Irã <i>versus</i> Iraque	1974	Conquista de território
Estados Unidos <i>versus</i> Vietnã	Fim em 1974	Derrota americana
URSS <i>versus</i> Tchecoslováquia	1968	Derrota da Primavera de Praga
Índia <i>versus</i> Paquistão	1971	Hostilidades e agressões limitadas
Turquia <i>versus</i> Chipre	1974	<i>Idem</i>
Angola <i>versus</i> Portugal	Fim em 1975	Descolonização
Rodésia <i>versus</i> Inglaterra	Fim em 1971	<i>Idem</i>
Namíbia <i>versus</i> África do Sul	Fim em 1978	<i>Idem</i>

Elaborado por Elisabete Cruvello
Fonte: Bertrand

De natureza diversa, esses litígios marcam um ambiente de tensão no qual as promessas de uma nova ordem mundial de paz foram postergadas. O tema de agenda **desarmamento** e seu conteúdo discursivo correspondente **críticas à política de armamento praticada pelos países desenvolvidos do norte (1)** espelham as tensões entre os países do norte *versus* sul, sobretudo no que diz respeito ao desenvolvimento econômico. Na Assembleia Geral da ONU em 1963, o Embaixador brasileiro Araujo Castro demarcou a complexidade deste tema: “A presente corrida armamentista, que prossegue em ritmo insensato, é a principal responsável pela carência de recursos para as grandes tarefas do Desenvolvimento Econômico” (O BRASIL NA ONU, 2007, p. 175). Ainda, denunciou:

Prossegue a corrida armamentista, a despeito das Resoluções, sempre reiteradas, da Organização Mundial. Uma imensa parte da humanidade ainda vegeta sob condições humilhantes incompatíveis com a dignidade humana e milhões de criaturas ainda se

encontram privadas da liberdade e dos direitos humanos, sob formas degradantes de opressão política ou colonial (O BRASIL NA ONU, 2007, p. 174).

Um exemplo da maneira como este tema de agenda atravessa as reuniões da ONU, a resolução de número dezesseis da Conferência Internacional de Direitos Humanos (1968) assevera:

Reconociendo las consecuencias mundiales que un desarme completo podría tener en el ámbito económico y social para la realización de los derechos humanos y las libertades fundamentales,
Observando que tal como se desarrolla la carrera de armamentos absorbe los recursos que se necesitan urgentemente para realizar los más elementales derechos humanos en el ámbito económico y social, [...]
2. Pide a las Naciones Unidas que insistan para que los recursos que como consecuencia queden disponibles se empleen con miras al progreso económico y social del mundo entero (ONU, 1968, p. 15).

As aproximações entre descolonização, emancipação dos direitos humanos e desenvolvimento ficaram patentes nesta Declaração de 1968. Contudo, em 1963, o embaixador brasileiro Araujo Castro apontou os laços do trinômio **descolonização, desarmamento e desenvolvimento**, denominado dos **três D's**:

O que estamos aqui presenciando é a emergência de uma articulação parlamentar de pequenas e médias potências que se unem, fora ou à margem das ideologias e das polarizações militares, numa luta continuada em torno de três temas fundamentais: Desarmamento, Desenvolvimento Econômico e Descolonização. É fácil precisar o sentido de cada um dos termos desse trinômio. A luta pelo Desarmamento é a própria luta pela Paz e pela igualdade jurídica de Estados que desejam colocar-se a salvo do medo e da intimidação. A luta pelo Desenvolvimento é a própria luta pela emancipação econômica e pela justiça social. A luta pela Descolonização em seu conceito mais amplo, é a própria luta pela emancipação política, pela liberdade e pelos direitos humanos. [...] Esse movimento, iniciado sob o signo dos três D's mencionados, Desarmamento, Desenvolvimento Econômico e Descolonização, não faz senão exigir o cumprimento das promessas já contidas na Carta de São Francisco (O BRASIL NA ONU, 2007, p. 173).

Retratando a alocação dos recursos mundiais para a guerra Estados Unidos e Vietnã *versus* os gastos anuais das Nações Unidas, o Secretário Geral – U Thant manifestou:

Aquilo que todas as partes diretamente envolvidas na guerra do Vietnã estão gastando em um dia, equivale ao que as Nações Unidas têm gasto durante um ano. Em outras palavras, se a guerra no Vietnã prosseguir durante mais um ano, a soma gasta por todas as partes, fundamentalmente envolvidas, equivalerá às despesas operacionais das Nações Unidas durante 365 anos. (U THANT, 1969, p. 27).

Desarmamento e descolonização constituem instrumentos fundamentais para a consolidação do tema de agenda **emancipação dos direitos humanos**. Nesta tese, o sentido

de emancipação envolve três processos essenciais: afirmação, libertação e desprendimento. Seis conteúdos discursivos denotam com propriedade este sentido, como também demarcam a aceção de bem estar social da ONU:

- (6) Expansão dos direitos sociais e da justiça social ligados ao desenvolvimento econômico;
- (4) Críticas à discriminação racial, ao racismo, ao apartheid e ao nazismo;
- (7) Igualdade entre homem e mulher, em termos de trabalho, educação e remuneração;
- (8) Preocupação com o bem estar social e econômico dos imigrantes;
- (9) Defesa de melhores condições de saúde, de educação, de saúde, de educação, de moradia e de assistência para os desprotegidos como idosos, mulheres, jovens, crianças e incapacitados;
- (12) Sustentabilidade na política de habitação

Nesta tese, a **expansão dos direitos sociais e justiça social** (conteúdo discursivo de nº 6) constitui o núcleo para o processo de emancipação dos direitos humanos, confirmada nesta Declaração de 1968 acerca do desenvolvimento econômico e dos direitos humanos:

La Conferencia Internacional de Derechos Humanos,
 Estimando que el goce de los derechos económicos y sociales está inherentemente vinculado a un verdadero ejercicio de los derechos civiles y políticos, y que entre la realización de los derechos humanos y el desarrollo económico existe una estrecha relación,
 Observando que la inmensa mayoría de los hombres continua viviendo en pobreza, la miseria, la enfermedad y la ignorancia y, en consecuencia, lleva una existencia infrahumana, que constituye por sí sola una negación de la dignidad humana,
 Observando con honda preocupación que crece constantemente la distancia entre el nivel de vida de los países económicamente desarrollados y el de los países en desarrollo,
 Reconociendo que el goce universal de los derechos humanos y de las libertades fundamentales seguirá siendo un simple esperanza a menos que la comunidad internacional logre reducir la distancia, [...] (ONU, 1968, p. 15).

Desta forma, a compreensão de bem estar social envolvia a visão de cidadania como direito, e não meramente um amparo precário. Desta visão desdobra-se a **igualdade entre homens e mulheres** (conteúdo discursivo de nº 7), **críticas a qualquer forma de discriminação** (conteúdo discursivo de nº 4), **reconhecimento e garantia à educação, saúde, moradia e assistência para todos e os desprotegidos** (conteúdo discursivo de nº 9), **preocupação com o bem estar social dos imigrantes** (conteúdo discursivo de nº 9) e **sustentabilidade na política de habitação** (conteúdo discursivo de nº 12).

No que se refere às práticas de discriminação no contexto da década de 1970 essas abrangiam: “apartheid, nazismo, neonazismo, sionismo, racismo, colonialismo, neocolonialismo, todas las ideologias y prácticas análogas basadas en el terrorismo y la intolerancia racial como um flagrante violación de los derechos humanos y de los principios

de la Carta de las Naciones Unidas”. (ONU, 1968; 1975; 1978) Muito embora, a concepção de discriminação subjacente aos foros tomava como ponto de partida as relações de poder e de superioridade: “Declara solememente toda doutrina de superioridad racial es cientificamente falsa, moralmente condenable, socialmente injusta y peligrosa y no tienen justificación alguna” (ONU, 1978, p.10). Esta concepção atravessou os foros analisados, admitindo-se que, de um modo geral, vinculava-se aos países secundários.

É importante ressaltar que as declarações dos atores participantes e as recomendações não mencionaram o regime militar em vários países da América Latina, como no Brasil, vigentes no período em análise, 1968-1978. Assim também, não salientaram as situações de protestos da sociedade civil em razão do governo militar, exceto este registro sobre a situação no Chile extraído da Conferência Ano Internacional da Mulher (1975): “Muchos oradores se refirieron a las constantes violaciones de los derechos humanos que tienen lugar en Chile, pidiendo el cese inmediato de las torturas, vejaciones, maltratos y represiones de que era víctima el pueblo de Chile, especialmente la mujeres.” (ONU, 1975, p. 159).

O conteúdo discursivo de nº 7 – **igualdade entre homens e mulheres** – incluía a defesa de acesso, educação, participação em cursos, oportunidades e responsabilidades. Foi um discurso presente em todas as Conferências, sinalizando o direito como libertação, autonomia e conscientização. Esta foi uma dimensão revolucionária sobre a igualdade de gênero na década de 1970. O princípio contido na Conferência sobre Ano Internacional da Mulher (1975) enfatiza: “La igualdad entre mujeres y hombres significa igualdad em su dignidad y valor como seres humanos, así como igualdad de derechos, oportunidades y responsabilidades” (ONU, 1975, p. 4).

Este princípio perpassou as discussões nas Conferências, sendo utilizado com um duplo sentido: como direito no sentido de libertação, vinculando-se ao tema da emancipação dos direitos humanos. O outro sentido atribuído pelos países centrais para combater a explosão demográfica nos países pobres, ou seja: a mulher tem o direito de decidir quantos filhos, com quem e quando contrair matrimônio. No entanto, o perigo foi adotar o discurso da responsabilidade da mulher para decidir o rumo de sua vida como estratégia técnica de planejamento familiar. Assim também, esse princípio se constituiu um entrave para as culturas árabes, onde a mulher tem tradicionalmente um papel de submissão ao homem. Assim também, o mote da Conferência sobre a Mulher (1975), integrar à mulher ao processo de desenvolvimento, pode ser encarado sob dois prismas: como direito e emancipação, ou como força de trabalho para o sistema liberal. Supõe-se que esse segundo sentido tenha

relação com o fato da mulher ser a metade da população mundial nos anos de 1970, segundo dados da Conferência da Mulher. (ONU, 1975, p.2)

Em torno da defesa de melhores condições aos desprotegidos enfocados como crianças, jovens, idosos, portadores de necessidades especiais e imigrantes inclui os conteúdos discursivos de nº 9 e de nº 8. Convém realçar que essa acepção de desprotegido adotada é abrangente, não dizendo respeito aos mercedores e não, ou, aqueles que contribuíram e não contribuintes para a previdência. Da mesma forma, os conteúdos discursivos envolvem campos de ação do Serviço Social, sendo, portanto, conteúdos discursivos apropriados culturalmente pelo CBCISS como uma instituição nacional para atender essas finalidades.

O conteúdo discursivo de nº 12 – **sustentabilidade na política de habitação** – vinculado à Conferência sobre os Assentamentos Humanos (1976) encerra um tom profético no sentido de alertar acerca da insustentabilidade de modelos de cidades e megafavelas iniciados nessa conjuntura, destacando o tema da qualidade de vida como direito. Segundo a declaração da Conferência do Habitat (1976)

Advertiendo que la condición de los asentamientos humanos determina em gran medida la calidad de vida, cuyo mejoramiento es indispensable para la satisfacción plena de las necesidades básica, como el empleo, la vivienda, los servicios sanitários, la educación y el esparcimiento,
Reconociendo que los problemas de los asentamientos humanos no están aislados del desarrollo económico y social de los países ni pueden desvincularse de las injustas relaciones económicas internacionales que existen actualmente, [...] El desarrollo económico inequitativo, que se refleja en las amplias diferencias de riqueza que actualmente existen entre los países y entre los seres humanos y que condena a millones de personsas a uma vida de pobreza, privada de la satisfacción de las necesidades básicas de alimentos, educación, servicios sanitários, vivienda, higiene mental, agua y energía [...] (ONU, 1976, p. 2).

A análise apresentada denuncia as condições de vida no mundo na década de 1970, porém no século XXI esta problemática ganhou contornos candentes, como analisou Mike Davies em seu livro Planeta Favela: “as cidades serão responsáveis por quase todo o crescimento populacional do mundo, cujo pico, de cerca de 10 bilhões de habitantes, espera-se que aconteça em 2050”, [...] “há pouco o nenhum planejamento para acomodar essas pessoas e prestar-lhes serviços” (DAVIES, 2006, p. 14 e 18). Na avaliação de Erminia Maricatto no posfácio do livro supracitado:

O big-bang da pobreza tem suas raízes quando, entre 1974 e 1975, o FMI e o Banco Mundial reorientam as políticas econômicas do Terceiro Mundo, abalado pelos preços do petróleo. A orientação aos países devedores para abandonar suas

estratégias de desenvolvimento foi claramente explicitada no Plano Backer, em 1985⁷⁶ (MARICATO, 2006, p. 212).

O tema de agenda do **Desenvolvimento social atrelado ao econômico** teve sua origem na década de 1960, não apenas como uma proposta da ONU – 1ª Década do Desenvolvimento. Inicialmente, foi uma estratégia empregada nos anos de 1960 pelos países centrais para subverter os possíveis interessados no comunismo. Paralelamente, o surgimento de novos estados na Assembleia da ONU, o fortalecimento dos Países Não Alinhados, as denúncias dos países do Sul ao modelo econômico do Norte, entre outras razões, possibilitaram o fortalecimento do conteúdo discursivo desenvolvimento social atrelado ao econômico. Reconstruindo a narrativa desse tema de agenda, o depoimento do embaixador brasileiro Vianna Moog em seu livro de 1965 - “A ONU e os grandes problemas sociais do nosso tempo” – sinalizou que esse ideário estava em gestação no início da década de 1960 na Assembleia Geral da ONU:

Até que em 1963 as coisas aconteceram de maneira um pouco diversa. Para começar, surgiu um fator extremamente propício: a unidade orgânica da agenda. Efetivamente, a agenda desse ano, além de concentrar um número muito selecionado de temas que guardavam entre si profunda relação, apresentou mais esta peculiaridade: ao invés de romper do particular para o geral, como nas vezes anteriores, seguir rumo oposto: incluiu primeiro o tema universal SITUAÇÃO SOCIAL NO MUNDO, para depois passar aos temas que pela urgência com que estão pedindo solução, deviam merecer a mais alta prioridade. Estes eram o da Habitação, Construção e Planejamento e o de Desenvolvimento Rural e da Comunidade, dentro do qual está compreendido o da Contribuição da Reforma Agrária Para o Desenvolvimento Social, tema que continua a polarizar as atenções de todo o Brasil e que provavelmente se manterá em ordem do dia, no Brasil como nas Nações Unidas, ainda por muito tempo. Por último então vinha o Programa de Trabalho, através do qual se podia ter uma visão de conjunto das atividades das Nações Unidas no terreno social (1965, p. 6).

Sonia Draibe coaduna com esse depoimento, ao retratar as origens da análise integrada da economia e da política social:

Provavelmente, coube ao sistema das Nações Unidas e suas agências o crédito de retomar, reconceituar e disseminar ativamente tal enfoque, sob a conhecida tese de que a política social constitui condição do desenvolvimento econômico. **Formulada há mais de quarenta anos sob o conceito “desenvolvimento social”**, a tese ganhou amplitude e complexidade, impregnada mais recentemente pelos princípios dos direitos sociais e dos direitos humanos, e fertilizada ainda pelos novos conceitos de “desenvolvimento humano”, “investimento nas pessoas”, “inclusão social” e, de modo mais amplo, “coesão social”. (DRAIBE, 2007, p. 30, grifo meu).

⁷⁶ Plano idealizado pelo secretário do Tesouro americano James Baker, lançado na reunião anual do FMI em Seul em setembro de 1985.

Estas reflexões demonstram que a gênese da concepção de desenvolvimento social estava articulada às críticas dos países ditos secundários, denominação empregada nesta tese. Todavia, ao longo dos anos de 1970 essa concepção foi se metamorfoseando pela fusão dos interesses de dois grupos: países estratégicos centrais X países secundários, convertendo-se em um arranjo de conciliação de interesses. Portanto, no bojo da concepção de bem estar social da ONU reside esse arranjo. No ponto de vista de Saraiva,

A década de 1970 também foi marcada pela determinação dos povos do Sul em projetar sobre o cenário internacional a expressão de seus próprios interesses. A África como um todo e parte da América Latina e da Ásia buscaram afirmar o conceito de Terceiro Mundo nas relações internacionais. [...]
Esforços deliberados de cooperação econômica foram ensaiados, apesar das dificuldades de coesão prática entre tantos países e interesses distintos. As resoluções aprovadas e recomendadas no sistema das Nações Unidas permitiram, pelo menos, elevar o sentido de justiça nas relações internacionais. Os países do Terceiro Mundo lutaram nas assembleias gerais das Nações Unidas, e da Unctad em especial, para que se aprovassem textos e conceitos favoráveis ao desenvolvimento dos povos atrasados (2008, p. 246-247).

As ilusões igualitaristas, termo cunhado por Saraiva, manifesta as intenções do bloco do Terceiro Mundo. Desconstruindo o conteúdo discursivo de nº 5 - **Relevância da 2ª Década do Desenvolvimento** – foi encarada com esperança e expectativa pelo grupo de países considerados secundários, no sentido de que vislumbraram a possibilidade de subverter as regras do jogo no cenário internacional.

Da mesma forma, esse conteúdo discursivo foi internalizado pelos intelectuais, sendo amiúde, destacado nas matérias das publicações do CBCISS. A título de exemplo, o editorial da revista Debates Sociais de outubro de 1969 relatou os desafios desta Segunda Década do Desenvolvimento, enfatizando: “Tentando aproveitar os ensinamentos da experiência da primeira Década, convém afirmar que um dos erros mais evidentes nesse período foi conceituar DESENVOLVIMENTO como CRESCIMENTO ECONÔMICO.” (CBCISS, 1969, editorial de Debates Sociais). A respeito desta Segunda Década como uma promessa, Inga horsson declarou: “Temos esperança que o volume de progresso que alcançaremos durante a Segunda Década do Desenvolvimento seja maior do que a primeira” (THORSSON, 1969, p. 28). Em seu ponto de vista, “a mudança revolucionária não se dará apenas através da econometria. Os seres humanos precisam ser mobilizados, com seus corações e suas mentes, num esforço tremendo para mudar atitudes, para erradicar velhas estruturas e construir uma nova sociedade.” (THORSSON, 1969, p.34)

O documento das Nações Unidas – Progresos Económicos y Sociales realizados en el Segundo Decenio para el Desarrollo - realça o conceito de necessidades básicas:

El concepto de necesidades básicas ha constituído el tema central de varias otras conferencias mundiales que han examinado los diversos determinantes de la calidad de vida a partir da aprobación de la Estrategia Internacional de Desarrollo. Esos debates y los planes de acción a que dieron lugar centraron su atención em cuestiones del medio ambiente en 1972, en los problemas de la población en 1974, en el papel de la mujer en el desarrollo en 1975 y en los asentamientos humanos y el empleo remunerado en 1976 (ONU, 1977, p. 48).

É curioso notar que as Conferências Internacional dos Direitos Humanos (1968) e Mundial para Combater o Racismo e a Discriminação Racial (1978) não fizeram parte da Estratégia Interacional de Desenvolvimento da ONU, conforme informações do documento em tela. Pressupõe-se que essas duas reuniões consistiram espaços de denúncias envolvendo os temas de agenda do desarmamento, questão da Palestina e emancipação dos direitos humanos. Da mesma forma, configuraram conteúdos discursivos críticos que não interessavam aos países hegemônicos, formuladores das orientações da política macroeconômica, bem como o rumo do financiamento.

Por outro lado, os conteúdos discursivos **crítica à explosão demográfica nos países mais pobres** (conteúdo discursivo de nº 10), **planejamento familiar** (conteúdo discursivo de nº 11) e **proteção ao meio ambiente** (conteúdo discursivo de nº13) tornaram-se instrumentos técnicos eclipsando as crises do sistema liberal⁷⁷. Além disso, espousa o retorno de máxima comteana de que basta mudar o sistema de ideias para a solução da crise e restauração da ordem. Neste sentido, responsabilizar os países subdesenvolvidos pelos problemas no meio ambiente, pela explosão demográfica, pelas supostas falhas em seu processo de desenvolvimento produziram discursos falaciosos acerca de uma problemática política e econômica. Da mesma forma, a participação da mulher no processo de desenvolvimento caso seja empregado em sua acepção técnica pode configurar um ardil.

Em síntese, a cultura de bem estar social esposada nas Conferências da ONU de 1968-1978 revela uma resposta harmonizadora de interesses entre os atores políticos vinculados aos grupos estratégicos e secundários. A emancipação dos direitos humanos, desarmamento e questão da Palestina simbolizam os temas de agenda concernentes à face utópica e crítica. O tema de agenda do desenvolvimento social atrelado ao econômico converteu-se em um instrumento técnico, voltado para o planejamento, racionalidade tecnocrática e profissionalização como alternativas aos problemas do sistema liberal e capitalista, sendo introduzida sutilmente a face de restauração do messianismo.

⁷⁷ Conteúdos discursivos explicados no capítulo anterior, na seção heterogeneidade dos atores políticos.

5 CULTURA DE BEM ESTAR SOCIAL E MESSIANISMO: A INTERLOCUÇÃO DO CBCISS DE 1968-1978

“Escolher o diálogo quer dizer também evitar os dois extremos que são o monólogo e a guerra.”

TZVETAN TODOROV

No contexto brasileiro, as manifestações a respeito da cultura de bem estar social veiculada nos espaços das Conferências da ONU ecoaram no CBCISS especialmente em suas revistas: *Temas Sociais* e *Debates Sociais*. Compreende-se o CBCISS como uma “agência divulgadora de produção nacional e internacional e, como agência de renovação profissional, especialmente junto aos profissionais de Serviço Social”. (SILVA, 1994, p.10)

Assim também, a organização dos seminários de Serviço Social (Araxá, Teresópolis e Sumaré)⁷⁸ manifestou a difusão do ideário de bem estar social da ONU. Julga-se que a análise dos conteúdos discursivos das revistas comporta uma estratégia nova, já que existe uma sólida bibliografia acerca dos Seminários de Teorização do Serviço Social. Além disso, as revistas selecionadas possibilitam explicitar com mais propriedade as nuances concernentes ao processo de multiplicação de uma mentalidade de bem estar social e de messianismo.

O material extraído das revistas possibilita afirmar que tanto o espaço da ONU como do CBCISS foram conciliatórios de tendências vigentes naquela conjuntura, porém não buscavam uma restauração do passado e nem imposição de um futuro inexistente.

Da mesma forma, o CBCISS atendeu à recomendação da ONU no sentido de aplicar linhas gerais aprovadas às necessidades do contexto brasileiro. Neste sentido, o movimento de difusão do ideário de bem estar social não ocorreu como cópia fiel ou mera reprodução, em virtude do comitê editorial do CBCISS escolher as matérias para compor essas revistas. Em outra chave de leitura: no cerne da produção de uma mentalidade de bem estar social jaz as subjetividades dos intelectuais do CBCISS transmitidas em suas revistas.

É importante lembrar que a ONU e CBCISS não se relacionam diretamente, mas entre eles, o ECOSOC/ONU e o ICWS constituem os intermediários desta relação. Tanto a ONU como fomentadora como seus intermediários (ECOSOC e ICWS) operaram como agentes replicadores da mentalidade de bem estar social no cerne do CBCISS.

⁷⁸ O CBCISS organizou o 4º Seminário Teorização do Serviço Social do Alto da Boa Vista em 1984, no Colégio Coração de Jesus – Tijuca/RJ.

Levando em conta o material produzido pelo CBCISS, verificou-se que algumas recomendações e resoluções aprovadas nas Conferências Mundiais tiveram mais eco no país, porém outras igualmente relevantes não surtiram resultado. Subdesenvolvimento *versus* desenvolvimento; marginalização *versus* modernização; desenvolvimento social atrelado ao econômico; emancipação dos direitos sociais; planejamento para a profissionalização do Serviço Social. Estes se tornaram bandeiras a respeito da cultura de bem estar social para os intelectuais do CBCISS. Concernente a essa cultura, nas palavras de Helena Junqueira, pioneira do CBCISS:

Quando se advoga um lugar ao sol para o desenvolvimento social não se pensa em uma somatória de metas sociais justapostas às econômicas, ou em apenas ampliar recursos financeiros em curso. O que se pretende é fazer valer o conceito de desenvolvimento integrado e levá-lo à práxis (JUNQUEIRA, 1970, p. 13).

Entretanto, recomendações relevantes relativas aos processos de descolonização, desarmamento, questão da Palestina e políticas contra *apartheid* foram escassas no material produzido pelo CBCISS. É compreensível que os significados das recomendações estejam conectados à vida cotidiana de um grupo, por isso a mentalidade de bem estar social no contexto brasileiro se referia às discussões sobre o desenvolvimento e subdesenvolvimento.

5.1 ORIGENS E INTERLOCUÇÃO

Em torno do final da década de 1940 iniciou-se a interlocução entre ONU e CBCISS mediada pelo ECOSOC, responsável pela discussão e fomento de projetos sociais e econômicos na ONU. Na verdade, bem estar social constitui um conceito polissêmico, variando na conjuntura internacional e no contexto de cada país. O próximo quadro sintetiza os principais instrumentos empregados para a consolidação da cultura de bem estar social empregados de 1950-1980:

Quadro 27. Concepção de bem estar social por décadas

1946-1959	1960-1970	1970-1980
Estratégia para descolonização da África e da Ásia no período da Guerra Fria	Assistência para o desenvolvimento dos países “ditos” atrasados – Década do Desenvolvimento na ONU	Crescimento do setor de serviços, das ONGs e das empresas transnacionais como prestadoras dos projetos de cooperação internacional
Programa para reconstrução	Difusão das ações cívicas militares como instrumento para conter as	Expansão do movimento humanitário (defesa dos Direitos

econômica na Europa pós 2ª Guerra: habitação, deslocados, refugiados	reivindicações populares, estabelecimento da “Pax americana” e contenção do comunismo	Humanos)
Desenvolvimento da Comunidade forma de combater ao comunismo	Desenvolvimento da comunidade como forma de participação Modernização do Serviço Social e de suas técnicas Investimento no planejamento das ações	Desenvolvimento da comunidade Neoliberalismo (apologia do mercado) e redução do Estado de Bem Estar
Fomento da cooperação internacional via ONU e outras organizações do Sistema/ Pensamento da CEPAL	Aliança para o Progresso	Consciência das privações dos direitos sociais

Elaborado por Elisabete Cruvello
Fonte: Diversas

Previamente ao período de 1968-1978, a interlocução entre ONU/ECOSOC/ICWS/CBCISS pode ser captada em três dimensões:

- Intercâmbio para formação de profissionais brasileiros no exterior;
- Participação dos especialistas brasileiros nas reuniões do ICWS;
- Fomento da estratégia do Desenvolvimento da Comunidade.

Em relação à primeira dimensão, duas especialistas nucleares do CBCISS realizaram sua formação nos Estados Unidos, nos anos de 1940, segundo Aguiar (2011, p. 81): Balbina Ottoni Vieira na National Charities Nova York e Helena Iracy Junqueira na Universidade de Pittsburg, Pensilvânia.

A respeito da concessão de bolsas para aperfeiçoamento no exterior, Herdenson (1958) sinaliza a contribuição da ONU nesse processo: “Hemos enviado a los países expertos en todos los campos que he mencionado y concedido más de 2.500 becas para estudiar en el extranjero los programas de asistencia social”. Balbina Ottoni Vieira, ex-bolsista da ONU e integrante do CBICSS, confirmou o investimento do ECOSOC/ONU no Brasil, bem como em outros países:

Essas organizações não criavam nem administravam serviços ou programas, mas ajudavam os diversos países a estudar seus problemas e montar um sistema de ajuda, educação e desenvolvimento. Para tal, fornecia técnicos escolhidos entre profissionais competentes nos vários países-membros, treinava pessoal para estes programas, através de bolsas de estudos em países adiantados ou de escolas especificamente organizadas nos próprios países (1982, p. 64).

No que diz respeito à segunda dimensão – participação dos especialistas brasileiros nas conferências do ICWS – Ozanira Silva relata: “O CBCISS, enquanto comitê nacional do

ICWS, inscreve brasileiros nas conferências internacionais e divulga documento acerca de temas discutidos no decorrer dessas conferências, como forma de divulgação de suas conclusões [...]” (SILVA, 1994, p. 12). As Conferências realizadas pelo ICWS de 1928-1978 se encontram descritas neste quadro:

Quadro 28. Conferências do ICWS -1928/1978

TEMAS	CONFERÊNCIA	LOCAL	DATA
Serviço Social e Indústria, Saúde Pública, Organizações, Preparo de Pessoal, Serviço Social de Casos	1ª	Paris	1928
Família e Serviço Social	2ª	Frankfurt	1932
Serviço Social e Comunidade	3ª	Londres	1936
Habitação, Serviço Social Urbano e Rural, Preparo de Pessoal	4ª	Atlantic City	1948
Problemas atuais do Serviço Social, Técnicas do Serviço Social, Papel do Serviço Social nos programas nacionais	5ª	Paris	1950
Papel do Serviço Social na elevação do nível de vida	6ª	Madras	1952
Bem Estar através da Ajuda Mútua e da Ação Cooperativa	7ª	Toronto	1954
Industrialização e seu impacto no Serviço Social	8ª		1956
Mobilização de Recursos para atender às necessidades sociais	9ª	Toquio	1958
Serviço Social em um mundo em mudança – sua função e responsabilidades	10ª	Roma	1961
Desenvolvimento de Comunidade em áreas Urbanas e Rurais	11ª	Rio	1962
Progresso Social através do Planejamento Social, Papel do Serviço Social	12ª	Atenas	1964
Urbanização: Implicações para o Bem Estar Social	13ª	Washington	1966
Os Direitos do Homem e o Bem Estar Social	14ª	Helsinque	1968
Estratégias para o Desenvolvimento Social – Função do Serviço Social	15ª	Manila	1970
Elaboração e Implementação de uma Política Social em Condições de Rápida Mudança	16ª	Haia	1972
Desenvolvimento e Participação – Implicações Operacionais para o Bem Estar Social	17ª	Nairóbi	1974
Esforços para obtenção de Igualdade de Oportunidade	18ª	Porto Rico	1976
O Bem Estar Humano – Desafio para Ação Social, Política e Econômica para a Década de 1980	19ª	Jerusalém	1978

Elaborada por Elisabete Cruvello
Fonte: CBCISS e VIEIRA

Em 1966 aparece pela 1ª vez explicitamente o termo “**bem estar social**”, denotando uma inflexão, uma vez que o ICWS deixa de ser Conferência Internacional de Serviço Social (CISS) passando para Conferência Internacional de Bem Estar Social. Esta mudança apontou a possibilidade de abraçar profissionais advindos de outras formações, interessados no bem estar social de modo lato, e não apenas os assistentes sociais. Aproveitando os temas das Conferências da ONU, percebe-se que o ICWS procurou divulgar suas recomendações, realizando seus encontros em torno dos temas de convocatória da reunião da ONU.

A terceira manifestação alude ao projeto denominado Desenvolvimento da Comunidade, que no ponto de vista de Herdenson “[...] se ha convertido en el núcleo de la política social de las Naciones Unidas” (1958, p. 4). A literatura brasileira acerca de DC é bastante rica no período de 1950-1990.⁷⁹

Em 1962, o CBCISS organizou com o apoio de outras instituições a 11ª Conferência Internacional de Serviço Social em Petrópolis, concernente ao tema Desenvolvimento de Comunidades Urbanas e Rurais. A interlocução do ICWS no âmbito internacional ficou explicitada neste relatório de 1962: “A Conferência Intenacional de Serviço Social, no plano mundial e através de seus Comitês Nacionais, constitui valioso auxílio, contribuindo para posibilitar às nações a execução dessa tarefa colaborando com suas ideias para a formação do entendimento internacional” (ICWS, 1962, p. 22).

Um fato curioso foi captar no seio do CBCISS o protagonismo das mulheres, que segundo o seu Livro dos Membros Individuais, em 1978, a Organização contava com 6762 sócios, sendo 6404 mulheres. Esta representação expressiva confirma a feminização das profissões relacionadas ao bem estar social, demonstrada nesta tabela:

Tabela 4. Número de sócios do CBCISS de acordo com a categoria gênero

ANO DE ADMISSÃO	MULHERES	%	HOMENS	%	TOTAL DE SÓCIOS
1969	360	93,5	25	6,5	385
1970	460	92,0	40	8,0	500
1971	428	91,8	38	8,2	466
1972	681	94,9	36	5,1	717
1973	867	96,4	32	3,6	899
1974	748	95,3	37	4,7	785
1975	626	95,3	31	4,7	657
1976	887	95,8	39	4,2	926

⁷⁹ Consultei a tese de doutoramento de Maria Lucia de Carvalho, as publicações de Ammann e Wanderley.

1977	716	94,7	40	5,3	756
1978	631	94,0	40	6,0	671
TOTAL GERAL	6404	94,8	358	6,2	6762

Elaborado por Elisabete Cruvello
Fonte: CBCISS

Os dados quantitativos apresentados sugerem que a área do Serviço Social, bem como as profissões⁸⁰ vinculadas ao desenvolvimento da cultura de bem estar social costumam ser predominantemente femininas. Todavia, mais do que a expressão quantitativa da participação das mulheres no CBCISS, julga-se relevante sintetizar o papel de algumas educadoras. Estas não constituíram um grupo homogêneo ideologicamente, muito embora compartilhassem da utopia de um Brasil com mais justiça social.

As histórias de vida dessas intelectuais se encontram atravessadas às memórias do CBCISS e ao legado no campo do Serviço Social. Intelectuais como Helena Iracy Junqueira, Balbina Ottoni Vieira, Nadir Kfourri, Maria Augusta de Luna Albano, Maria Lucia Carvalho da Silva, Suely Gomes Costa, dentre outras⁸¹, são personagens presentes no CBCISS, com atuações diferenciadas, vistas como precursoras no campo brasileiro do Serviço Social.

Participaram da fundação do CBCISS Maria Augusta Albano e Balbina Ottoni Vieira, bem como foram atuantes nas revistas em tela. Helena Junqueira presidiu a comissão de trabalho na Conferência Internacional de Bem Estar Social da ONU, tomando parte da delegação brasileira neste fórum. Além disso, foi vice-presidente do ICWS na década de 1970, coordenadora no Seminário de Teorização do Serviço Social, em Araxá, 1967. Albano, Vieira e Junqueira deixaram um legado no âmbito do Serviço Social com seus serviços e diversas publicações.

Em 1967, Maria Lucia de Carvalho da Silva entrou na história do CBCISS, tendo sido bolsista da ONU, indicada por Helena Junqueira. Publicou vários artigos nas revistas Debates Sociais e Temas Sociais no período abarcado pela tese.

Assim também, Suely Gomes Costa, apresentou trabalho⁸² no II Encontro de Teresópolis intitulado “Introdução à metodologia – teoria do diagnóstico e da intervenção do Serviço Social”, em 1970. Foi relatora da Conferência do ICWS em Manila – “Estratégias

⁸⁰ Profissões relacionadas ao Serviço Social, Pedagogia, Enfermagem e outras voltadas ao humanitário.

⁸¹ Assim também, é importante frisar as participações de Ilda Lopes, Maria das Dores Machado, Ana Augusta Almeida, Zeni Miranda. Nesta tese não foi possível descrever a contribuição destas mulheres à concepção de bem estar social no contexto nacional.

⁸² Trabalho intitulado Introdução às questões de metodologia. Teorias do Diagnóstico e da Intervenção em Serviço Social.

para o Desenvolvimento Social – Função do Serviço Social”, debatendo o documento do CBCISS em língua francesa.

Durante o levantamento bibliográfico para a tese acerca da política social e temas afins, constatei uma fonte⁸³ curiosa: um estado da arte relativo ao campo da política social indicando estudos teóricos e pesquisas empíricas realizadas no Brasil. Contudo, não tinha sequer uma referência sobre o CBCISS e as obras das intelectuais que fizeram parte dessa instituição.

Do meu ponto de vista, parece complicado retrair a história da política social e da cultura de em estar social no País sem a menção do CBCISS e do grupo que formou essa organização, mesmo que tenham vínculos com a elite dirigente brasileira na época. Uma versão sintetizada⁸⁴ desse segundo capítulo foi publicada no Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (BIB), não evidenciando obras do CBICSS nas fontes indicadas, bem como dos intelectuais vinculados a esta Organização.

Talvez essa ausência se deva ao esvaziamento do espaço do CBCISS a partir de meados da década de 1980. Porém, reitero que não se justifica a ausência do CBCISS no relatório consultado, uma vez que esta entidade deixou vários registros na história da política social brasileira.

5.2 INTERLOCUÇÃO NAS REVISTAS: DEBATES SOCIAIS E TEMAS SOCIAIS

A percepção acerca do valor histórico das revistas do CBCISS, sistematizadas na década de 60 como veiculadoras de representações sociais pertinentes à mentalidade do sistema das Nações Unidas, foi captada por Ozanira Silva e Silva: “no que diz respeito ao tema ‘bem estar social’, este é bastante discutido principalmente na Coleção “Temas Sociais”, através das traduções das Conferências Internacionais, promovidas pela ONU, UNESCO, UCISS, etc” (SILVA, 1994, p. 29). Como fruto da minha pesquisa a respeito das aproximações entre ONU e CBCISS via essas revistas, verificou-se que Debates Sociais se tornou um veículo mais volumoso para transmissão do ideário da ONU do que Temas Sociais.

Nesta tese, a análise realizada constatou que o escopo da Revista Debates Sociais parece ser mais amplo do que Temas Sociais, não afirmando, com isto, que uma era mais importante do que a outra. As duas revistas analisadas atuaram de modo complementar,

⁸³ “Política Social em tempo de crise: Articulação institucional e descentralização” produto do acordo MPAS (Ministério da Previdência e Assistência Social)/ CEPAL publicado em 1989. Survey das produções – pesquisas, livros, artigos – concernentes aos distintos campos da política social (história, metodologia, alimentação, habitação, previdência e assistência social, saneamento, saúde, avaliações).

⁸⁴ A Emergente Temática da Política Social na Bibliografia Brasileira de Maria Lucia Werneck Vianna. BIB, Rio de Janeiro, n.28, pp1-112, 2º semestre de 1989.

visando replicar a cultura de bem estar social conforme as demandas brasileiras. Uma recomendação acolhida diz respeito à relevância do planejamento no campo do Serviço Social para operacionalização dessa mentalidade de bem estar social. Outra recorrente se refere às metamorfoses do conceito de Serviço Social resumidos no relato de Ana Augusta de Almeida:

A concepção de ação social como ajuda na perspectiva da prática social do serviço social, evoluindo da prática assistencial religiosa para prática técnica, produziu um conceito de ajuda baseado em um conceito de democracia. A preocupação é ajudar o homem para sua realização própria de suas condições de pessoa humana na sociedade da qual faz parte e é sujeito (ALMEIDA, 1978, p. 11).

Essa concepção de ação social como uma prática técnica se encontra no cerne das discussões da Conferência Mundial de Bem Estar Social de 1968, bem como nas cúpulas da ONU realizadas na década seguinte. O CBCISS reflete ao mesmo tempo as tensões inerentes à sua natureza institucional: uma organização brasileira, porém submetida ao ICWS. Essa identidade emblemática reflete em suas revistas: publicações que reúnem sugestões dos foros e especialistas internacionais, bem como indicações e pesquisas dos experts brasileiros.

O estudo feito pelo grupo de Ozanira Silva⁸⁵ concernente ao papel do CBCISS foi uma das primeiras referências identificadas durante o meu levantamento bibliográfico realizado em 2012. Neste sentido, chamou minha atenção a respeito do significado dessas publicações:

[...] surgem como espaço de divulgação e comunicação do Serviço Social e áreas afins, contribuindo significativamente para a formação de profissionais, ao mesmo tempo em que subsidiam a construção de alternativas para a prática profissional do Serviço Social, nos diferentes momentos da conjuntura brasileira (SILVA, 1994, p. 5).

Vale a pena recordar que em 1966, o CBCISS, representando o ICWS no País, deixou de se constituir um comitê nacional e ganhou o status de centro de cooperação e intercâmbio no campo do Serviço Social. Nesta nova posição, popularizou as recomendações da ONU, os trabalhos do ECOSOC, os resultados dos foros do ICWS nos quais participava diretamente a partir de suas revistas: Debates Sociais e Coleção Temas Sociais.

O primeiro número da revista Debates Sociais foi editado em outubro de 1965, sendo publicados vinte e dois números entre maio de 1968 a outubro de 1978, delimitação abarcada nesta tese. Mais especificamente, o conteúdo de cada seção dessa revista de 1968-1978 era o seguinte:

⁸⁵ Foram examinados duzentos e oitenta e oito artigos da Revista Debates Sociais e duzentos e trinta e quatro números da Coleção Temas Sociais.

- ✓ Editorial sucinto, porém relacionado aos eventos nacionais e internacionais relativos ao bem estar social, bem como relatava eventos comemorativos no campo do Serviço Social;
- ✓ Artigos de pesquisa de autores nacionais voltados ao público alvo da assistência e da ação social;
- ✓ Artigos de analistas de renome internacional, de preferência ligados ao ICWS ou especialistas da ONU, reproduzindo o conteúdo das Conferências de cada instituição;
- ✓ Comunicações sobre congressos nacionais e internacionais, seminários, sugestão de literatura sobre bem estar social, instituições parceiras do CBCISS e divulgação de documentos recebidos. A fim de fazer uma análise criteriosa desta seção optou-se por designar comunicação os assuntos relatados pela comissão da revista versando sobre as temáticas já relacionadas. O total de comunicações analisadas considera os critérios enunciados, sendo que a estrutura das seções da revista - editorial, artigos e comunicações - foi preservada no exame e na apresentação dos indícios.

No processo de seleção das matérias contidas na Revista Debates Sociais, de 1968-1978, foi encontrado o seguinte material mostrado na tabela cinco, ressaltando que a sigla **TA** significa total analisado:

Tabela 5. Total de cada seção de Debates Sociais - 1968/1978

DEBATES SOCIAIS	EDITORIAL	TA	ARTIGO	TA	COMUNICAÇÃO	TA
	22	16	149	47	49	27

Elaborada por Elisabete Cruvello
Fonte: CBCISS

Durante o levantamento das matérias, constatou-se a ausência de matérias sobre o regime militar e suas consequências, bem como análises com um escopo teórico marxista. Foram selecionadas publicações de autores estrangeiros e brasileiros, porém dificilmente os autores estrangeiros tinham o Brasil como foco. De modo geral, os autores estrangeiros enfatizaram as discussões sobre bem estar social veiculada nos fóruns internacionais, priorizando o tema de agenda – desenvolvimento social atrelado ao econômico, bem como o conteúdo discursivo – relevância da Segunda Década do Desenvolvimento.

As publicações de autores brasileiros tinham como delimitação projetos com ênfase na ideia do Brasil Gigante, Desenvolvimento da Comunidade, corolários da marginalização, planejamento social e profissionalização do Serviço Social. Na sequência, a tabela seis

apresenta a proporção entre o total geral de editoriais, artigos, comunicações em cada revista e o total analisado na tese por número de revista.

Tabela 6. Relação entre o total de matérias de Debates Sociais e o total de matérias selecionadas – 1968/1978

DEBATES SOCIAIS	EDITORIAL	TA	ARTIGOS	TA	COMUNICAÇÕES	TA
Nº6, mai/1968	1	1	8	4	0	0
Nº7, out/1968	1	1	8	2	5	1
Nº8, mai/1969	1	1	9	1	4	1
Nº9, out/1969	1	1	9	3	4	3
Nº10, mai/1970	1	1	5	1	2	2
Nº11, out/1970	1	1	8	2	2	2
Nº12, mai/1971	1	1	10	2	2	1
Nº13, out/1971	1	1	6	2	3	0
Nº14, mai/1972	1	0	6	4	3	2
Nº15, out/1972	1	1	6	2	3	1
Nº16, mai/1973	1	0	5	2	3	1
Nº17, out/1973	1	1	7	2	2	1
Nº18, mai/1974	1	0	7	2	1	1
Nº19, out/1974	1	1	7	2	1	1
Nº20, mai/1975	1	0	7	3	2	2
Nº21, out/1975	1	1	9	8	2	2
Nº22, mai/1976	1	1	7	2	1	1
Nº23, out/1976	1	0	6	2	1	1
Nº24, mai/1977	1	0	5	0	2	1
Nº25, out/1977	1	1	7	0	2	0
Nº26, mai/1978	1	1	5	0	2	2
Nº27, out/1978	1	1	5	1	2	1
Total geral	22	16	152	47	49	27

Elaborado por Elisabete Cruvello

Fonte: CBCISS

Concernente à seção de comunicações, é necessário explicar que na década de 1970 a divulgação de congressos, livros e pesquisas, sem o emprego dos meios eletrônicos do século XXI, possibilitou uma visibilidade ao CBCISS perante uma área de estudo em consolidação: o Serviço Social. Nesta linha, em 1977 ocorreu a inauguração do Centro de Documentação do

CBCISS integrado a sua biblioteca. Um trecho da Revista Debates Sociais nº 24 reproduziu a relevância dessa inauguração:

O CBCISS não só tornou acessível aos estudiosos do campo de bem estar social material bibliográfico inexistente no Brasil, através de suas traduções, como atento para o fato de que o Serviço Social também elabora o seu próprio saber, incentivou o surgimento de trabalhos que representam experiências brasileiras, despertando nos nossos assistentes sociais uma consciência crítica, com o que constituiu-se num sistema aberto para receber a contribuição de outras áreas da Ciência Social, onde o Serviço Social busca o seu embasamento e elabora o seu próprio conhecimento (CBCISS, 1977, p. 57).

De 1968-1978, a Coleção Temas Sociais editou cento e quarenta e um números, sendo que sua primeira publicação ocorreu em 1968. Foram examinados treze números, detalhados neste capítulo. De acordo com o site institucional do CBCISS, as duas publicações destacam:

Debates Sociais – a partir de 1965 passa a ser editada semestralmente, como instrumento de divulgação do material acadêmico e/ou científico produzido no Brasil e no exterior, por Assistentes Sociais e profissionais da área de Ciências Sociais.
Coleção Temas Sociais *Caderno da Serie Verde* a partir de 1968 com o objetivo de publicar trabalhos de autores e tradução de experiências e estudos sobre temáticas específicas, bem como textos de seminários, semana de estudo e Conferência (CBCISS, 2013).

Do meu ponto de vista, a Revista Debates Sociais se diferencia da Coleção Temas Sociais, uma vez que a primeira procura elaborar um balanço ou um estado da arte da área do Serviço Social e das Ciências Sociais, revelando uma característica particular do CBCISS da década de 1970: constituir-se um polo de referência a respeito da produção vinculada ao bem estar social no mundo e no País. Em contrapartida, a Coleção Temas Sociais continha um único artigo aprofundado, por vezes, dois artigos afins sobre uma determinada temática, constituindo um informe mais técnico.

A fim de examinar as afinidades entre os conteúdos da Revista em tela às demandas da conjuntura internacional, quatro temas de agenda já explicitados no capítulo três serviram de indicadores para captar as aproximações entre CBCISS e ONU:

- I. Desarmamento;
- II. Questão da Palestina;
- III. Desenvolvimento social atrelado ao econômico;
- IV. Emancipação dos direitos humanos.

Cabe realçar que as discussões concernentes ao novo papel do Serviço Social como gestor do desenvolvimento social e sua metodologia voltada ao planejamento e ao emprego de estratégias ditas científicas foram compreendidas no tema de agenda III – desenvolvimento social atrelado ao econômico.

Convém observar que várias matérias analisadas poderiam ser inseridas nas quatro categorias; porém, buscou-se examinar o seu conteúdo basilar, ou seja: por vezes, argumentos afins apareciam como contexto e não como o foco predominante do artigo. A título de ilustração, críticas ao gasto com o armamento por parte dos países desenvolvidos apareceram nos artigos como um argumento para justificar o subdesenvolvimento, já que o investimento na política armamentista foi alvo de contundentes censuras dos países do Terceiro Mundo. Desarmamento e questão da Palestina serviram por vezes como contexto, todavia não como cerne da matéria analisada.

A seguir, a tabela sete reflete a ausência de matérias sobre os temas de agenda I e II, ressaltando o volume de matérias sobre os temas de agenda III e IV:

Tabela 7. Percentual de temas de agenda em relação ao total das revistas analisadas

TEMAS DE AGENDA	EDITORIAIS	%	ARTIGOS	%	COMUNICAÇÕES	%
I. Desarmamento			1	0,66		
II. Questão da Palestina						
III. Desenvolvimento Social atrelado ao Econômico	12	54,54	35	23,03	22	44,9
IV. Emancipação dos Direitos Humanos	4	18,18	11	7,4	5	10,2
TOTAL ANALISADO (TA)	16	72,72	47	31,09	27	55,1
TOTAL GERAL DA REVISTA	22	100	152	100	49	100

Elaborado por Elisabete Cruvello

Fonte: CBCISS

Levando em conta a proposta de categorização dos vinte e dois exemplares de Debates Sociais, convém detalhar as aproximações entre as matérias selecionadas em cada revista, os temas de agenda que ganharam destaque nessas publicações, bem como os conteúdos discursivos que traduziram as principais recomendações aprovadas nas Conferências Mundiais da ONU.

É importante esclarecer que logo após a apresentação do quadro analítico sobre as matérias, comentários foram sistematizados concernentes ao quadro. Das publicações de número seis e sete de 1968 foram extraídas as seguintes matérias:

Quadro 29. Análise das matérias de Debates Sociais de 1968:

1968									
N°	Categorização				Título	E	A	C	Autoria
	I	II	III	IV					
Mai nº6			•		Aniversário da promulgação do Rerum Novarum (15/05) Relevância do artigo do Dr. Pusic	•			CBCISS
			•		Serviço Social no Mundo		•		Eugenio Pusic
			•		A Reforma do Ensino e da Profissão de Serviço Social		•		José Lucena Dantas
				•	Realidade, opções e lutas em Serviço Social (Post-Scriptum ao Documento de Araxá)		•		Érica Roth
			•		Programas Comuns em Administração de Programas de Serviço Social		•		Marília D. Carneiro et alli
Out nº7				•	20º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem da ONU	•			CBCISS
				•	Declaração da ONU - Direitos Humanos		•		ONU
			•		Planejamento Familiar		•		Moacyr V. Cardoso de Oliveira
				•	XIV Conferência do ICWS – Helsinki			•	CBCISS

Elaborado por Elisabete Cruvello

Fonte: CBCISS

Legenda:

- I. Desarmamento II. Questão da Palestina III. Desenvolvimento Social atrelado ao Econômico IV. Emancipação dos Direitos Humanos
E. Editorial A. Artigo C. Comunicação

As matérias selecionadas indicam duas ênfases articuladas: a primeira relacionada às resoluções aprovadas na Conferência de Ministros de Bem Estar Social (1968) exemplificadas pelo artigo de Pusic e as comunicações organizadas pelo CBCISS. O conteúdo discursivo relevante da Segunda Década para o Desenvolvimento da ONU, bem como do planejamento familiar indicam aplicação dos princípios esposados internacionalmente à realidade brasileira.

A avaliação acerca do Seminário de Araxá de Érica Roth expressa o esforço do CBCISS na superação de práticas convencionais no Serviço Social.

O quadro a seguir reflete as matérias publicadas em 1969:

Quadro 30. Análise das matérias de Debates Sociais de 1969

1969									
N°	Categorização				Título	E	A	C	Autoria

	I	II	III	IV					
Mai nº8			•		Declaração das ONGs, ressaltando o ICWS, sobre a necessidade incorporação dos fatores sociais aos planos de desenvolvimento da 2ª Década da ONU	•		CBCISS	
				•	Valores Sociais e sua Universalidade		•	Gunnar Myrdall	
			•		Bem Estar Social e Planejamento Familiar		•	Vera Drummond	
				•	Sumário das Conferências e Comunicações do ICWS – Helsinki, Finlândia, agosto de 1968.			•	CBCISS
Out nº9			•		Críticas à concepção de desenvolvimento como crescimento	•		CBCISS	
			•		Planejamento Social – Desafios e esboço de respostas		•	Luiz Carlos Mancini	
			•		Conceito de Desenvolvimento		•	Oswaldo Sunkel	
			•		Desafio da 2ª Década do Desenvolvimento da ONU		•	Inga Thorsson	
			•		Novas estratégias para o desenvolvimento social			•	CBCISS
			•		ONU – Treinamento de Pessoal de Bem Estar Social			•	CBCISS
			•		Serviço Social em Araxá – Metodologia do Serviço Social			•	CBCISS

Elaborado por Elisabete Cruvello
Fonte: CBCISS

Legenda:

I. Desarmamento II. Questão da Palestina III. Desenvolvimento Social atrelado ao Econômico IV. Emancipação dos Direitos Humanos
E. Editorial A. Artigo C. Comunicação

A relevância da Segunda Década do Desenvolvimento da ONU foi a tônica dos artigos de Inga Thorson e de Gunnar Myrdall. Ademais, trataram nos artigos de problemas do cenário internacional como descolonização, urbanização acelerada, forte industrialização, investimentos das potências em armamento e tecnologia, disparidades de bem estar social entre os países do norte X sul, crescimento populacional nos países em desenvolvimento. A Segunda Década do Desenvolvimento foi entendida como uma promessa messiânica, em virtude de propor a construção de uma nova ordem mundial.

Os artigos dos autores brasileiros examinados enfatizaram a relevância do fator humano, tanto em termos da capacitação dos assistentes sociais e do pessoal encarregado do bem estar social, como também a participação da população, via a estratégia de Desenvolvimento da Comunidade. Neste sentido, esses artigos procuraram aproximar o discurso da ONU aos problemas brasileiros.

A seguir, as matérias escolhidas de 1970:

Quadro 31. Análise das matérias de Debates Sociais de 1970

1970									
N°	Categorização				Título	E	A	C	Autoria
	I	II	III	IV					
Mai nº 10			•		Relevância do aperfeiçoamento profissional do assistente social	•			CBCISS
			•		Metodologia científica do Serviço Social		•		V. Paula Faleiros
			•		Araxá II (Teresópolis I)			•	CBCISS
			•		XV Conferência do ICWS – Filipinas			•	CBCISS
Out nº 11			•		1970 - Ano Internacional da Educação, ressaltando os vínculos entre desenvolvimento e educação.	•			CBCISS
			•		Respostas do Bem-Estar Social às exigências do desenvolvimento		•		Helena Junqueira
			•		O papel dos serviços sociais no desenvolvimento internacional		•		Eugene Pusic
			•		Teorização do Serviço Social – Estudo de sua Metodologia			•	CBCISS
			•		XV Conferência Internacional de Serviços Sociais – Manila – 1970			•	CBCISS

Elaborado por Elisabete Cruvello
Fonte: CBCISS

Legenda:

I. Desarmamento II. Questão da Palestina III. Desenvolvimento Social atrelado ao Econômico IV. Emancipação dos Direitos Humanos
E. Editorial A. Artigo C. Comunicação.

Primeiramente, convém destacar dois artigos alinhados à perspectiva onusiana: os de autoria de Helena Junqueira e Eugene Pusic. O conceito de necessidades básicas e a redescoberta da pobreza pelos países avançados foram retratados por Junqueira. Uma reflexão acerca do papel do Serviço Social para o desenvolvimento se constituiu o mote do artigo de Pusic. Em consonância ao conteúdo discursivo da relevância da Segunda Década para o Desenvolvimento, o editorial e comunicações traduziram a articulação do CBCISS ao ideário de bem estar social em circulação nas Conferências da ONU.

O artigo de Faleiros se vincula ao movimento internacional e nacional de profissionalização do Serviço Social. Os comentários acerca das matérias de 1971:

Quadro 32. Análise das matérias de Debates 1971

1971									
N°	Categorização				Título	E	A	C	Autoria
	I	II	III	IV					
Mai		•		•	1971 – Ano de Combate à discriminação racial pela ONU	•			CBCISS

nº 12		•		Marginalização social		•		Mª Lúcia C. da Silva
		•		Serviço Social, 25 anos		•		Mª das Dores Costa
		•		XVI Conferência Internacional de Serviço Social – Haia, 1972 Recomendações da 1ª Conferência de Ministros responsáveis pelo Bem Estar Social			•	CBCISS
Out nº 13		•		Dia da ONU e Relevância da Estratégia de Desenvolvimento	•			CBCISS
		•		Desenvolvimento da Comunidade e planejamento local integrado		•		Mª Lucia C. Silva
		•		O trabalho social como mecanismo de aceleração da mudança social		•		Ellen Hill

Elaborado por Elisabete Cruvello
Fonte: CBCISS

Legenda:

I. Desarmamento II. Questão da Palestina III. Desenvolvimento Social atrelado ao Econômico IV. Emancipação dos Direitos Humanos
E. Editorial A. Artigo C. Comunicação

Os dois artigos de Maria Lucia de Carvalho enfocaram conceitos fundamentais na década de 1970: o pobre compreendido como marginalizado e o Desenvolvimento da Comunidade para estimular a participação e conscientização. Assim também, seus artigos priorizaram os resultados da Conferência de Bem Estar Social (1968) e em certa medida a expansão dos direitos sociais como conteúdo discursivo transversal.

O texto de Ellen Hill se coaduna com o conteúdo discursivo da Segunda Década do Desenvolvimento, qualificando os problemas sociais dos países do Terceiro Mundo desta forma: [...] “à parte o da escassez de recursos materiais em quase todos eles, dependem, principalmente, da falta de pessoal qualificado e capaz de adaptar as técnicas sociais adquiridas nas sociedades mais avançadas à uma situação completamente diversa” (1971, p. 24).

Por outro lado, o artigo de Maria das Dores Costa explicou as origens do Serviço Social de modo peculiar: não foi uma apropriação do discurso da ONU, porém defendia a profissionalização do Serviço Social.

Na sequência, o exame das matérias de 1972:

Quadro 33. Análise das matérias de Debates Sociais de 1972

1972									
Nº	Categorização				Título	E	A	C	Autoria
	I	II	III	IV					
Mai nº		•		•	Diferenças culturais e a filosofia do serviço social		•		Gisela Konopka

14			•	Determinação do objeto do Serviço Social e os problemas que coloca		•	Nadir G. Kfourri
			•	Inserção dos aspectos sociais nas decisões do planejamento		•	Alfredo B. da Costa
			•	As profissões sociais – Novas perspectivas		•	S. Crapuchet
			•	O que é I.F.S.N.C.?		•	CBCISS
			•	XVI Congresso do ICWS – Elaboração e Implementação de uma Política Social em Condições de Rápida Mudança, Haia, 1972		•	CBCISS
Out nº 15			•	Estratégia Internacional para o Desenvolvimento da 2ª Década da ONU		•	CBCISS
			•	Primeira abordagem da metodologia do Serviço Social Reconceituado.		•	Natalio Kisnerman
			•	A Declaração Universal dos Direitos do Homem e o direito de participar do desenvolvimento		•	André Franco Montoro
			•	2º Curso por correspondência sobre os aspectos sociais do planejamento – DAS/ONU Documento de Teresópolis – (de Herman Kruse)		•	CBCISS

Elaborado por Elisabete Cruvello
Fonte: CBCISS

Legenda:

I. Desarmamento II. Questão da Palestina III. Desenvolvimento Social atrelado ao Econômico IV. Emancipação dos Direitos Humanos
E. Editorial A. Artigo C. Comunicação

Gisela Konopka mostra a importância da diversidade entre os seres humanos, ressaltando: “As tensões sociais em todo o mundo aumentam porque uma nação, uma raça, uma religião ou uma ideologia julgam que seu sistema de vida é o único aceitável” (1972, p. 12). Este é o cerne do artigo, não obstante aplicar este princípio ao campo do Serviço Social. Dessa forma, vincula-se à questão dos direitos humanos, conteúdo discursivo de nº 4 – crítica à discriminação racial, ao racismo, ao apartheid e ao nazismo.

Assim também, os artigos de Kfourri, Kisnerman e Montoro dizem respeito à questão da emancipação dos direitos humanos, enfatizando a importância dos valores que perpassam as ações dos homens, vistos sob um enfoque político e não técnico. Partindo da Carta Universal dos Direitos do Homem de 1948, Montoro (1972) defende o direito do homem de participar do processo de desenvolvimento no sentido lato, e, não apenas econômico.

Kisnerman aborda o movimento de Reconceituação do Serviço Social em curso naquela época, delimitando o novo enfoque do Serviço Social:

O Assistente Social tradicional atuava **sobre** a situação do cliente isolado do contexto social, mudando as coisas na referida situação, considerando o trabalho precedente, quer dizer, fazendo uma retrospectiva ou realizando aquilo que seus colegas faziam em situações semelhantes, isto é operava por analogia. A metodologia única exige do Assistente Social que trabalhe com o cliente **na** situação, transformando-a. Exige que seja criador e que se antecipe à situação problema, atacando as causas do subdesenvolvimento, origem daquela situação,

mediante ações eminentemente educadoras, principalmente aquelas que envolvam seu compromisso com o homem (1972, p. 37, grifos do autor).

As matérias de Crachupet e Costa se referem ao conteúdo discursivo da relevância da Segunda Década do Desenvolvimento, sublinhando as vantagens do planejamento ao processo de tomada de decisão e à formação de formuladores e gestores para as políticas sociais.

A seção denominada “Comunicação” da revista Debates Sociais nº 15 (outubro de 1972) contém uma avaliação do uruguaio Herman Kruse acerca do Documento de Teresópolis do 2º Seminário de Teorização do Serviço Social em 1970. Na apreciação crítica de Kruse,

[...] Araxá é um documento para ler e depois discutir; Teresópolis é um documento para analisar e depois confrontar com a atividade profissional quotidiana. [...] Assim como iniciamos este comentário comparando o ‘Documento de Teresópolis’ com o ‘Documento de Araxá’, poderíamos terminá-lo comparando este produto típico do Serviço Social brasileiro com a produção dos países de língua espanhola do continente. Chama-nos a atenção, em primeiro lugar, a ausência total de alusões ao problema ideológico, tema imensamente debatido no resto da América Latina; em segundo lugar, é curioso constatar como os autores brasileiros se mostram totalmente em dia com a literatura americana, e quase não citam seus colegas hispano-americanos (1972, p. 74).

A imbricada conexão da produção internacional para a produção nacional ficou notória na avaliação de Kruse, orientando os indícios nesta análise acerca da revista Debates Sociais.

As matérias de 1973 foram estas:

Quadro 34. Análise das matérias de Debates Sociais de 1973

1973									
Nº	Categorização				Título	E	A	C	Autoria
	I	II	III	IV					
Mai nº 16		•			Serviço Social como profissão		•		Gisela Konopka
			•		Desenvolvimento da comunidade uma abordagem global do processo		•		Margarida . Figueiredo
				•	OXFAM e casas instantâneas para situações de calamidade – LIGADO À OXFAM			•	CBCISS
Out nº 17			•		Declínio da Ideologia do Crescimento	•			CBCISS
				•	A Política Social nos Documentos da XVI Conferência de Bem-Estar Social		•		Helena Junqueira
			•		Conceito de desenvolvimento e subdesenvolvimento		•		Joost Kuitenbrow
			•		Projeto para o desenvolvimento internacional de mão de obra qualificada em serviço social para o planejamento familiar		•		CBCISS

Elaborado por Elisabete Cruvello
Fonte: CBCISS

Legenda:

I. Desarmamento	II. Questão da Palestina	III. Desenvolvimento Social atrelado ao Econômico	IV. Emancipação dos Direitos Humanos
E. Editorial	A. Artigo	C. Comunicação	

Os artigos selecionados foram entendidos à luz do conteúdo discursivo de nº 5 - Segunda Década do Desenvolvimento, uma vez que discutem conceitos como: desenvolvimento X subdesenvolvimento; modernização X marginalização; crescimento econômico X desenvolvimento social; planejamento X racionalidade assistencialista; participação X caridade.

Convém salientar que o artigo de Junqueira foi interpretado à luz do conteúdo discursivo de nº 6 – expansão dos direitos sociais e da justiça social ligados ao desenvolvimento econômico. Em um tom crítico sobre as disparidades na distribuição da riqueza, Junqueira aponta que “[...] enquanto a renda média dos países desenvolvidos gira hoje em torno de 2.400 dólares, os dados comparáveis para os países em desenvolvimento são de 180 dólares. Torna-se evidente uma grave e crescente má distribuição da riqueza e da renda no mundo” (1973, p. 7).

A seguir, a discussão das matérias de 1974:

Quadro 35. Análise das matérias de Debates Sociais de 1974

1974									
Nº	Categorização				Título	E	A	C	Autoria
	I	II	III	IV					
Mai nº 18			•		O papel atual e a responsabilidade da profissão do assistente social		•		Johannes W. Gerima
				•	Conceituação do Serviço Social		•		Marta Ezcurra
			•		“Declaração sobre Desenvolvimento Social” da ECAFE, 1972			•	CBCISS
Out nº 19			•		1974 – “Ano Internacional da População pela ONU”.	•			CBCISS
			•		O mundo discute a explosão demográfica		•		Marçal Versiani
			•		Diferenciação dos serviços sociais em uma rápida mudança		•		Eugen Pusic
			•		Reunião na ONU de um grupo de técnicos em política e planejamento de Bem-Estar Social, 1973			•	CBCISS

Elaborado por Elisabete Cruvello
Fonte: CBCISS

Legenda:

I. Desarmamento	II. Questão da Palestina	III. Desenvolvimento Social atrelado ao Econômico	IV. Emancipação dos Direitos Humanos
E. Editorial	A. Artigo	C. Comunicação	

O artigo de Ezcurra foi categorizado no conteúdo discursivo de nº 6 - expansão dos direitos sociais e da justiça social ligados ao desenvolvimento econômico, uma vez que aponta criticamente dois conceitos centrais: necessidades básicas e marginalidade. Ademais, sua análise sobre o cenário internacional, essencialmente no que diz respeito à distribuição de renda perversa entre países desenvolvidos e em desenvolvimento sugeriu a aproximação do seu artigo ao tema de agenda – emancipação dos direitos do homem.

Cabe frisar a pertinente análise de Versiani sobre a explosão demográfica no mundo e qualidade de vida no sentido de concebê-la em seu enfoque político, ressaltando a lógica intrincada acerca da construção de padrões ideais: “Mas a não ser de maneira indireta, ou sob forma de acusação violenta, ninguém perguntou aos delegados dos países desenvolvidos se seu tipo de desenvolvimento é o ideal a que devam tender todos os países” (VERSIANI, 1974, p. 8).

O próximo quadro apresenta as matérias de 1975:

Quadro 36. Análise das matérias de Debates Sociais de 1975

1975									
Nº	Categorização				Título	E	A	C	Autoria
	I	II	III	IV					
Mai nº 20			•		Uma filosofia latino-americana de Serviço Social		•		Ellya Carola C. de Ruza
			•		Centros Sociais discutidos em Nairobi		•		Adaptação pela Redação
				•	A luta contra a pobreza		•		Conselho da Comunidade Europeia/ ICWS
				•	“Conferência Mundial da Mulher da ONU, 1975”.			•	CBCISS
				•	Repelido o estudo sobre as consequências do desequilíbrio mundial - New York Times, 18/10/1974.			•	CBCISS
Out nº 21			•		Sobre o “Ano Internacional da Mulher” e os esforços da ONU	•			CBCISS
			•		Estratégia para amanhã – Relatório Pestel-Mesarovic		•		Clube de Roma
			•		O plano contra a fome		•		Gérard Bonnot
			•		Serviço Social e política do desenvolvimento		•		Potyara A. Pereira e M ^a Silvia C. Peralva
			•		O homem e a sociedade moderna		•		Peter Kluenstler
			•		O movimento de reconceitualização		•		Anna Augusta de Almeida
			•		Política de Bem-Estar Social		•		Rui Nogueira Martins

			•	Antes dos indicadores, os padrões		•	R.A. Amaral Vieira
			•	Padrões de Bem Estar Social como indicadores de mudança social		•	Sugata Dasguta
			•	Relações das teses e dissertações defendidas – Mestres e Doutores em Serviço Social		•	CBCISS
			•	XVIIIª Conferência Internacional de Serviços Sociais – Tema: Luta por igualdade de oportunidades – Estratégia de ação específica dos Serviços Sociais		•	CBCISS

Elaborado por Elisabete Cruvello
Fonte: CBCISS

Legenda:

I. Desarmamento II. Questão da Palestina III. Desenvolvimento Social atrelado ao Econômico IV. Emancipação dos Direitos Humanos
E. Editorial A. Artigo C. Comunicação

Em sua maioria, os artigos publicados nos volumes de 1975 foram escolhidos vinculando-os ao tema de agenda do desenvolvimento social atrelado ao econômico. Apenas três matérias se encontram categorizadas no tema de agenda emancipação dos direitos humanos, sendo interpretadas à luz do conteúdo discursivo de nº 6 - expansão dos direitos sociais e da justiça social.

O artigo do Conselho da Comunidade Europeia delinea uma visão crítica acerca da pobreza, sinalizando a existência de outra concepção de cunho técnico: “A pobreza não é somente falta de recursos materiais, como demonstra o relatório francês, é também uma falta de bens e serviços públicos, tais como: emprego, educação, cultura, poder político, prestígio social e consideração como pessoa humana” (1975, p. 56).

Adotando uma perspectiva crítica, as autoras Potyara e Peralva tecem considerações relevantes sobre a formulação da política social brasileira e o papel do serviço social para o Plano Nacional de Desenvolvimento do País.

Das publicações de 1976, foram estas elegidas:

Quadro 37. Análise das matérias de Debates Sociais de 1976

1976									
Nº	Categorização				Título	E	A	C	Autoria
	I	II	III	IV					
Mai nº 22			•		A contribuição do Serviço Social para o planejamento do desenvolvimento	•			CBCISS
			•		A fome no mundo		•		M. Amadou Mahtar M'Bow
			•		Desenvolvimento e participação		•		Zena Harman
			•		“18ª Conferência do ICWS – Esforços para obtenção da igualdade de oportunidades”, Porto Rico, 1976.			•	CBCISS

Out nº 23	•				Uma visão do mundo			•	Eugen Pusic
			•		Habitat - Congresso de Vancouver			•	Barbara Ward e J. .Macdonald
			•		1ª Conferência Internacional de Serviço Social em Porto Rico			•	CBCISS

Elaborado por Elisabete Cruvello
Fonte: CBCISS

Legenda:

I. Desarmamento II. Questão da Palestina III. Desenvolvimento Social atrelado ao Econômico IV. Emancipação dos Direitos Humanos
E. Editorial A. Artigo C. Comunicação

O único artigo abrangendo a questão do desarmamento foi de autoria de Eugen Pusic, criticando os recursos investidos na política armamentista versus a desigualdade no mundo nas décadas de 1960 e 1970. Discorrendo sobre a problemática, Pusic asseverou:

Dos quase 15 milhões de cientistas e engenheiros existentes na atualidade, uma quarta parte está dedicada a projetos de natureza militar. Quase dois trilhões de dólares foram gastos em armamentos na década 1960-1970; aproximadamente a metade dos custos das pesquisas e do desenvolvimento mundial é dispendida para aperfeiçoar os meios de destruição. Em 1974 havia 19 países com uma capacidade nuclear total de 72.800 megawatts incorporados a 170 reatores. Pode-se prever que, em 1980, apesar de todos os tratados de não-proliferação, haverá 28 países dispendo de um total de 393 reatores e capacidade de 270 mil megawatts (1976, p. 21-22).

Concernente ao tema de agenda desenvolvimento social atrelado ao econômico em um ponto de vista crítico, dois artigos merecem ser relevados: Zena Herman e M. Amadou Mathar M'Bow. Segundo dados coletados por M'Bow, de 1960 a 1970 a pobreza no mundo, especialmente nos países pobres, designa um problema coletivo ou uma questão mundial:

Outro exemplo não menos significativo: milhões de crianças do Terceiro Mundo estão ameaçadas de ficar cega por falta de vitamina A. Ora, segundo um dos relatórios oficiais das Nações Unidas à Conferência Mundial sobre Alimentação, 'se for necessário dar duas cápsulas de vitamina A a cada criança, o custo anual total de proteção de 100 milhões de crianças de um a cinco anos no mundo inteiro para evitar a xeroftalmia (doença dos olhos que pode levar à cegueira) se situaria em torno de três milhões de dólares.

É suficiente comparar esta soma com a despesa de alguns 300 bilhões de dólares dispendidos anualmente em armamento, ou bilhões de dólares gastos em publicidade comercial, para que surja o absurdo inumano da situação atual do mundo, que se caracteriza pelo abismo sempre crescente entre os países ricos e países pobres. É um problema cuja solução dirigirá o futuro da humanidade. De fato, não haverá paz real e duradoura enquanto essa solução não for encontrada, isto é, enquanto não for instaurada uma ordem econômica, social e política que repudiando toda servidão e toda exploração, estabeleça uma cooperação leal de todos os países em prol da justiça (1976, p. 35-36).

Condizente com essa perspectiva crítica, Herman analisa o binômio desenvolvimento e participação, salientando a dimensão iníqua do crescimento econômico. Em sua concepção,

Desenvolvimento é um termo relativo, sem uma definição única para todas as circunstâncias. Concretamente, o desenvolvimento não propiciou a igualdade de oportunidades, nem tão pouco eliminou a pobreza. Pelo contrário, aumentou o fosso entre ricos e pobres, tanto dentro de um determinado país como entre países. [...] Desenvolvimento Social é, sem dúvida, um conceito relativamente novo que, com o desenvolvimento econômico, assegura um processo mais equilibrado na melhoria da condição humana, enfatizando que o homem – o indivíduo – é ao mesmo tempo fim e instrumento para o desenvolvimento (HERMAN, 1976, p. 39).

Além disso, o autor sintetiza a proposta modernizadora do Serviço Social: “O assistente social deveria se capacitar para trabalhar com o político, com o legislador, com o economista e com o planejador, para defesa de seus clientes e ensinar-lhes seus direitos e privilégios legais” (1976, p. 43).

A seguir, a discussão sobre as matérias das revistas de 1977:

Quadro 38. Análise das matérias de Debates Sociais de 1977

1977									
Nº	Categorização				Título	E	A	C	Autoria
	I	II	III	IV					
Mai nº 24			•		“Inauguração do Centro de Documentação do CBCISS”			•	CBCISS
Out nº 25				•	“Consequências da pobreza”	•			CBCISS

Elaborado por Elisabete Cruvello
Fonte: CBCISS

Legenda:

I. Desarmamento II. Questão da Palestina III. Desenvolvimento Social atrelado ao Econômico IV. Emancipação dos Direitos Humanos
E. Editorial A. Artigo C. Comunicação

A abertura do Centro de Documentação do CBCISS em 1978 significou para o comitê editorial da revista uma oportunidade de consolidar mecanismos de intercâmbio, como se verifica nesta passagem: “Mas por que inaugurar o CBCISS um Centro de Documentação? Precisamente para melhor desempenhar suas funções de cooperação e de intercâmbio no terreno dos serviços sociais ao lado de seus já significativos encargos como Comitê Nacional do ICWS” (1977, p. 52).

Por fim, a explicitação das matérias de 1978:

Quadro 39. Análise das matérias de Debates Sociais de 1978

1978									
N°	Categorização				Título	E	A	C	Autoria
	I	II	III	IV					
Mai nº 26				•	“Qualidade de vida”	•			CBCISS
			•		“19ª Conferência do ICWS, Jerusalém, 1978 – O Bem-Estar Humano – Desafio para a ação social, econômica e política para a década de 80”.			•	CBCISS
			•		Sobre o futuro humano			•	CBCISS
Out nº 27			•		Comemoração de 50º do ICWS	•			CBCISS
			•		A Conferência Internacional de Serviço Social e o Serviço Social		•		Ana Augusta de Almeida
			•		Conferência Internacional em Serviços Sociais – Jerusalém, 1980			•	CBCISS

Elaborado por Elisabete Cruvello

Fonte: CBCISS

Legenda:

I. Desarmamento II. Questão da Palestina III. Desenvolvimento Social atrelado ao Econômico IV. Emancipação dos Direitos Humanos
 E. Editorial A. Artigo C. Comunicação

O artigo de Ana Augusta de Almeida, adotando uma narrativa sobre a trajetória do ICWS, lembra as conexões entre as Conferências do ICWS e a produção no campo do Serviço Social.

Em suma, as matérias examinadas na revista Debates Sociais revelam a interlocução entre CBCISS, ICWS, ECOSOC e ONU, levando em conta por um lado, os resultados das Conferências Mundiais das Nações Unidas de 1968-1978 e outros encontros. Por outro, esclarece o movimento de apropriação cultural do CBCISS relativo ao ideário de bem estar social formulado nas décadas de 1960 e 1970, sustentando o tema de agenda desenvolvimento social atrelado ao econômico.

Em relação à Coleção Temas Sociais foram publicados 141 números de 1968-1978, levando em conta a classificação preliminar do CBCISS em torno de descritores atinentes às palavras-chave do título ou do subtítulo. A lista do CBCISS contém vinte e dois descritores, servindo como ponto de partida. Porém foi necessário refinar esses descritores, atribuindo outra categorização, optando-se por aproximar alguns conteúdos e descritores, conforme revela a tabela oito:

Tabela 8. Categorização das matérias da Coleção Temas Sociais – 1968-1978

TEMA	ANO											TOTAL
	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	
I	4	5	1	4	2	4	9	1	4	2	4	40
II	1					1	4	1	2	1		10
III		1			3	1	2		1			8
IV	1	1	1	1	1	2			1	1		9
V		1	3			1					2	7
VI	1	1	1	2	1	1	1	5		1		14
VII	1			2	4	1		1				9
VIII	1				1	1					3	6
IX				1		1	1	1		2	1	7
X	2	4	1		2	1	4	3	4	1	2	24
XI										1		1
XII					1	1		1		2	1	6
Total	11	13	7	10	15	15	21	13	12	11	13	141

Elaborada por Elisabete Cruvello

Fonte: CBCISS

Legenda da Tabela 8

I. Serviço Social

III. Serviço Social de Grupo

V. Serviço Social Médico

VII. Supervisão e planejamento

IX. Sujeitos para assistência (idosos, crianças, adolescentes, família)

XI Serviço Social penitenciário

II. Serviço Social de Casos

IV. Serviço Social da Empresa e do Trabalho

VI. Desenvolvimento da Comunidade e participação

VIII. Serviço Social e áreas afins (Psicologia, Educação, Estatística, Ciências Sociais)

X. Desenvolvimento social, direitos humanos, política social e bem estar social

XII. Centros Sociais e voluntariado

A partir desta tabela, julga-se que a revista Temas Sociais popularizou o debate nacional, atentando mais precisamente as demandas relativas às práticas do Serviço Social, como os estudos de casos (tema - II), grupos (tema - III) e desenvolvimento da comunidade (tema - VI). O maior número de matérias dizia respeito à função do Serviço Social, bem como sua reconceituação (tema - I). As demais matérias complementavam a discussão relacionada às práticas e ao papel do Serviço Social. O tema X - desenvolvimento social, direitos humanos, política social e bem estar social - alude aos debates fomentados pela ONU e pelo

ICWS. O ano de 1974 apresenta o ápice em volume de matérias, talvez em razão da visibilidade do CBCISS no país.

Do meu ponto de vista, Temas Sociais se diferencia da revista Debates Sociais, pois a primeira veiculava matérias pertinentes ao campo do Serviço Social, enquanto a segunda procurava transmitir as recomendações aprovadas nas Conferências da ONU. Do total de cento e quarenta e um números de Temas Sociais, treze números foram examinados:

Quadro 40. Exemplares examinados da Coleção Temas Sociais

ANO	Nº	TÍTULO	CONTEÚDO E AUTOR
1968	6	Coleção de Documentos relativos à 1ª Conferência de Ministros de Bem Estar Social da ONU	Documento oficial do governo brasileiro à Conferência de Ministros de Bem Estar Social. Versão preliminar de Helena Junqueira. Autor: Brasil – Ministério do Trabalho e Previdência Social
1969	17	XIV Conferência Internacional de Serviço de Bem Estar Social e Direitos Humanos	Relatório do Grupo de Trabalho da Pré-Conferência – Tuusula – Finlândia – 5 a 11 de agosto de 1968. Autor: ICWS
1969	18	Bem Estar Social e Direitos Humanos	Relatório das Comissões – XIV Conferência Internacional de Serviço Social. Autor: ICWS
1970	31	Novas Estratégias para o Desenvolvimento Social – Papel dos Serviços Sociais	Relatório do CBCISS à XV CISS realizada em Manila, Filipinas. Situação do desenvolvimento no Brasil; Desenvolvimento Social; Papel do Serviço Social; Novas estratégias. Autor: ICWS
1971	41	Formação de pessoal para o Bem Estar Social	Relatório do Grupo Especial sobre Bem Estar Social do ECOCSOC. Apresenta os resultados e propostas relacionadas ao IV Estudo Internacional para Formação de Pessoal de Serviço Social. Ainda trata do Programa de Bem Estar Social das Nações Unidas e dos Serviços de prestação à família, à infância e à juventude. Autor: ECOSOC – Comissão de Estudos Sociais
1972	53	Participação da comunidade nos programas integrados de educação e assistência alimentar e escolar.	Exposição sobre o conceito de desenvolvimento da comunidade à luz de comentários das Nações Unidas e de analistas da América Latina. Autor: Maria Lucia de Carvalho da Silva
1973	57	A Formação do Pessoal de Serviço Social para sua participação na planificação do desenvolvimento	Trata-se de um relatório da reunião de experts em Genebra realizada em agosto de 1969. O Brasil foi representado por Maria Augusta de Luna Albano do CBCISS. Tônica do encontro: potencialidades do planejamento integrado decorrente da Conferência de Ministros de Bem Estar Social da ONU de 1968. Autor: ONU

1973	58	Elaboração e Implementação de uma Política Social em condições de rápida mudança	Relatório do CBCISS à XIV CISS, Haia, Holanda, 1972. Informes sobre a política social por regiões: América Latina e Caribe; América do Norte; Leste e Oeste da África; Ásia. Autor: CBCISS - Helena Junqueira
1974	80	Desenvolvimento e Participação no Brasil – implicações para o Bem Estar Social	Visão global do desenvolvimento no País; Filosofia brasileira de participação; Estruturas de participação; Participação local e regional no planejamento; Educação para participação no processo de desenvolvimento. Relatório do CBCISS ao ICWS para a 12ª Conferência. Autor: CBCISS
1975	98	Coletânea de textos sobre Indicadores sociais e Planejamento Social	Desenvolvimento de indicadores sociais e sua estrutura conceitual; Avaliação sistemática de projetos sociais da ONU. Autor: Bernard Cases; Elaine Carlisle; ONU
1976	116	Visão Internacional – Esforços para atingir a igualdade de oportunidade	Desigualdade de oportunidade: renda e sua distribuição; educação; mulher; velhice; grupos minoritários; incapacitados; áreas de subdesenvolvimento. Ações do bem estar social para promover a igualdade de oportunidade. Autor: Graft Johson
1977	121	Análise do Bem Estar no mundo	Apresentação do modelo teórico de Estes e Morgan (objetivo nacional; necessidades e recursos nacionais; forças políticas; fenômenos culturais). Autor: Richard Estes e John Morgan
1978	129	Bem Estar Social – O vício secreto	Análise comparativa sobre a marginalização e o sistema de proteção social sueco e americano. Autor: Gunnar Myrdall

Elaborado por Elisabete Cruvello
Fonte: CBCISS

A propósito, é necessário frisar que o tema de agenda desenvolvimento social atrelado ao econômico, bem como o conteúdo discursivo relevância da Segunda Década do Desenvolvimento fundamentaram os artigos selecionados. De modo recursivo, perpassa entre os artigos examinados a ressignificação do assistencialismo em planificação como a marca das décadas de 1960 e 1970. Do ponto de vista das Nações Unidas e outros interlocutores, a planificação se configurou na alternativa técnica para fomentar o desenvolvimento social atrelado ao econômico, instaurando uma “nova” ordem internacional e nacional.

No que diz respeito à organização de eventos científicos e sua divulgação, a figura do CBCISS está conectada aos Seminários de Teorização do Serviço Social (Araxá, 1967, Teorização do Serviço Social; Teresópolis, 1970, Metodologia do Serviço Social; Sumaré, 1978, Cientificidade do Serviço Social). Existe uma literatura abundante sobre o impacto desses encontros para o Serviço Social, compreendendo avaliações positivas e negativas. Os

resultados desses Seminários foram matérias recursivas na revista Debates Sociais em forma de artigos, comunicações e editoriais.

Do meu ponto de vista, os títulos dos três seminários sinalizam uma aproximação com a racionalidade tecnocrática defendida pelo desenvolvimento capitalista capitaneado pela ONU, ECOSOC, ICWS e outras organizações multilaterais: teorização; metodologia e cientificidade. Neste sentido, os Seminários parecem colocar em circulação a pauta da Conferência Internacional de Ministros de Bem Estar Social de 1968, ou seja: ênfase no planejamento e capacitação, bem como na elaboração de alternativas científicas para fundamentar a prática social. A tese principal decorrente deste processo de profissionalização consiste: Modernização produz progresso necessário ao desenvolvimento do país, por isso a relevância e investimento na profissionalização e na racionalidade científica.

Segundo Yazbek, Aguiar, Kameyana e outros analistas consultados, o Seminário de Araxá (1967) simboliza o início do movimento de Reconceituação no Serviço Social, que é encarado como um “desejo de superar o Serviço Social tradicional, que foi transplantado da Europa e dos Estados Unidos, e adequá-lo à realidade latino-americana. Realidade de um continente subdesenvolvido e dependente” (AGUIAR, 2011, p. 160). Na avaliação de Yazbek, “[..] no Brasil, o movimento em seus primeiros momentos, (em tempos de Ditadura Militar e de impossibilidade de contestação política) a priorizar um projeto tecnocrático/modernizador, do qual Araxá e Teresópolis são as melhores expressões” (2009, p. 6).

Em suma, o CBCISS na década de 1970 foi um espaço de encontro das propostas utópicas e de restauração, sobretudo, na transmissão do ideário de bem estar social internacional e nacional via suas duas revistas: Debates Sociais e Temas Sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utopia está lá no horizonte.
 Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos.
 Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos.
 Por mais que eu caminhe jamais alcançarei.
 Para que serve a utopia?
 Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.
 Eduardo Galeano

Apropriando-me das sábias palavras de Galeano acerca da construção de ideários utópicos, inicio as reflexões finais desta tese. A utopia serve para caminhar no ponto de vista de Galeano. Neste sentido, esta pesquisa se insere como um esforço de sistematizar narrativas acerca da concepção de bem estar dos anos de 1970 e, quem sabe, a partir dela, caminhar em direção ao horizonte para concepções de bem estar social no século XXI.

Trata-se de uma pesquisa histórica, que esposa três objetivos afins:

- I. Captar os contextos e os temas de agenda discutidos nas Conferências, bem como suas ressignificações que revelam as inflexões nas conjunturas internacional e nacional;
- II. Explicitar os principais conteúdos discursivos decorrentes dos textos produzidos no seio das Conferências sobre a mentalidade de bem estar social e as soluções messiânicas.
- III. Especificar as ações do CBCISS como uma instituição multiplicadora do ideário onusiano, como também, sua autonomia relativa no que diz respeito à apropriação cultural desta concepção de bem estar social veiculada.

Derivados da pesquisa realizada e dos objetivos propostos, três questões norteiam esta tese:

- I. Com que significados bem estar social e messianismo foram veiculados nas sete Conferências Mundiais das Nações Unidas de 1968 a 1978?
- II. Quais os temas da agenda internacional captados pela ONU e inseridos nos espaços de suas Conferências?
- III. Como o CBCISS incorpora e divulga o ideário onusiano relativo ao desenvolvimento e bem estar social, no contexto brasileiro?

As Conferências Mundiais da ONU de 1968-1978 foram compreendidas como um espaço de rituais, de relações de poder entre atores políticos assimétricos, de construção de respostas messiânicas aos temas da agenda internacional e de configuração de ideários sobre

bem estar social. Sete Conferências das Nações Unidas possibilitaram desconstruir as afinidades entre bem estar social e messianismo, bem como explicitar os significados do seu espaço: Bem Estar Social (1968); Direitos Humanos (1968); Meio Ambiente (1972); População (1974); Ano Internacional da Mulher (1975); Assentamentos Humanos (1976) e Combate ao Racismo, à Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância (1978).

Porém, se essas Conferências demonstram a conformação de uma mentalidade de bem estar social no cenário internacional, procurou-se compreender as aproximações entre as agendas internacional e nacional, a partir do CBCISS (Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social). ONU e CBCISS possuem agendas comuns em torno do conceito de bem estar social em seu sentido lato; todavia, a relação entre essas Organizações é mediada pelo ECOSOC e ICWS. A transversalidade perpassa essas quatro instituições, estabelecendo aproximações de projetos, concepções e respostas às demandas da sociedade mundial, regional e nacional.

Criada para fomentar uma nova ordem internacional no mundo pós Segunda Guerra, a ONU possui uma identidade emblemática em torno de seu duplo desígnio: preservar a segurança coletiva e promover o desenvolvimento econômico e social. Desde sua fundação, a ONU carrega acepções amplas de bem estar, conforme os valores colocados na Carta de São Francisco (1945), na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e outros tratados que balizam seu funcionamento e projetos.

No que tange às Conferências Mundiais da década de 1970, o termo bem estar social abarcou sentidos distintos, conciliando interesses e demandas entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Um primeiro significado diz respeito ao tema de agenda do desarmamento não apenas em torno de um mundo pacífico, mas especialmente como um pleito dos países pobres sobre o destino dos recursos financeiros para ampliar suas condições de desenvolvimento econômico e social.

Outro significado de bem estar social se refere à questão da Palestina, preconizando o retorno deste povo à sua terra sob o domínio de Israel. Na verdade, subjacente a este tema de agenda reside o direito de ser livre e contundentes críticas a todo e qualquer forma de opressão, discriminação e desigualdade.

Uma terceira acepção de bem estar social para ONU concerne ao tema de agenda emancipação dos direitos humanos, especialmente a expansão dos direitos sociais e a justiça social ligados ao desenvolvimento econômico. Neste tema, a cultura de bem estar social manifesta sua essência, extensão e profundidade.

Essência e extensão porque advogam a concretude da igualdade em termos de condições de trabalho, de educação, de saúde, de lazer para todos inseridos em um mundo desigual. Profundidade visto que no contexto da década de 1970 denunciou maus tratos, política do *apartheid*, racismo, formas de intolerância e de discriminação contra mulheres e diversos grupos. Essa mentalidade de bem estar social possibilitou a produção de declarações, recomendações, resoluções e tratados que, mesmo não sendo cumpridos por vários países, possuem legitimidade para construção de sociedades mais equitativas.

A quarta acepção de bem estar social em curso nos anos de 1960 e 1970 alude ao tema de agenda desenvolvimento social atrelado ao econômico. Em sua origem nos idos de 1970, os países do Terceiro Mundo em sua maioria e os países do Não Alinhados apontaram as mazelas da política de desenvolvimento dos países do norte e desenvolvidos. Dessa forma, teve uma gênese contestadora por parte deste grupo.

Assim também, o discurso do desenvolvimento foi adotado pelos países centrais com o sentido de dissuadir países e homens interessados no comunismo. Como decorrência das inflexões no sistema político e econômico internacional da época – flexibilização da Guerra Fria, busca por uma nova ordem mundial, diversidade de interesses e parceiros e a crise econômica – formaram a moldura para conversão de uma proposta crítica e política em uma proposta técnica.

Portanto, a acepção de bem estar social desdobrada do tema de agenda desenvolvimento social atrelado ao econômico ganhou uma roupagem estratégica para reorientar as crises do sistema liberal, responsabilizando os países pobres por seus fracassos em diversas áreas: destruição do meio ambiente, crescimento populacional, integração da mulher como força no processo de desenvolvimento, crescimento desordenado de cidades e favelas, e outros problemas.

A aposta em recomendações sobre planejamento familiar para conter a explosão demográfica nos países pobres, participação da mulher no processo de desenvolvimento, técnicas eficazes para proteger o meio ambiente, entre outras, consistiram em paliativos que não enfrentaram as desigualdades inerentes ao sistema liberal.

A Segunda Década do Desenvolvimento da ONU iniciada em 1970 se constitui uma promessa sutil no que diz respeito à elaboração de projetos voltados ao desenvolvimento econômico e social. Um instrumento preconizado para a solução dos impasses e exclusões do capitalismo foi a ênfase dada ao planejamento, especialmente do desenvolvimento.

Nesta acepção de que o CBCISS como uma organização nacional, contudo vinculada institucionalmente ao ICWS, apropriou-se do conteúdo discursivo relativo às expectativas e

esperanças da Segunda Década do Desenvolvimento. Dessa forma, planejamento representou a bandeira que possibilitaria a produção do desenvolvimento econômico e de bem estar social.

Cabe dizer que se o tema de agenda da emancipação dos direitos humanos enfoca a expansão dos direitos sociais e da justiça social compreendidos como posse da cidadania, o tema de agenda desenvolvimento social atrelado ao econômico abrange a defesa da Segunda Década do Desenvolvimento como um arranjo que contempla assistencialismo, parceria entre público e privado e investimento na racionalidade técnica.

No contexto brasileiro, o CBCISS constituiu um interlocutor e replicador da concepção de bem estar social conformada nas Conferências da ONU a partir de suas publicações, Debates Sociais e Temas Sociais. Difundiu a mentalidade de bem estar social aliada ao desenvolvimento social integrado ao econômico e se apropriou culturalmente de uma dimensão da cultura de bem estar onusiana. Confere-se que as revistas analisadas do CBCISS esposam essencialmente as matérias relativas à profissionalização do Serviço Social e as vantagens do planejamento como resposta urgente às vicissitudes do desenvolvimento econômico e social brasileiro.

As revistas do CBCISS – Debates Sociais e Temas Sociais – dentro do escopo de cada uma, transmitiram conteúdos relacionados ao combate à marginalização, visto que o pobre foi concebido como marginalizado; fazer do Brasil uma potência inserida no sistema internacional e o novo papel do Serviço Social para colaborar no processo de elaboração, implementação e gestão dos Planos de Desenvolvimento Nacional.

Uma temática ausente nas Conferências Mundiais da ONU e nas revistas do CBCISS foi o Regime Militar na América Latina, bem como as manifestações sociais decorrentes do modelo político implantado nos anos de 1960 e 1970. Assim também, não percebi matérias de cunho crítico marxista e linhas afins. Isto não significa dizer que a ONU e o CBCISS foram organizações neutras, pelo contrário: no bojo delas reside o messianismo.

Segundo Michel Löwy, messianismo possui uma origem religiosa, mas em sua conotação política expressa uma dialética entre dois movimentos: utopia e restauração. Por utopia se compreende processos de transformação, enquanto restauração manifesta processos de conservação. O embate entre as correntes utópica e restauradora ocorrem na história dos homens, aproximando o encontro do novo e do velho em uma nova síntese dialética.

O messianismo se expressou na construção de ideários de bem estar social entre os atores políticos tanto nos temas de agenda internacional e nas respostas idealizadas como na apropriação cultural pelo CBCISS veiculada em suas revistas.

Em relação aos atores políticos nas Conferências, o messianismo foi revelado nas tensões em torno dos interesses e das demandas colocadas por cada Estado, o que na ONU representa mais de cem países. Os temas de agenda e as respostas produzidas apontam aos intentos de uma nova ordem mundial portadora de projetos de paz, justiça social e prosperidade.

Messianismo como um horizonte que abarca a utopia buscando mais justiça social e a implantação de uma cultura de bem estar social e a restauração dos valores mais caros ao processo de humanização: trabalho, saúde, educação, homem produzindo a sua cultura. Esta forma de messianismo e de bem estar social foi captada pelo CBCISS, a partir da diversidade de artigos de autores brasileiros e internacionais propagados nas revistas Debates Sociais e Temas Sociais.

Na verdade, messianismo e bem estar social sofreram metamorfoses ao longo da história. A conjuntura internacional depois da 2ª Guerra Mundial foi de bipolaridade, passando para coexistência pacífica, depois para *detente*, para nova Guerra Fria. Os atores políticos vivenciaram movimentos de libertação, descolonização, apresentando suas demandas para seu desenvolvimento econômico e social autônomo.

Por outro lado, os países centrais no tabuleiro das relações internacionais não desejaram perder espaço, preservando suas zonas de poder. Respostas universais moldando padrões à luz do modelo ocidental *versus* réplicas concernentes às visões dos países orientais e mulçumanos manifestam encontros entre messianismo e cultura de bem estar social.

No que diz respeito às aproximações entre as Conferências Mundiais da ONU ao processo de elaboração das políticas públicas, em especial das políticas sociais, esta tese buscou demonstrar que essas aproximações ocorrem em torno sistematização de ideários, concepções e projetos para cooperação internacional, na produção de documentos e de pesquisas, na sistematização de recomendações que circulam entre os países, ganhando vida na comunidade internacional.

O movimento de apropriação cultural do CBCISS em torno dos conteúdos discursivos da ONU exemplificados nesta tese oferece indícios das aproximações entre a agenda internacional e nacional, em um movimento de internacionalização dessas agendas.

Ainda, nesta reflexão cabe indagar: Que horizontes se abrem para a produção de utopias no século XXI a respeito da ONU e do CBCISS, das afinidades entre cultura de bem estar social e messianismo nas instituições protetoras?

Vale lembrar que, neste século, os temas de agenda se tornaram mais complexos, intrincados devido à diversidade de interesses, acirramento da exclusão social, descrédito da

ONU e do CBCISS como instituições protetoras, fortalecimento do capital financeiro globalizado, multiplicidade de atores conectados em redes por sofisticados sistemas de informação e outras características que configuram o sistema mundo atual.

O futuro será a dialética entre o presente e o passado, caminhando para o horizonte das utopias e da restauração de valores essenciais para concretizar nosso processo de humanização?

Referências

1. Obras citadas

AGUIAR, Antonio Geraldo de. *Serviço social e filosofia: das origens a Araxá*. São Paulo: Cortez, 2011.

ALMEIDA, Ana Augusta. A Conferência Internacional de Serviço Social e o serviço social. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 27, p. 5-12, out.1978.

ALTEMANI de OLIVEIRA, Henrique. *Política exterior brasileira*. São Paulo: Saraiva, 2005.

ALVES, José Augusto Lindgren. A agenda social da ONU contra a desrazão “pós-moderna”. *Rev. Bras.Ci. Soc.* V.11 N.30 São Paulo fev. 1996. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_30/rbcs30_08.htm> Acesso em: 10 de jan. 2012.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Formação do império americano; da guerra contra a Espanha à guerra contra o Iraque*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BARROSO, Carmem. As mulheres e as Nações Unidas: as linhagens do Plano Mundial de População. *Tempo Social*, Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 1(1): 183-197, 1. sem.1989.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BERTRAND, Maurice. *A ONU*. Petrópolis : Vozes, 1995.

BLACK, Maggie. *Naciones Unidas: ayuda o estorbo?* Barcelona: Intermón Oxfam Editorial, 2010.

BRASIL. Comissão Permanente de Direito Social do Ministério do Trabalho e Previdência Social. *Documento oficial do Governo Brasileiro à 1ª Conferência de Ministros de Bem Estar*

Social das Nações Unidas, New York, 3 a 12 de setembro de 1968. Rio de Janeiro: CBCISS, 1968. (Temas Sociais, 6).

BUBER, Martin. *O socialismo utópico*. São Paulo: Perspectiva, 1986.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CENTRO BRASILEIRO DE COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO DE SERVIÇOS SOCIAIS - CBCISS. Memória Documental. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 60, 2002.

_____. Comunicações. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 61-68, out., 1972.

_____. Comunicações. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 52-65, maio, 1977.

_____. Desenvolvimento de comunidades urbanas e rurais. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, 11., 1962. Petrópolis. *Anais...* Rio de Janeiro, 1962.

_____. Editorial. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 3, out., 1969.

CENTRO COLABORADOR DE LA ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD DE LA AGENCIA DE SALUD PÚBLICA DE CANADÁ. Documento informativo sobre las cumbres de la ONU. Disponível em: <http://ncdalliance.org/sites/default/files/resource_files/un_summit_guide%20spanish.pdf> Acesso em: 05 mai. 2012

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, vol.5, nº11, São Paulo, Jan/Abr. 1991, p. 2-12.

CHOMSKY, Noan. *O que o Tio Sam realmente quer*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

CONFORTI, Benedetto. *Derecho Internacional*. Buenos Aires: Zavalía, 1995.

CONSELHO DA COMUNIDADE EUROPÉIA e ICWS. A luta contra a pobreza. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 20, p. 55-58, maio 1975.

CORRÊA, Luiz Felipe Seixas. *O Brasil nas Nações Unidas: 1946-2006*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.

DRAIBE, Sonia Maria. Estado de Bem-Estar, Desenvolvimento Econômico e Cidadania: algumas lições da literatura contemporânea. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (orgs). *Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

FEHRENBACH, T.R. *O que há por trás da ONU*. Rio de Janeiro: Distribuidora Nacional de Livros (Dinal), 1967.

FOLADORI, Guillermo & TOMMASINO, Humberto. El concepto de desarrollo sustentable treinta años después. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, n.1, p. 41-56, jan./jun.2000.

FONSECA JÚNIOR, Gerson. *O interesse e a regra: ensaios sobre o multilateralismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

GALT, Tom. *As Nações Unidas: história, organização e funcionamento*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1966.

GARCIA, Eugênio Vargas. *O sexto membro permanente: o Brasil e a criação da ONU*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

_____. *O Brasil e a Liga das Nações (1919-1926)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

GÓES FILHO, Paulo de. *O Clube das Nações: a missão do Brasil na ONU e o mundo da diplomacia parlamentar*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política /UFRJ, 2003.

HARMAN, Zena. Desenvolvimento e participação. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 37-43, maio 1976.

HENDERSON, Julia. *Discurso: Las Naciones Unidas y progreso social en el mundo. 9º Congreso Mundial de la Union Catolica Internacional de Servicio Social*. Bruselas, Agosto de 1958, mimeo.

HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro. *Organizações internacionais: história e práticas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

HESSEL, Stéphane. *Indignai-vos!* São Paulo: Leya, 2011.

HILL, Ellen. O trabalho social como mecanismo de aceleração da mudança social. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 13, p. 19-24, out.1971.

HOCHMAN, Gilberto (Org). *Políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUNT, Lynt, *A invenção dos direitos humanos; uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

JUNQUEIRA, Helena Iracy. Respostas do bem-estar social às exigências do desenvolvimento. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 11, out.1970.

_____. A política social nos documentos da XVI Conferência de Bem-Estar Social. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 17, p. 5-11, out. 1973.

KAMEYAMA, Nobuko. Articulações da política social com o desenvolvimento econômico e o serviço social. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 43, p. 41-53, 2. sem. 1986.

KENNEDY, Paul. *O Parlamento do homem: história das Nações Unidas*. Lisboa: Edições 70, 2009.

KISENERMAN, Natalio. Primeira abordagem da metodologia do Serviço Social reconceituado. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 15, p.26-40, 2. sem. 1972.

KONOPKA, Gisela. Diferenças culturais e a filosofia do Serviço Social. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n.14, p. 5-12, 1. sem. 1972.

LÖWY, Michel. *Redenção e utopia: o judaísmo libertário na Europa Central; um estudo de afinidade eletiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *Romantismo e messianismo: ensaios sobre Lukács e Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 1990.

_____. Sobre o conceito de “afinidade eletiva” em Max Weber. Tradução de Lucas Amaral de Oliveira e Mariana Toledo Ferreira. *PLURAL*, São Paulo, v.17, n. 2, p.129-142, 2011.

MENY, Ives; THOENING, Jean-Claude. *Las políticas públicas*. Barcelona: Editorial Ariel, 1992.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Formação do Império Americano*. Da guerra contra a Espanha à guerra do Iraque. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

M'BOW, M. Amadou Mahtar. A fome no mundo. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 33-36, maio 1976.

NACIONES UNIDAS. *Actas de la Conferencia Internacional de Ministros Encargados de los Servicios de Bienestar Social*. Sede de las Naciones Unidas, Nueva York, 3-12 de septiembre de 1968. Nueva York: Departamento de Asuntos Económicos y Sociales, 1969. ST/SOA/89. E/CONF.55/12

_____. Conferencia de las Naciones Unidas sobre el Medio Ambiente. Estocolmo, 5 a 16 de junio de 1972. *Acta final*. Nueva York, 1973. A/CONF.48/14/Rev.1

_____. Conferencia de las Naciones Unidas sobre los Asentamientos Humanos. Vancouver, 31 de mayo a 11 de junio de 1976. *Informe de habitat*. Nueva York, 1977. A/CONF.70/15

_____. Conferencia Internacional de Derechos Humanos. Teherán, 22 de abril a 12 de mayo de 1968. *Acta final*. Nueva York, 1969. A/CONF.32/41.

_____. Conferencia Mundial del Año Internacional de la Mujer. México, D.F., 19 de junio a 2 de Julio de 1975. *Informe*. Nueva York, 1976. E/CONF.66/34

_____. Conferencia Mundial de la Población. *Informe resumido*. Belgrado, 30 de agosto-10 de septiembre de 1965. Nueva York, 1966, 2 v. E/CONF.41/2.

_____. Conferencia Mundial para Combatir el Racismo y la Discriminación Racial. Ginebra, 14 a 25 de agosto de 1978. *Informe*. Nueva York, 1979. A/CONF.92/40

_____. *Report of the United Nations World Population Conference*, Bucharest, 19-30 august, 1974. New York, 1974. E/CONF.60/19

_____. *Trabajos de la Conferencia Mundial de Población*. Roma, 31 de agosto – 10 de septiembre de 1954. Nueva York, 1954. E/CONF.13/412

_____. Formação de pessoal para o Bem Estar Social. Rio de Janeiro: CBCISS, 1994. (*Temas Sociais*, 41)

NAPOLEONI, Loretta. *Economia bandida: a nova realidade do capitalismo*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2011.

NAZARETH, J. Manuel. Análise crítica do Plano de Ação Mundial sobre a População. Lisboa: Análise Social, jun.1975. Disponível em:

<<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223913202W2mPX4gx0Lz97GC5.pdf>> Acesso em: 10 de jun. 2014.

NETTO, Jose Paulo. A dinâmica do bem-estar social no contexto da globalização: lições do passado, desafios para hoje e amanhã. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 69-70, p. 5-24. 2008.

ORTIZ, Isabel. *Política social: estratégias nacionales de desarrollo*; guías de orientación de políticas públicas. Nueva York: Naciones Unidas, Departamento de Asuntos Económicos y Sociales, 2007.

PINTO, Milton José. *Comunicação e Discurso: introdução à análise de discursos*. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

POLANYI, KARL. *A Grande Transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PUSIC, Eugene. Uma visão do mundo. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, nº. 23, p. 21-29, out.1976.

REYNOLDS, David. *Cúpulas: seis conferências que deram forma ao século XX*. Rio de Janeiro: Record, 2013.

RODRIGUES, Marta M. Assumpção. *Políticas Públicas*. São Paulo: Publifolha, 2010.

SÁ, Hernane Tavares de. *Nos bastidores da ONU*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Ed., 1967.

SANGLARD, Gisele. Laços de sociabilidade, filantropia e o Hospital do Câncer do Rio de Janeiro (1922-1936). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.17, supl.1, jul.2010, p.127-147.

SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). *História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização*. São Paulo: Saraiva, 2008.

SECCHI, Leonardo. *Políticas públicas; conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SENARCLENS, Pierre de. *La acción humanitaria ante las catástrofes*. Barcelona: Edicions Bellaterra; La Biblioteca del Ciudadano, 2000.

_____. *Crítica de la globalización*. Barcelona: Edicions Bellaterra; La Biblioteca 'del Ciudadano, 2004.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e et alli. *Configuração de um projeto profissional: as contribuições do CBCISS para o serviço social no Brasil*. Rio de Janeiro: CBCISS, 1994. (*Temas Sociais*, 241)

SILVEIRA, Elisabete Cristina Cruvello. *El rol de las Conferencias Internacionales de Educación de la OIE-UNESCO y las políticas educativas em los años 90*. Argentina: Flacso. Maestría en Ciencias Sociales – Políticas Educativas e Investigación para la Toma de Decisiones. 1998.

THORSSON, Inga. O desafio da segunda década do desenvolvimento. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 26-34, out.1969.

UNITED NATIONS. *Document Series Symbols*. 1946-1996. New York: Dag Hammarskjöld Library, 1996. ST/LIB/ERV.B/5/Rev.5

VERSIANI, Marçal. O mundo discute explosão demográfica. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 5-8, out.1974.

VELASCO, Manuel Diez de. *Las Organizaciones Internacionales*. Madrid: Editorial Tecnos, 1994.

VIANNA, Moog. *A ONU e os grandes problemas sociais do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

VIEIRA, Balbina Ottoni. *Serviço social: precursores e pioneiros*. Rio de Janeiro: Agir, 1984.
_____. *Historia do serviço social: contribuição para a construção de sua teoria*. Rio de Janeiro: Agir, 1985.

_____. *Serviço Social: visão internacional*. Rio de Janeiro: Agir, 1982.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O universalismo europeu; a retórica do poder*. São Paulo: Boitempo, 2007.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1999.

YAZBEK, Maria Carmelita. *Os fundamentos do serviço social na contemporaneidade*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Texto escrito para o Curso de Especialização Lato Sensu em Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais.

ZIEGLER, Jean. *Ódio ao ocidente*. São Paulo: Cortez, 2011.

2. Obras consultadas

ABREU, Estela dos Santos; TEIXEIRA, José Carlos Abreu. *Apresentação de Trabalhos Monográficos de Conclusão de Curso*. Niterói: EdUFF, 2012.

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. *Relações internacionais contemporâneas: a ordem mundial contemporânea depois da Guerra Fria*. Petrópolis: Vozes, 2005.

ALVES, José Augusto Lindgren. *Relações internacionais e temas sociais: a década das conferências*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2001.

_____. *Os direitos humanos como tema global*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

_____. A Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social e os paradoxos de Copenhague. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro, v. 40, n.1, p. 142-166, [1997].

AMMANN, Safira Bezerra. *Ideologia do desenvolvimento da comunidade no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1980.

ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DO PAN-PACIFIC E SUESTE ASIÁTICO et alli. Editorial. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 8, p. 3-4, maio, 1969.

ATTINÁ, Fulvio. *El sistema político global; introducción a las relaciones internacionales*. Barcelona: Paidós, 2001.

ALMEIDA, Ana Augusta de. O movimento de reconceptualização no Brasil. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 43-52, out. 1975.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *A segunda guerra fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos; das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

_____. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização; as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BONNOT, Gérard. O plano contra a fome. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, nº. 21, p. 15-20, out. 1975.

BOYD, Andrew. *Nações Unidas; devoção, mito e verdade*. Lisboa: Editora Ulisseia, 1962.

BRAILLARD, Philippe. *Teoria das relações internacionais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.

CARNEIRO, Marília Diniz et alli. Problemas comuns na administração de programas de serviço social. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 6, p. 51-60, maio 1968.

CENTRO BRASILEIRO DE COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO DE SERVIÇOS SOCIAIS - CBCISS. Bibliografia [resenhas]. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 73-76, out., 1972.

_____. Bibliografia [resenhas]. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 70-72, out., 1975.

_____. *Coletânea de textos sobre indicadores sociais e planejamento social*. Rio de Janeiro, 1975. (Temas Sociais, 98).

_____. Comunicações. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 61-72, maio, 1972.

_____. Comunicações. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n.16, p. 51-61, maio,1973.

_____. Comunicações. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 17, p. 55-60, out., 1973.

_____. Comunicações. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 18, p. 59-70, maio, 1974.

_____. Comunicações. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n.19, p. 59-62, out., 1974.

_____. Comunicações. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 20, p. 59-70, maio, 1975.

_____. Comunicações. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 61-69, out., 1975.

_____. Comunicações. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 64-67, maio, 1976.

_____. Comunicações. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 57-67, out., 1976.

_____. Comunicações. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 26, p. 59-65, maio, 1978.

_____. Comunicações. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 27, p. 47-53, out., 1978.

_____. *Desenvolvimento e participação no Brasil*; documento a ser apresentado à 17. Conferência Internacional de Serviços Sociais em Nairobi, Quênia, jul. 1974. Rio de Janeiro, 1974. (Temas Sociais, 80).

_____. Documentos e livros enviados ao CBCISS [resenhas]. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 10, p. 57-63, maio, 1970.

_____. Documento, revistas, boletins enviados ao CBCISS [resenhas]. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 11, p. 62-65, out., 1971.

_____. *Metodologia do serviço social: Documento de Teresópolis – 1970*. Rio de Janeiro: Agir, 1984.

_____. 1. Seminário de Teorização do Serviço Social, Araxá, 19 a 26 de março de 1967 - Documento de Araxá. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 7-95, maio 1967.

_____. 3. Seminário de Teorização do Serviço Social, Rio de Janeiro, 1980 - Documento de Sumaré. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, Suplemento n.8, p. 3-215, ago.1980.

_____. XIV Conferência Internacional de Bem-Estar Social, Helsinki, Finlândia, 1968. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 63-64, out., 1968.

_____. Editorial. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n.6, p. 1, maio, 1968.

_____. Editorial. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n.7, p. 3, out., 1968.

_____. Editorial. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 10, p. 3, maio, 1970.

_____. Editorial. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 11, p. 3, out., 1970.

_____. Editorial. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 12, p. 3, maio, 1971.

- _____. Editorial. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 13, p. 3, out., 1971.
- _____. Editorial. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 3, out., 1972.
- _____. Editorial. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n.17, p. 3-4, out., 1973.
- _____. Editorial. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 3, out., 1974.
- _____. Editorial. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 3, out., 1975.
- _____. Editorial. *Debates Sociais*. Rio de Janeiro, n. 22, p. 3, maio, 1976.
- _____. Editorial. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 3, maio, 1977.
- _____. Editorial. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 25, p. 3, out., 1977.
- _____. Editorial. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 26, p. 3, maio, 1978.
- _____. Internacionais: conferências, seminários e congressos. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 67-76, out., 1969.
- _____. Nacionais: seminários, encontros e grupos de estudo. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 77-79, out., 1969.
- _____. Seminários, encontros, congressos. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 10, p. 51-56, maio, 1970.
- _____. Seminários, encontros, congressos. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 11, p. 56-61, out., 1970.
- _____. Sumário das conferências e comunicações da Conferência Internacional de Serviço Social, Helsinki, Finlândia, ago., 1968. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 8, p. 59-64, maio, 1969.

CENTROS sociais discutidos em Nairobi. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 20, p. 38-43, maio 1975. [Adaptado pela Redação].

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, 14., 1968, Helsinque. *Bem estar e direitos humanos*; relatório do Grupo de Trabalho da Pré-Conferência – Tuusula – Finlândia. Rio de Janeiro: CBCISS, 1969. (Temas Sociais, 17).

_____. *Bem estar social e os direitos humanos*; relatório das Comissões. Rio de Janeiro: CBCISS, 1969. (Temas Sociais, 18).

_____. 15, 1970, Manila. *Novas estratégias para o desenvolvimento social: papel dos serviços sociais*. Rio de Janeiro: CBCISS, 1970. (Temas Sociais, 31).

_____. 16, 1972, Haia. *Elaboração e implementação de uma política social em condições de rápida mudança*; documentos selecionados, traduzidos e mimeografados. Rio de Janeiro: CBCISS, 1973. (Temas Sociais, 58).

_____. 18, 1976, San Juan – Puerto Rico. *Visão internacional: esforços para atingir a igualdade de oportunidade*. Documento produzido pelo Grupo de Trabalho da Pré-Conferência. Rio de Janeiro: CBCISS, 1976. (Temas Sociais, 116).

COMBLIN, Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE (CEPAL) e MINISTÈRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL (MPAS). *Projeto: A política social em tempo de crise: articulação institucional e descentralização*; avaliação das políticas sociais brasileiras. Brasília, 1989. v. III.

CONGRESSO DE VANCOUVER. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 41-47, out. 1976.

COSTA, Alfredo Bruto da. Inserção dos aspectos nas decisões de planejamento. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 39-49, maio 1972.

COSTA, Maria das Dores. Serviço social, 25 anos. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 12, p. 33-35, maio 1971.

COSTA, Suely Gomes. *Signos em transformação: a dialética de uma cultura profissional*. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. Introdução à metodologia – teoria do diagnóstico e da intervenção do Serviço Social. *Debates Sociais*. Rio de Janeiro, CBCISS, v. 6, supl. n. 4, nov. 1970.

CRAPUCHET, S. As profissões sociais; novas perspectivas. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 50-58, maio 1972.

DANTAS, José Lucena. A reforma do ensino e da profissão de serviço social. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n.6, p. 11-18, maio 1968.

DASGUPTA, Sugata. Padrões de bem-estar social como indicadores de mudança social. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 58-60, out.1975.

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SOCIAIS DA UNIÃO PAN-AMERICANA. *Organização e desenvolvimento da comunidade; trabalhos práticos*. São Paulo: Cultrix, 1970.

DIAS, Roberto Soares. *CBCISS: um espaço conquistado construindo o Serviço Social no Brasil*. Rio de Janeiro: CBCISS, 1991. (Temas Sociais, 233)

DRAIBE, Sonia. As políticas sociais do regime militar brasileiro: 1964-1984. In: SOARES, Glaucio Ary Dillon; D'ÁRAUJO, Maria Celina, (Org.). *21 anos de regime militar; balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994. p. 271-309.

DRUMOND, Vera. Bem-estar social e planejamento familiar. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 8, p. 43-46, maio 1969.

DURKHEIM, Emile. *As Formas Elementares da Vida Religiosa. O sistema totêmico na Austrália*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ESTES, Richard e MORGAN, John. Análise do Bem-Estar no mundo. Um modelo teórico. *Temas Sociais*, Rio de Janeiro, n.12, p.1-20, ano X, 1977.

EZCURRA, Marta. Conceituação do serviço social. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 18, p. 24-28, maio 1974.

FALEIROS, Vicente de Paula. Metodologia científica do Serviço Social. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 10, p. 5-10, maio 1970.

FERNANDES, Antonio José. *Relações Internacionais: factos, teorias e organizações*. Lisboa: Editorial Presença, 1991.

FIGUEIREDO, Margarida Andrade de. Desenvolvimento da comunidade: uma abordagem global do processo. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 16, p. 11-24, maio 1973.

GADET, F.; HAK, T. (orgs.) *Por uma análise automática do discurso*. Uma introdução à Obrad e Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

GEO: Global Environment Outlook 3. *Integración del medio ambiente y el desarrollo: 1972-2002*. Cap. 1, p.1-19, 2002. Disponível em: <<http://www.grida.no/publications/other/geo3/>> Acesso em: 20 de jun. 2014.

GERIMA, Johannes Wolde. O papel atual e a responsabilidade da profissão do assistente social. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n.18, p. 5-14, maio

GONÇALVES, Luiz Eduardo Fonseca de Carvalho. *As relações Brasil-Cepal (1947-1964)*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

GREIMAS, A.J.; LANDOWSKI, E. *Análise do discurso em Ciências Sociais*. São Paulo: Global, 1986.

HALIDAY, Fred. *Repensando as relações internacionais*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1999.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. *O estado de bem-estar social na idade da razão: a reinvenção do estado social no mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

KINZO, Mary Dayse. *Para não dizer que não falei das mulheres: o que se deixou de fazer das resoluções das Nações Unidas sobre a situação da mulher*. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza, 1994. (Documento de Trabalho, 32).

KOSÍK, Karel. *A dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LANDIM, Leilah. *Para além do mercado e do Estado? filantropia e cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: ISER, 1993.

_____, (Org.). *Ações em sociedade: militância, caridade, assistência etc.* Rio de Janeiro: NAU, 1998.

LIMA, Sulamita Bezerra de et alli. *Fontes para a história do serviço social: Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais – CBCISS; surgimento e trajetória*. Rio de Janeiro: CBCISS, 1990. (Temas Sociais, 231).

LITHG, Maria Cecília Coêlho. *Formulações conceituais de política social e seus principais enfoques na literatura de serviço social divulgada no Brasil, a partir de 1964*. Rio de Janeiro: CBCISS, 1986. (Temas Sociais, 190).

LÖWY, Michel ; SAYRE, Robert. *Romantismo e política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

MANCINI, Luiz Carlos. Planejamento social; desafios e esboço de respostas. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 9-17, out.1969.

MARQUES, Aline. *Helena Junqueira: a construção de uma mentalidade em serviço social*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1994. (Tese de Doutorado em Serviço Social).

MARTINS, Rui Nogueira. Política de bem-estar social. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 53-55, out.1975.

MESQUITA, Henrique Augusto de Araújo. *A ONU e os interesses do Brasil no campo da segurança*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1973.

MESTRINER, Maria Luiza. *O Estado entre a filantropia e a assistência social*. São Paulo: Cortez, 2005.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL (MPAS) / COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE (CEPAL). A política social em tempo de crise: articulação institucional e descentralização. In: _____. *Avaliação das políticas sociais brasileiras*. Brasília, 1989. v. III

MONTORO, André Franco. A Declaração Universal dos Direitos do Homem e o direito de participar no desenvolvimento. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 47-58, out.1972.

MORAES FILHO, Evaristo de. *Comte*. Sociologia. São Paulo: Editora Ática, 1989

MOTT, Maria Lucia. Estudos biográficos e filantropia: uma reflexão a partir da trajetória de vida de Pérola Byngton. *Revista Gênero*, Niterói, v.3, n.2, , 2003.

MYRDAL, Gunnar. *Bem-estar social: o vício secreto*. Rio de Janeiro: CBCISS, 1978. (Temas Sociais,129).

_____. Valores sociais e universalidade. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 8, p. 5-12, maio 1969.

NACIONES UNIDAS. Comisión de la Condicion Juridica y Social de La Mujer. *Informe sobre el Decimocuarto período de sesiones. 28 de marzo a 14 de abril 1960*. Nueva York: Consejo Económico y Social, 1960. (Documentos Oficiales: 30º período de sesiones. Supl. n. 7). E/3360. E/CN.6/367

_____. Comisión de la Condición Jurídica y Social de La Mujer. *Informe sobre el 15º período de sesiones. 13-30 de marzo de 1961*. Ginebra: Consejo Económico y Social, [1961]. (Documentos Oficiales: 32º período de sesiones. Supl. n. 7). E/3464. E/CN.6/383

_____. Comisión de La Condición Jurídica y Social de la Mujer. *Informe sobre el 19º período de sesiones. 21 de febrero – 11 de marzo de 1966*. Nueva York: Consejo Económico y Social, 1966. (Documentos Oficiales: 41º período de sesiones. Supl. n. 7). E/4175. E/CN.6/454

_____. Consejo Económico y Social. *Documentos oficiales*. Nueva York, 1970. 49º período de sesiones. 6 a 31 de Julio de 1970. Fásículo preliminar.

_____. Consejo Económico y Social. *Documentos Oficiales. Sesiones Preliminares*. v. II. E/1982/SR.30a58.

_____. Fondo Internacional de Socorro a la Infancia (Naciones Unidas). *Informe de la Junta Ejecutiva. (19-26 de marzo de 1953)*. Nueva York: Consejo Económico y Social., 1953. (Documentos Oficiales: 16º período de sesiones. Supl., n. 6). E/2430. E/ICEF/227

_____. *Progresos Económicos y Sociales realizados em el Segundo Decenio para el Desarrollo*. Nueva York: Naciones Unidas, 1977.

_____. *Tercer Congreso de las Naciones Unidas sobre Prevención del Delito y Tratamiento del Delincuente: Evolución Social e Criminalidad*. Estocolmo, 9-18 agosto 1965. Documento de Trabajo preparado por la Secretaria. A/CONF.26/1

_____. *Trabajos de la Conferencia Mundial de la Población*. Roma, 31 de agosto – 10 de septiembre de 1954. Nueva York, 1955. E/CONF.13/412.

NEVES, Noemia Pereira. *Nadir Gouvea Kfourir: o saber e a prática do serviço social no Brasil (1940-1960)*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1990. (Tese de Doutorado em Serviço Social).

NETO, Alvaro Gurgel de Alencar. *A ONU e os interesses do Brasil no campo do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1973.

NETTO, Jose Paulo. *Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 2011.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das relações internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

OIT. *Informe del Comité Especial del Trabajo Forzoso*. Consejo Económico y Social. Documentos Oficiales: 16º período de sesiones. Suplemento nº 13. Nueva York, 1953.

_____. *Introducción a la seguridad social*. Ginebra: OIT, 1970.

OLIVEIRA, Moacyr Velloso Cardoso de. Planejamento familiar. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 34-42, out.1968.

ONU. Declaração Universal dos Direitos do Homem. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro n. 7, p. 4-9, out.1968.

OSAKABE, Haqira. *Argumentação e discurso político*. São Paulo: Kairós, 1979.

PEREIRA, João Márcio Mendes. *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro(1944-2008)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P.; PERALVA, Maria Silva C. Serviço social e a política do desenvolvimento. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 21-30, out.1975.

PINTO, Céli Regina Jardim Pinto. AS ONGs e a Política no Brasil: presença e ovos atores. Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol.49 nº 3, 2006, p.651- t23.

PUSIC, Eugenio. O Serviço social no mundo. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 6, p. 3-10, maio 1968.

_____. O papel dos serviços sociais no desenvolvimento internacional. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n.11, p. 16-23, out.1970.

_____. Diferenciação dos serviços sociais em uma rápida mudança. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 9-18, out.1974.

RELATÓRIO PESTEL-MESAROVIC (Clube de Roma). Estratégia para amanhã. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 5-14, out.1975.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. *Política: para quê?*; atuação partidária no Brasil contemporâneo de Getúlio a Dilma. São Paulo: Atual, 2011.

ROTH, Érica. Realidade, opções e lutas em serviço social. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, nº. 6, p. 25-37, maio 1968.

ROTHFELD, André et alli. Movimento dos Não Alinhados; desarmamento e autodeterminação nacional no contexto da Guerra Fria. Brasília: Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais, SiNUS, 2013. <<http://www.sinus.org.br/2013/wp-content/uploads/2013/03/18.-BELGRADO-artigo.pdf>> Acesso em: 20 de jun. 2014.

RUBARTH, Ernesto Otto. *A diplomacia brasileira e os temas sociais: o caso da saúde*. Brasília: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre Gusmão; Centro de Estudos Estratégicos, 1999.

RUZO, Ellya Carola Cisneros de. Uma filosofia latino-americana de serviço social. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 20, p. 5-15, maio 1975.

SALEM, Helena. *O que é questão palestina*. São Paulo: Nova Cultural; Brasiliense, 1986.

SANTOS, Leila Lima. Serviço social na América Latina: 1970-1980. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 20, p.164-179, 2003. Entrevista concedida a Marilda Villela Iamamoto.

SAXE-FERNANDEZ, John. *Proyecciones hemisfericas de la pax americana*. Lima: IEP; Campodónico Ediciones, 1971.

SETTE, L. P. Lindenberg. *A ONU e os interesses do Brasil*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1981.

SILVA, Maria Lúcia Carvalho da. *Evolução do conceito de Desenvolvimento da Comunidade 1965/1970, na sub-região do Cone Sul da América Latina*. São Paulo: PUC, 1974 (Tese de Doutorado em Serviço Social)

_____. O 1º Seminário de Teorização do Serviço Social em Araxá: seu contexto histórico, significado e influência; um quase-depoimento. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 63/64, p. 7-24, 2004.

_____. Desenvolvimento de comunidade e planejamento local integrado. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 13, p.13-18, out.1971.

_____. Marginalização social. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 13, p. 26-32, out. 1971.

SPOSATI, Aldaíza. O Serviço Social 30 anos depois de Araxá. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 63/64, p. 35-40, 2004.

_____. Proteção social na América Latina em contexto da globalização. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 69-70, p. 59-86, 2008.

SPOSATI, Aldaíza et al. *A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras; uma questão em análise*. São Paulo: Cortez, 2010.

SOUZA, Celina. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (orgs). *Políticas Públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

SUNKEL, Osvaldo. Conceito de desenvolvimento. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 18-25, out.1969.

TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. As Nações Unidas e a Nova Ordem Econômica Internacional. *R.Inf. legisl.* Brasília a.21 n.81 jan./mar. 1984 – suplemento, p.213-233.

UESSELER, Rolf. *Guerra como prestação de serviços: a destruição da democracia pelas empresas militares privadas*. São Paulo: Estação Liberdade, 2008.

VALE, Henrique Rodrigues. *A ONU e o Sistema Mundial de Segurança*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 1951.

VARGAS, João Augusto Costa. *Campanha permanente: o Brasil e a reforma do Conselho de Segurança da ONU*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

VIANNA, Maria Lucia Werneck. *Em torno do conceito da política social; notas introdutórias*. Rio de Janeiro, dezembro de 2002.

_____. A emergente temática da política social na bibliografia brasileira. *Boletim Informativo Bibliográfico*, Rio de Janeiro, n. 28, p. 1-41, 2. sem. de 1989.

VIEIRA, Evaldo. *Estado e Miséria Social no Brasil. De Getúlio a Geisel*. São Paulo: Cortez, 1987.

VIEIRA, R. A. Amaral. Antes dos indicadores, os padrões. *Debates Sociais*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 56-58, out.1975.

VIEYRA, Enrique Ferrer. *Naciones Unidas: las dos posiciones fundamentales sobre admisión de nuevos miembros, tal como fueron expuestas en la VIII Asamblea General; Argentina. Cuba, Peru, Estados Unidos, Unión Soviética, Unión Sudafricana*. Argentina: Universidad Nacional de Cordoba, 1954.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. *Metamorfoses do desenvolvimento da comunidade e suas relações com o serviço social*. São Paulo: Cortez, 1993.

YAZBEK, Maria Carmelita. *Sistema de proteção social brasileiro: modelo, dilemas e desafios*. [s.n.t

_____. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012.

ZEFERINO, Mateus. *Aspectos da metodologia de Michel Löwy*. Campinas: UNICAMP, 2010. (Dissertação de Mestrado).

3. Sites consultados

WWW.anpocs.org.br – Site da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

WWW.brasil.gov.br – Portal da Presidência do Brasil

WWW.caritas.org – Página da Cáritas Internacional

WWW.cbciss.org – Página do Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio em Serviço Social.

WWW.DHnet.org.br – Rede de Direitos Humanos e Cultura

WWW.exercitodesalvacao.org – Página do Exército de Salvação

WWW.funag.gov.br – Site da Fundação Alexandre de Gusmão

WWW.icrc.org – Página da Cruz Vermelha (em inglês)

http://lib-unique.un.org – Site da biblioteca das Nações Unidas

WWW.mre.gov.br – Site do Ministério de Relações Exteriores do Brasil

http://ods.un.org – ODS – Base de Dados Oficial das Nações Unidas

WWW.oit.org – Página da OIT (em português)

WWW.onu.org.br – Página das Nações Unidas (em português)

WWW.oxfam.org – Página da Oxfam

http://research.un.org/en/docs/ecosoc - Base de Dados Oficial do ECOSOC/ONU

http://servicoscapes.gov.br – Banco de tese e dissertações da Capes - Brasil

WWW.uciss.org – Página da UCISS

WWW.unric.org – Centro Regional de Informação das Nações Unidas

4. Bibliotecas visitadas

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – SEÇÃO DE COLEÇÕES ESPECIAIS – Biblioteca Pedro Aleixo - Câmara dos Deputados - Brasília - Depositária das Nações Unidas

- ST/SOA/89. E/CONF.55/12
- E/2430. E/ICEF/227

- A/CONF.26/1
- E/3360. E/CN.6/367
- E/3464. E/CN.6/383
- E/4175. E/CN.6/454
- E/1982/SR.30a58
- E/CONF.13/412
- E/CONF.41/2.
- E/5981 ST/ESA/68
- A/CONF.32/41.
- A/CONF.48/14/Rev.1
- E/CONF.60/19
- E/CONF.66/34
- A/CONF.70/15
- A/CONF.92/40
- ST/SOA/97
- ST/LIB/ERV.B/5/Rev.5

BIBLIOTECA ZENY MIRANDA – Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio em Serviço Social (CBCISS) – Rio de Janeiro

- Revista Debates Sociais – n. 6 de maio de 1968 a n. 27 outubro de 1978.
- Coleção Temas Sociais – de 1968/1978 (números variados)

BIBLIOTECA GENERAL CORDEIRO DE FARIAS – Escola Superior de Guerra - Rio de Janeiro

BIBLIOTECA EMBAIXADOR AZEREDO DA SILVEIRA – Ministério de Relações Exteriores – Brasília

BIBLIOTECA NACIONAL – Fundação Biblioteca Nacional - Ministério da Cultura - Rio de Janeiro